

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -
MESTRADO

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
OS SENTIDOS QUE OS PROFESSORES SE
ATRIBUEM COMO TRABALHADORES NA REDE
PARTICULAR DE ENSINO DE SANTA MARIA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marcelo Dorneles Michel

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS
QUE OS PROFESSORES SE ATRIBUEM COMO
TRABALHADORES NA REDE PARTICULAR DE ENSINO DE
SANTA MARIA/RS**

por

Marcelo Dorneles Michel

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Liliana Soares Ferreira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Projeto de
Dissertação de Mestrado

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS
QUE OS PROFESSORES SE ATRIBUEM COMO
TRABALHADORES NA REDE PARTICULAR DE ENSINO DE
SANTA MARIA/RS**

elaborado por

Marcelo Dorneles Michel

Como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Liliana Soares Ferreira

(Presidente/Orientadora)

Rosemary Roggero, Prof. Dra. – UNINOVE

Simone de Freitas Gallina - Prof. Dra. - UFSM

Elena Maria Malmann, Prof. Dra. – UFSM

Santa Maria, 05 de agosto de 2013

DEDICATÓRIA

A todos os que buscam fazer uma educação revolucionária, desmistificando as ideologias dominantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre comigo, guiando meu caminho e iluminando meus passos, nos momentos bons e difíceis dessa longa caminhada.

À Universidade Federal de Santa Maria, em especial ao Programa de Pós Graduação em Educação, o ambiente acadêmico adequado para que eu pudesse aprofundar minha formação acadêmica e a oportunidade de realizar o curso de pós-graduação.

À Professora Liliana, orientadora e amiga, que nunca me deixou sem provocações desafiadoras e que esteve sempre presente, mesmo nas ausências, me incentivando e acreditando na possibilidade de um dia alcançar nosso objetivo. O texto final não teria sido concluído sem a sua dedicação, trabalho e compreensão.

À minha companheira Luciane, pela compreensão, tolerância, amor e cobranças que possibilitaram a conclusão do mestrado.

Aos meus pais, Darci e Marli, que sempre acreditaram e confiaram em mim.

Aos professores do Programa, que além de conhecimento, passaram-nos experiência de vida, vontade de vencer e amizade.

Aos colegas de Curso, pela boa convivência, debates, aprendizado e companheirismo.

Ao grupo Kairós UFSM, espaço de debate, pesquisa, aprendizagem e amizade.

A todos os professores que se aceitaram serem sujeitos da pesquisa, disponibilizando seus tempos e contribuindo com seus discursos para as análises propostas.

À Kaldo, pastor, que segundo a lenda inventou o café em meados do século IX nas terras altas da Etiópia, bebida essa que hoje se faz quase indispensável a todo pesquisador.

À memória dos Quíchuas, Aimarás e Guaranis, culturas que nos deixaram como legado o chimarrão, bebida que acompanhou esses momentos de reflexão e escrita.

A todos os que acreditam que os programas de pós-graduação também podem estar voltados aos trabalhadores, e que os espaços ociosos da Universidade, principalmente nos horários noturnos, podem ser ocupados para oferecerem cadeiras para aqueles que labutam durante o dia.

A todas aquelas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito desse trabalho.

Especialmente ao Cassiano, meu filho de 4 anos, e à Lara Helena, minha filha de 4 meses, que me fizeram vivenciar um tipo de amor que eu ainda não conhecia, o de um pai por seus filhos.

A cada um de vocês, a minha eterna gratidão!



GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este trabalho foi planejado e desenvolvido a partir de estudos e participação no Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas, que desenvolve projetos com o apoio PIBIC/Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), PROBIC/FAPERGS, PROLICEN/UFSM e FIPE/UFSM, além de ser Polo/RS do HISTEDBR e integrar esta rede de pesquisa. O Grupo realiza estudos, pesquisas e trabalhos, conjuntamente, tendo como coordenadora a Prof. Dra. Lílana Soares Ferreira, da Universidade Federal de Santa Maria.

EPIGRAFE

Um homem se humilha se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida e a vida é trabalho
E sem o seu trabalho um homem não tem honra.
E sem a sua honra se morre, se mata... Não dá
pra ser feliz, não dá pra ser feliz".
(GONZAGUINHA, BMG Music, 1983)

RESUMO

Projeto de Dissertação

Mestrado em Educação

Universidade Federal de Santa Maria

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS QUE OS PROFESSORES SE ATRIBUEM COMO TRABALHADORES NA REDE PARTICULAR DE ENSINO DE SANTA MARIA/RS

AUTOR: MARCELO DORNELES MICHEL

ORIENTADORA: LILIANA SOARES FERREIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 05 de agosto de 2013

Esta pesquisa se integra aos estudos sobre trabalho, educação e políticas públicas, componentes fundamentais para a compreensão e possibilidade de transformação das situações concretas vividas pelos professores, neste caso, em um ambiente específico, que é a Rede Particular de Ensino. Justifica-se a importância da presente pesquisa visto que, sobre as relações de trabalho estabelecidas na Rede Particular de Ensino, mesmo sendo um campo de atuação de diversos profissionais da educação, não têm acontecido significativos e nem recorrentes estudos. Por isso, a necessidade de compreender, na dinâmica das relações de trabalho dos professores, os sentidos que esta categoria profissional se atribui como trabalhadores da educação. O principal objetivo desta pesquisa, portanto, foi investigar os sentidos estabelecidos pelos professores da Rede Particular de Ensino como trabalhadores da educação, com o objetivo específico de compreender as relações de trabalho neste ambiente determinado. A base teórico-metodológica que estruturou a presente pesquisa foi à análise dialética, envolvendo o método dialético e o pensamento dialético. Considerando que este projeto expressa a intencionalidade de ser uma pesquisa social, levou-se em conta que este tipo de pesquisa tem sido marcada fortemente por estudos que valorizam o emprego de métodos quanti-qualitativos para descrever e explicar os fenômenos analisados. Este trabalho se pautou pela metodologia da análise de conteúdo como forma adotada para tratar os dados levantados na pesquisa. Como procedimento escolheu-se realizar um estudo com um grupo de dez professores, de seis escolas. Foram realizadas entrevistas com esses interlocutores, e os dados foram analisados com base na análise de conteúdo em Bardin (2011), permeados pela perspectiva da análise dialética.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Políticas Públicas. Escola. Professor.

ABSTRACT

Master's Dissertation

Master of Education

Federal University of Santa Maria

WORK AND EDUCATION: A STUDY OF THE SENSES THAT TEACHERS are attributed AS WORKERS IN PRIVATE EDUCATION NETWORK OF SANTA MARIA / RS

AUTHOR: MARCELO DORNELES MICHEL

ADVISOR: LILIANA SOARES FERREIRA

Date and Place of the Defense: Santa Maria, august 5, 2013

This research integrates the study of work, education and public policy, the fundamental components for understanding and possibility of transformation of concrete situations experienced by teachers, in this case, in a specific environment, which is a private school. It is justify the importance of this research since, on labor relations established by the Private Education Network, even as a playing field for various education professionals, have happened and neither significant recurring studies. Therefore, the need to understand the dynamics of labor relations of teachers, senses that this profession is attributed as education workers. The main objective of this study was therefore to investigate the meanings established by the teachers of private schools and educational workers, with the specific aim of understanding labor relations in this particular environment. The theoretical and methodological basis that structured this research was the dialectical analysis, involving the dialectical method and dialectical thinking. By consider this investigation expresses the intention of being a social survey, it was took into account that this type of research has been strongly marked by studies that value the use of quantitative and qualitative methods to describe and explain the phenomena analyzed. This work is guided by the methodology of content analysis as a method adopted to deal with the data collected in the survey. As a procedure it was chosen to conduct a study with a group of ten teachers from six schools. Interviews were conducted with these stakeholders, and the data were analyzed based on content analysis in Bardin (2011), permeated by the perspective of dialectical analysis.

Keywords: Work. Education. Public Policy. School. Teacher.

Lista de abreviaturas e siglas

C.F – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FADISMA – Faculdade de Direito de Santa Maria

FAMES – Faculdade Metodista de Santa Maria

FAPAS – Faculdades Palotinas

FISMA – Faculdade Integrada de Santa Maria

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB – Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional

FEETESUL – Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio Grande do Sul

FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares

MEC – Ministério da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PS – Processo Seletivo Seriado – Avaliações seriadas para o ingresso dos estudantes à Universidade Federal de Santa Maria, compostas por três provas realizadas paralelas a cada um dos anos do Ensino Médio (O ingresso também pode ser constituído pelo Processo Seletivo Único, onde as provas são realizadas em um único ano)

RS – Rio Grande do Sul

SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado

SINEPE RS – Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul

SINPRO – Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino

SINPRO RS – Sindicato dos Professores da Rede Privada de Ensino do Rio Grande do Sul

SINTAE – Sindicato dos Trabalhadores da Educação

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNIFRA – Universidade Franciscana

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Escolas Particulares de Santa Maria – Vínculos

Gráfico 2 – Escolas Particulares de Santa Maria – Programa de Bolsas

Gráfico 3 – Escolas Particulares de Santa Maria – Distribuição das Escolas por Classes Sociais.

Gráfico 4 – Escolas Particulares de Santa Maria Quantidade de Escolas em que os Professores Trabalham.

Gráfico 5 – Divisão dos interlocutores por gênero.

Gráfico 6 – Divisão dos interlocutores por área de conhecimento.

Gráfico 7 – Local de atuação dos professores.

Gráfico 8 – Tempo de exercício de profissão

Gráfico 9 – Vínculo empregatício do professor por quantidade de escolas.

Gráfico 10 – Sobre horas/aulas em sala de aula.

Gráfico 11 – Quantidade de turmas de estudantes atendidas pelo professor.

Gráfico 12 – Sobre o que é educação.

Gráfico 13 – Sobre professores sindicalizados.

Gráfico 14 – O que sabe a respeito do sindicato.

Gráfico 15 – Contradições sobre as respostas a respeito da relação trabalho/educação.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A -	Pesquisa com o Entrevistado um	141
ANEXO B -	Pesquisa com o Entrevistado dois	143
ANEXO C -	Pesquisa com o Entrevistado três	145
ANEXO D -	Pesquisa com o Entrevistado quatro	148
ANEXO E -	Pesquisa com o Entrevistado cinco	151
ANEXO F -	Pesquisa com o Entrevistado seis	153
ANEXO G -	Pesquisa com o Entrevistado sete	156
ANEXO H -	Pesquisa com o Entrevistado oito	158
ANEXO I -	Pesquisa com o Entrevistado nove	163
ANEXO J -	Pesquisa com o Entrevistado dez	165

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA	17
2. A RELAÇÃO TRABALHO/EDUCAÇÃO	24
2.1 O sentido antropológico da categoria trabalho	24
2.2 O trabalho como mercadoria	30
2.3 Então, a relação entre trabalho e educação	36
3. A REDE PARTICULAR DE ENSINO	48
3.1 A história da Rede Particular de Ensino a partir da história da educação no Brasil – algumas considerações	48
3.2 Conceituando a Rede Particular de Ensino	52
3.3 Situando os Professores da Rede Particular de Ensino	63
3.4. As escolas da Rede Particular de Ensino na Cidade de Santa Maria	69
3.4.1 A cidade de Santa Maria	70
3.4.2 As Escolas Particulares em Santa Maria	71
4. OS SENTIDOS QUE OS PROFESSORES SE ATRIBUEM COMO TRABALHADORES NA REDE PARTICULAR DE ENSINO DE SANTA MARIA/RS	77
4.1 A fotografia dos professores da rede particular de ensino da cidade de Santa Maria – conhecendo os sujeitos da pesquisa e suas relações de profissionalidade e empregabilidade	78
4.2 As percepções que os professores têm de si na rede particular a partir da escola em que trabalham	88
4.3 A percepção que os professores têm do que vem a ser a sua profissão ..	92
4.4 A percepção que os professores têm sobre educação	95
4.5 A percepção que os professores têm do que é trabalho	100
4.6 Diferenças e semelhanças apontadas pelos professores entre trabalho e educação	108
4.7 A percepção dos professores sobre o conjunto de atividades atribuídas a eles pelas escolas em que trabalham	116
4.8 A percepção dos professores sobre suas contribuições nas determinações didáticas e pedagógicas nas escolas em que trabalham	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	141

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação apresenta-se como continuidade e aprofundamento de interrogações que tiveram o seu surgimento no trabalho deste pesquisador, que é professor na rede particular de ensino, mas que, por questões estruturais e epistemológicas, se tornam mais complexas nesta proposta de pesquisa.

Sendo professor da Rede Particular de Ensino, preocupado com as questões referentes ao trabalho dos professores, tendo como foco central as condições de trabalho, a partir da compreensão das relações de trabalho estabelecidas no tempo e ambiente escolar, surge o desafio de, como profissional e pesquisador, compreender os professores como trabalhadores da educação, o que lança para outro desafio ainda maior: saber como os próprios professores se compreendem a partir dos sentidos que se atribuem como trabalhadores da educação. Faz-se necessário ressaltar que a palavra “sentido”, na “busca dos sentidos que os professores se atribuem como trabalhadores da educação”, não está associada ao significado de direção e nem à compreensão psicológica dos sentidos subjetivos do sujeito, e sim à concepção epistemológica da capacidade humana de receber as impressões dos objetos exteriores¹ que estão a serem conhecidos. Neste caso específico, o que está a ser conhecido é a profissionalidade do professor e o como este a compreende, ou seja, o sentido que se atribui como professor, trabalhador da educação.

As perguntas elaboradas sobre este tema indicam a construção de caminhos específicos, sem os quais as compreensões pretendidas ficariam comprometidas. O primeiro é justamente conceituar o entendimento do que é a categoria trabalho, pois este entendimento é fundamental para categorizar os professores como trabalhadores. Para isso, buscou-se auxílio, tendo como referência teórica Marx²,

¹ A expressão “Objetos exteriores” é compreendida como categoria da teoria do conhecimento, ou seja, aquilo que está fora do sujeito do conhecimento, mas que está para ser conhecido, que há a possibilidade de apreensão pelo sujeito do conhecimento. Em “os sentidos que os professores se atribuem como trabalhadores da educação”, os sentidos atribuídos por esta categoria profissional na particularidade de sua condição social de trabalho se coloca como objeto a ser conhecido pelo presente pesquisador, pois se intenciona, a partir do conhecimento destes sentidos, compreender a dinâmica do trabalho dos professores na Rede Particular de Ensino.

² Filósofo e Pensador Social que viveu no século XIX (1818/1883). Opta-se por tomar este autor como referência pela convicção que sua obra, com aspectos sociológicos, filosóficos e antropológicos, continua viva e válida para explicar, fundamentalmente, as relações do mundo do trabalho.

alicerçando, então, a compreensão de trabalho a partir do viés marxiano³. Após, busca-se conceituar o professor como trabalhador da educação.

A tarefa mais difícil, e isto pela falta de material e referências teóricas claras, foi a descrição da rede particular de ensino. Coube, para esta tarefa, recorrer à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N. 9394/96, as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) – a partir de suas portarias –, e também buscar como fonte principal os sindicatos representantes da rede particular de ensino, assim como os sindicatos representantes dos funcionários e dos professores desta rede. Com base nessas referências, busca-se conceituar a rede particular, diferenciar a rede particular da rede pública, entender o trabalho dos professores na rede particular, perceber como se compreende este trabalho na rede particular, caracterizar os professores, para, então, ir à busca do objetivo principal desta pesquisa, analisar os sentidos que os professores desta rede atribuem-se como trabalhadores da educação. Destaca-se que a pesquisa estabelece como recorte os trabalhadores da rede particular de ensino da cidade de Santa Maria e, por isso, foi necessário abordar as características desta cidade e descrever as escolas da rede particular existentes, classificando-as, segundo suas características e o público as quais se destinam.

Após, se escreve sobre o processo metodológico que guiou a pesquisa, considerando que os professores estão situados em contextos históricos e sociais específicos, e que estes contextos estão em constante transformação. Por essa razão, optou-se por realizar a pesquisa com base na análise dialética. O método dialético se explica por considerar a defesa do conflito social como onipresente; a defesa de ser a história uma sucessão de contradições; o destaque ao provisório e à historicidade como elementos que, em movimentos de desestruturação e reconstrução, recompõem radicalmente o social; e a compreensão dos processos econômicos como fundamentais para a constituição dos sujeitos. Teve-se as entrevistas realizadas com os professores como técnica fundamental de produção de dados. Assim, a produção de dados se deu fundamentalmente por entrevistas realizadas com os professores da rede particular, pois, compreende-se uma forma

³ Entende-se por marxiano o pensamento construído pelas leituras elaboradas na obra de Marx e não apenas a partir de seus comentadores e estudiosos.

confiável de se perceber os sentidos que os professores estabelecem a si como trabalhadores da educação.

Do mesmo modo, compreende-se que não há técnica mais fiel para entender-se o que estão a dizer, se não pela análise do conteúdo dos seus discursos, e é por isso que a técnica da Análise do Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011), permeou a apreciação do discurso dos professores em suas entrevistas. Dessa forma apresenta-se esta dissertação, organizada em partes, conforme descrito acima.

1. A PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA COMO CAMINHO DA PESQUISA

Sabendo que é fundamental para o sucesso das investigações científicas que se pretende realizar, que esta tenha um método claro e objetivo de análise do objeto de estudo, trilhando caminhos claros na busca de respostas ao que o problema de pesquisa lança, apresenta-se a proposição metodológica utilizada como caminhos para esta empreitada.

Compreendendo-se a realidade como em constante movimento, estabelecido por forças antagônicas que materializam o próprio contexto social, se faz por bem começar a exposição sobre a proposição metodológica demarcando que o processo de pesquisa realizou-se sob a perspectiva da análise dialética, envolvendo o método dialético e o pensamento dialético. O método dialético, segundo Ferreira (2011):

Compreende em entender os movimentos entre o geral e o particular, entre as causas e os efeitos, as contradições destacando as evidências orientadoras de considerações e sistematizações relativas a problematização elaborada e, sobre ela, apresentando alternativas e possibilidades. (FERREIRA, 2011)

O procedimento dialético é fundamental, pois não desconecta o que se analisa do seu contexto. Portanto os professores, cujos discursos analisados foram considerados a partir da situação material concreta em que existem, neste caso, as relações de trabalho estabelecidas na rede particular de ensino, a compreensão que a sociedade faz sobre o trabalho e a compreensão que a rede e os sindicatos representativos deste meio fazem sobre o trabalho. O procedimento dialético considera, no processo de análise, a totalidade (que é social – neste caso, o contexto capitalista marcado por contradições entre duas classes em constante conflito), a contradição, a historicidade (que não é fatual, não são os fatos, mas o princípio dialético, ou seja, o movimento fundamental que gera os fatos) e a realidade (que é concreta, a materialidade, a venda da força de trabalho dos professores as entidades particulares de ensino).

Considerando que esta pesquisa possui a intenção de também ser uma pesquisa social, leva-se em conta que este tipo de pesquisa tem sido marcada

fortemente por estudos que valorizam o emprego de métodos qualitativos para descrever e explicar os fenômenos analisados. Da pesquisa qualitativa faz parte a “obtenção de descritivos mediante contatos diretos e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo” (NEVES, 1996). Nas pesquisas qualitativas é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, tendo em vista que se busca a percepção dos professores na situação específica de trabalhadores da educação, nada mais adequado que se apropriar desta metodologia para a consistência do projeto.

Sendo uma pesquisa qualitativa, este trabalho também se pautou pela técnica da análise de conteúdo como forma adotada para tratar os dados levantados na pesquisa. A proposta de análise do conteúdo aqui adotada é da professora da Universidade de Paris, Laurence Bardin (2011). Sobre a análise de conteúdo destaca-se que esta metodologia surgiu nos Estados Unidos como instrumento voltado para a análise das comunicações, e isto há mais de meio século. Porém, sabe-se que a abordagem a partir da interpretação de textos não é algo novo e nem surge com a análise de conteúdo, pois já se realiza há tempos e a partir de uma diversidade de formas, como na hermenêutica, que é a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos.

Segundo Bardin (2011), o conteúdo dos textos seja os escritos ou falados, deve passar por um crivo exigente de interpretação pois possuem:

Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar. (BARDIN, 2011, p. 45)

Ao optar trabalhar com os dados levantados na pesquisa a partir da técnica da análise de conteúdo se busca sempre um texto atrás de outro texto, um texto que não se apresenta já na primeira leitura e que necessita de uma metodologia para ser desvelado. Segundo Barros (2011, p. 72):

A análise de conteúdo percorreu um caminho por diversas fontes de dados: as notícias dos jornais, os discursos dos políticos, as cartas trocadas, os anúncios publicitários, os romances autobiográficos, os relatórios oficiais. No início desse caminho, a objetividade da análise era perseguida com empenho. Bardin (1977), propõe uma das primeiras tentativas de análise de contingência, ou seja, análise de co-ocorrências de associações ou exclusões de palavras ou temas presentes no material de análise. Aos poucos, a análise de conteúdo foi interessando pesquisadores da lingüística, da etnologia, da história, da psiquiatria, da psicanálise, que vieram para somar com suas pesquisas aos trabalhos de colegas nas áreas da psicologia, das ciências políticas, da educação e do jornalismo. (BARROS, 2011, p. 72).

A citação acima remete ao caminho de fontes de dados percorrido pela análise de conteúdo. Para isso dois critérios se colocam como fundamentais: a rigorosidade e a necessidade de ir além das aparências. Segundo Moreira (2003, p. 71), “metodologicamente, existem duas orientações que ao mesmo tempo em que se confrontam também se complementam: a verificação prudente ou a interpretação brilhante”.

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo de mensagens tem duas funções:

a) uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta; b) Uma função de administração da prova: hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelarem para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação; é a análise de conteúdo para ‘servir de prova’.

Na prática essas duas funções se complementam. Bardin (2011) afirma que:

A análise de conteúdo é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 2011 p. 79)

A análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, “apesar de poder ser considerada como um instrumento de análise, é marcada por uma grande diversidade de formas e é adaptável a um campo de aplicação muito vasto, ou seja, o campo das comunicações” (BARROS, 2011). A análise de conteúdo pode ser uma análise dos ‘significados’, como na análise temática, ou uma análise de ‘significantes’, como na análise léxica.

Hoje, de acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 103),

Ferreira, a partir da abordagem de Bardin (2011), relaciona as possibilidades de uso da análise de conteúdo:

A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou

depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais.” (FERREIRA, 2011, n/p)

De acordo com Bardin, a intenção da análise de conteúdo é:

A inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário que vem permitir a passagem explícita e controlada de uma à outra. (BARDIN, 2011, p. 135)

Inferências, essas, que buscam esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que a mensagem pode provocar. O objeto central da análise de conteúdo é a palavra (escrita ou falada), pois é nela que percebe a mensagem, o que está a ser dito mesmo no não dito, compreendendo-se a palavra ao aspecto individual e atual da linguagem. É nessa palavra expressa na linguagem que se busca as realidades existentes através das mensagens.

Em termos de sistematização, a análise de conteúdo se organiza em três momentos distintos: Pré Análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados. Ferreira (2003) traz o percurso do trabalho com dados de pesquisa a partir da perspectiva da análise de conteúdo:

Pré-análise

Este momento é o de organizar o material, de escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses ou questões norteadoras, elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final. Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos a serem analisados. No caso de entrevistas, elas serão transcritas e a sua reunião constituirá o CORPUS da pesquisa.

Exploração do material

Esta é a etapa da realização das decisões tomadas na pré-análise. É o momento da *codificação* – em que os dados brutos são transformados de forma organizada e agregadas em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo. A codificação compreende a escolha de unidades de registro, a seleção de regras de contagem e a escolha de categorias.

Tratamento dos resultados

A inferência se orienta por diversos pólos de atenção, que são os pólos de atração da comunicação. Numa comunicação há sempre o emissor e o receptor, os pólos de inferência propriamente ditos, além da mensagem e o seu suporte, ou canal. (FERREIRA, 2011 n/p)

Sabendo o percurso da análise de conteúdo ao aplicá-lo há de se levar em conta que o discurso⁴ não está desvinculado das condições de sua produção e do sistema linguístico ao qual está submetido. Por isso, a necessidade de conhecer

⁴ O discurso é compreendido como a forma na qual a palavra se expressa.

essas esferas de um discurso para compreender o processo de produção do mesmo.

O discurso está situado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. (BARDIN, 2011 p. 114)

Há a possibilidade de que com a análise de conteúdo uma leitura profunda dos discursos ocorra, indo além de uma leitura aparente. O papel do analista é semelhante ao do arqueólogo ou do detetive, pois, como diz Moreira (2003), “Freud já nos falava da linguagem oculta”. Vygotsky (2000) nos diz:

Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação. Nenhuma análise de um enunciado estará completa antes de se ter atingido esse plano. (VYGOTSKY 2000, p. 38)

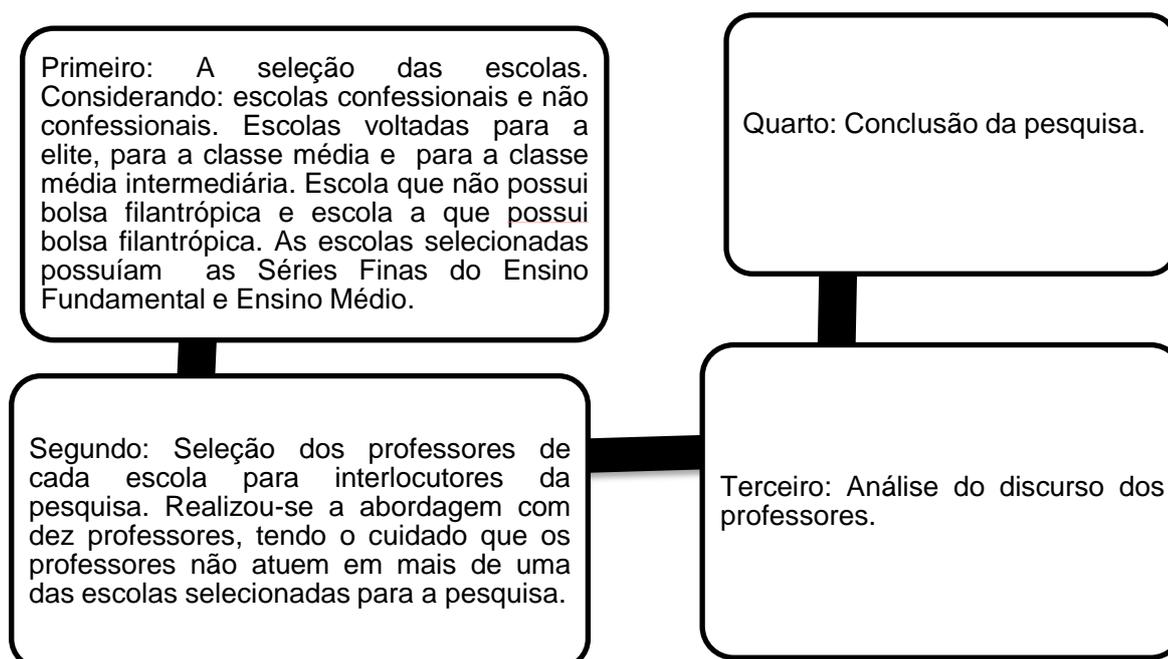
É nessa intenção de compreensão do pensamento dos professores ao que o leva e de que forma a se perceber como trabalhador da educação expresso em seus discursos colhidos nas entrevistas, que se organizou o procedimento metodológico da presente pesquisa. O mapa metodológico foi organizado sob a perspectiva da análise dialética, através da pesquisa qualitativa permeada pela metodologia da análise de conteúdo referenciada por Bardin (2011).

A explanação exposta sobre a análise do conteúdo justifica a adoção da mesma como técnica neste trabalho. E isso porque não há como saber os sentidos estabelecidos pelos professores da rede particular de ensino, como trabalhadores da educação (a partir da compreensão exposta sobre a categoria trabalho), senão pelos próprios professores que, por seus discursos, denotaram aquilo que é imprescindível saber para o andamento e conclusão desta pesquisa. Para que isso ocorresse, organizou-se a entrevista semi-estruturada em que os professores fossem provocados a falarem de sua profissão, da compreensão que têm de sua profissão, da sua compreensão como pertencentes a uma classe profissional específica, da compreensão que têm das instituições nas quais trabalham, da compreensão da categoria trabalho, da compreensão de si mesmos como trabalhadores de uma forma geral e, por fim, da compreensão de si mesmos como trabalhadores de uma área específica, que é a educação.

Após a realização das entrevistas, as mesmas foram analisadas pelo processo, acima exposto, de análise de conteúdo sob a perspectiva da análise dialética.

Os professores entrevistados foram os que, obrigatoriamente, atuassem na rede particular de ensino, podendo atuar em mais de uma escola da rede particular ou na rede particular e na rede pública. Foi estabelecido como critério serem professores dos anos finais do Ensino Fundamental ao último ano do Ensino Médio. Justifica-se este recorte, pois se compreende que, por estas etapas não serem de unicodência, possibilita uma transitoriedade maior dos professores em escolas diferentes, com identidades distintas, sendo que dificilmente os professores conseguem preencher suas cargas horárias em apenas uma escola. Priorizou-se, na seleção para as entrevistas, que os professores sejam das mais variadas áreas do conhecimento (Matemática, Literatura, Física, Filosofia, etc.). Priorizou-se, também, que os professores a serem entrevistados, trabalhassem tanto nas escolas confessionais como não confessionais, tanto as confessionais católicas como as confessionais de outras denominações religiosas, tanto as escolas direcionadas a um público de elite como as direcionadas à classe média intermediária, tanto as que não concedem bolsas filantrópicas como as que são cem por cento filantrópicas. Também há a intenção de equilibrar os gêneros (com uma quantidade igual ou próxima de professores e professoras) a serem selecionados para a pesquisa.

Teve-se, então, como passos práticos da pesquisa:



Para evitar distorções permeadas por uma intencionalidade inconsciente, as escolhas, respeitando os devidos critérios, tanto das escolas como dos professores aconteceu de forma aleatória.

Acredita-se que esta forma de organização foi a mais viável para o melhor encaminhamento da pesquisa realizada.

2. RELAÇÃO TRABALHO/EDUCAÇÃO

Considerando que se analisa a compreensão que os professores da rede particular de ensino da cidade de Santa Maria têm de si próprios como trabalhadores da educação, ou seja, que se abordará a categoria trabalho como eixo fundamental, começa-se apresentando a compreensão da referida categoria.

A abordagem da categoria trabalho foi sistematizada a partir de três pontos fundamentais: o sentido antropológico de trabalho (a compreensão do trabalho como constitutivo do ser humano e da sociedade), o conceito de trabalho alienado (mercantilizado, típico das sociedades capitalistas e onde se acham situados os sujeitos dessa pesquisa) e, por fim, a compreensão da relação educação/trabalho.

2.1 O sentido antropológico da categoria trabalho

Posto o trabalho ser categoria fundamental para a humanidade, buscar a compreensão de seus vários significados e sentidos é empreitada fundamental para a compreensão da própria humanidade, pois é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social estabelece sua diferença dos demais seres vivos. É o que se depreende do texto de Marx e Engels (1998):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e este passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal (MARX e ENGELS, 1998, p. 10)

Deste modo, pensar historicamente a questão do trabalho é pensar sobre a organização e desenvolvimento da práxis que é tipicamente humana. O trabalho como práxis é o processo pelo qual se constitui a possibilidade de existência. Existe-se porque se é sujeito do trabalho; porque, através do trabalho, constroem-se e reconstroem-se os elementos materiais e simbólicos, concretos e abstratos, que fazem mais do que “espécie homem”, humanos de fato. Através do trabalho, organiza-se a satisfação das necessidades humanas que vão das mais simples (alimento e abrigo) às mais complexas, produzindo-se os seres humanos material e

simbolicamente. Constroem-se as bases materiais fundamentais para a existência, vinculadas a como se organizam as sociedades, constituindo valores, normas e costumes. Ciavatta (2002), em relação a essa abordagem, afirma:

Entendemos trabalho na sua forma ontológica, fundamental, criativa, estruturante de um novo tipo de ser social – o homem – no qual a delimitação entre a reprodução estritamente biológica e a produção/reprodução próprias do ser humano, é constituída pelo produto do trabalho, pela consciência pela capacidade de representar o ser, o produto de modo ideal na sua imaginação criadora. (CIAVATTA, 2002, sp.)

Ciavatta (2002) aborda, neste trecho, a forma clássica de compreensão do trabalho como toda a atividade em que o ser humano utiliza sua energia física ou psíquica para atingir um fim proposto. Não é por outro modo, senão por intermédio do trabalho, que o ser humano tem a possibilidade de acrescentar um mundo novo (a cultura) ao mundo natural já existente. Com isso, percebe-se o trabalho como transformador do mundo natural, pois é nesse processo de transformação que se constroi o mundo humano, que é a cultura. Compreendendo-se a relação dialética como uma relação em que, através de influências recíprocas, as contradições entre os elementos opostos são superados, considerando a transformação do mundo natural para a cultura, pode-se afirmar o trabalho como elemento fundamental da relação dialética entre o ser humano e a natureza, entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática, ou seja, a práxis humana.

Essas considerações permitem pensar o trabalho como atividade típica do ser humano, porque implica a capacidade de se desenvolver um projeto para se alcançar o objetivo aspirado. Marx (1983), ao refletir sobre o trabalho como atividade exclusivamente humana, afirma que:

Uma aranha executa operações que se assemelham àquelas do tecelão, a abelha envergonha muitos arquitetos com a construção de seus favos de cera. Mas o que distingue, a princípio, o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de ele construir o favo na sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que no início já estava presente na idéia do trabalhador, que, portanto, já estava presente idealmente, pois o homem não transforma apenas o material em que trabalha. Ele realiza no material o projeto que trazia em sua consciência. Isso exige, além do esforço físico dos órgãos que trabalham, uma vontade orientada para um objetivo, vontade que se expressa pela atenção e controle das operações durante o trabalho (MARX, 1983, p. 28).

A reflexão de Marx (1983) é fundamental para compreensão do trabalho como constitutivo do ser humano, destacando a capacidade de projetar, a realização do projeto e a reflexão sobre o que se construiu a partir do que se projetou. Reflexão essa que faz com que o ser humano não seja apenas transformador do mundo

material, mas, estando inserido neste mundo material, transformador também de si próprio. Ao modificar o mundo natural, criando a cultura, o ser humano se percebe como sujeito de criação e, portanto, como sujeito de si próprio, ou seja, aquele que realiza e sofre a ação, transforma e é transformado. Essa é a complexidade do trabalho, pois este possibilita a constituição do humano, diferenciando das demais espécies da natureza. O trabalho humano se configura como sendo a ação transformadora, a capacidade de refletir sobre essa ação que levará a uma transformação da própria ação, ou seja, ação-reflexão-ação transformada. Assim, o ser humano também se transforma e a esse processo se compreende como práxis. Como aborda Santos (2005, sp), “trabalhando o homem pode modificar o mundo e a si mesmo, produzir cultura e se auto-produzir”.

Nesta dinâmica de modificação do mundo, de si próprio e produção de cultura que constitui o ser e o mundo humano, se formam as condições para a existência social do sujeito. O cientista social e um dos estudiosos da categoria trabalho na atualidade, Ricardo Antunes, ao refletir sobre a dialética do trabalho, a partir de escritos de Marx e Engels, observa que “o trabalho é também fundamental na vida humana porque é condição para sua existência social” (ANTUNES, 2004, p. 25). Ao afirmar o trabalho como alicerce da vida social, Antunes remete a Marx:

Como criador de valor de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (MARX, 1993, p. 72).

O que se está salientando é a transformação que os sujeitos fazem na sua própria natureza ao transformarem a natureza externa. Pela reciprocidade dessa transformação, o trabalho social passa a ser o centro da sociabilidade humana. Antunes (2004) sustenta a teoria da centralidade do trabalho como elemento fundador da vida humana, portanto, como fator de coesão social. Reitera-se, ainda, que, em Marx, o trabalho possui uma tríplice qualidade: de revelar o indivíduo a si mesmo, de revelar sua sociabilidade e de transformar o mundo.

Não há como considerar essa tríplice qualidade do trabalho sem abordar a constituição das relações humanas e, nesse sentido, Marx, ao refletir sobre homem/natureza e a constituição da essência humana, aborda que: “[...] Nesta relação genérica, natural, a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente a sua relação com a natureza” (1987, p. 82). Deste modo, ao analisar o ser social,

compreende-se que não existe natureza humana idêntica em todo o tempo e lugar. Como o existir decorre do agir, o sujeito se autoproduz na medida em que transforma a natureza pelo trabalho. Por ser o trabalho uma ação coletiva, a condição humana depende de sua existência social. Em seu aspecto social, o trabalho teria como objetivos últimos a manutenção da vida e o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, o trabalho liberta o homem da natureza e principia o seu “ser humano”. Marx (2006) propõe um conceito de seres humanos que vivem e se formam socialmente, desconsiderando qualquer antítese entre sujeito e sociedade. Considerando a relação entre ser humano e natureza como relação constituída historicamente por meio do trabalho e, ao mesmo tempo, criadora e transformadora das relações sociais entre os seres humanos, argumenta que:

A partir dessa relação pode-se julgar, portanto, o completo nível de formação do homem. Do caráter dessa relação segue-se até que ponto o ser humano veio a ser apresentado como ser genérico, como ser humano. [...] Assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele. A atividade e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os modos de existência, segundo a atividade social e a fruição social (MARX, 2006, p. 38).

Para Marx (1964, p. 38), essência humana diz respeito à disponibilidade histórica do ser humano tornar-se social através das suas relações e interações mundanas, relacionadas ao domínio da natureza e da organização do trabalho, ponto do qual construirá sua existência. Ou seja, a essência ou existência humana é constituída pelas relações históricos-sociais, tendo, no trabalho, as formas de construírem seu mundo humano como elemento primordial nessa construção. Com isso, se observa que a preocupação de Marx (1964) é mostrar o quanto o ser humano e sociedade estão interligados na relação em que um produz e constroi o outro. O trabalho constroi o humano, e construindo o humano, constroi o mundo humano; mundo que é espaço de criação, relação e interrelação. Uma efetiva relação dialética.

Ranieri (2011), ao escrever sobre a relação trabalho e dialética em Hegel e Marx, a partir da teoria do devir social, afirma que:

Partindo do pressuposto de que o trabalho é o lugar social sobre o qual se ancora o próprio universo da realização da atividade do homem, para Marx, o objeto que é o produto dessa atividade é extensão de uma existência subjetiva, ou seja, é exteriorização da capacidade humana para a consecução dessa mesma atividade. Como resultado dessa atividade, o produto é aquela forma por meio da qual a apropriação da natureza é apropriação humana, objetivação da atividade do sujeito: o objeto do trabalho enquanto objetivação do gênero humano. Ao mesmo tempo em que aparece como relação histórica entre ser humano e natureza, o

trabalho acaba por determinar, também o conjunto da vida humana, ou seja, como mediador, ele satisfaz necessidades, tornando o gênero humano, na sua apropriação da natureza, cada vez mais um gênero para-si mesmo (RANIERI, 2011, p. 38).

Ainda, no intuito de ratificar o argumento ora defendido, afirma-se que é nesse mundo humano que se constitui a sociedade humana, espaço de relações e interações entre os sujeitos humanos. Por isso, o trabalho é tratado na sua dimensão de fundação e produção da vida e daí o vínculo entre trabalho e sociedade. Um dos maiores estudiosos da categoria trabalho aplicada à educação, Frigotto (2002), teoriza que:

O trabalho, em seu sentido de produção de bens úteis materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação aos outros. Diante disso o trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, as suas múltiplas necessidades. Por isso o trabalho é humanamente imprescindível ao homem desde sempre. (FRIGOTTO, 2002, p 86)

Ao estabelecer o trabalho como “humanamente imprescindível ao homem”, Frigotto (2002) realça a ideia do trabalho como principal elemento para a constituição do mundo humano. Respondendo às múltiplas necessidades humanas, se produz, pelo trabalho, a existência humana. Ou seja, inversamente ao conceito equivocado, abordado historicamente, que aborda a razão como característica fundamental dos seres humanos, sustentada pela famosa teoria aristotélica do homem⁵ como animal racional, afirma-se que uma das características primordiais do ser humano é sua incapacidade de acomodação a natureza e as formas como vai lidar com essa incapacidade, ou seja, a apropriação e transformação da natureza, que nada mais é que trabalho, que práxis humana. Por isso, o trabalho é a característica fundamental do ser humano, pois é por ele que se constitui a própria racionalidade humana, a capacidade de tornar consciente e projetar a construção do mundo humano da sociedade.

Ao estabelecer o processo de produção de ideias, representações e da consciência, assim como a produção espiritual, a partir de um viés vinculado às concretudes materiais da existência, Marx teoriza que:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O

⁵ Homem, para Aristóteles, é no sentido de gênero masculino (por isso não se utiliza ser humano), já que para a mentalidade grega clássica, a racionalidade e a liberdade se fazem no homem livre e proprietário, cidadão ateniense, por isto só este pode ser considerado cidadão e ter direito a palavra pública na ágora, no espaço de debate sobre as coisas relativas a vida política ateniense.

representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, ainda aparecem aqui, como emanação direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias, e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar as suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX, 1998, p. 63).

Reafirma-se aqui, que o trabalho é, então, a relação pela qual se produz a existência humana e a insere em sociedade. É pelo trabalho que se produz a própria sociedade. Sendo assim, só se pode compreender a criação da sociedade a partir da compreensão do “auto-desenvolvimento ontológico do próprio trabalho” (RANIERI, 2011, p. 48). Em decorrência desses elementos, no desenvolvimento do pensamento de Marx, o trabalho é algo mais do que um simples conceito. Trata-se de um “elemento conceitual a partir do qual se estabelece a ordem de uma ciência, ou seja, uma categoria” (KAMMER, 1998, p. 29). Percebe-se que o pressuposto do pensamento marxiano é a impossibilidade da vida humana se organizar como tal se a própria humanidade não tivesse se apropriado das forças exteriores, como a natureza, e compreendido os elementos causais internos, o trabalho, como possibilidade de transformação do mundo natural e criação do mundo humano. De fato:

Os nexos causais aprendidos pelo pensamento e responsáveis, na sua unidade interna, pelo desdobramento da realidade natural (o movimento na natureza tomada em si mesma), nexos esses que são descobertos e assimilados pela consciência, representam o primeiro passo na composição do conteúdo futuro de abstrações tipicamente humanas abstrações racionais. (RANIERI, 2011, p. 57)

Observa-se, a partir da citação, a compreensão do desenvolvimento de uma forma adequada de representação do movimento do ser por intermédio de categorias do pensamento, em que a consciência e, enfim, a existência humana como tal (do ser humano que se diferencia das outras espécies da natureza), somente acontece a partir do trabalho. Vale dizer: é, portanto, o trabalho, elemento fundamental do processo de humanidade do ser humano, de criação da consciência humana, portanto aspecto fundamental da vida humana.

Nesta perspectiva, Organista (2006), em seu livro “O debate sobre a centralidade do trabalho”, faz a diferença entre trabalho e emprego, compreendendo

o segundo como condição histórica e o primeiro, como elemento inalienável da existência humana. Ainda, em seu livro, enfatiza o trabalho como “atividade ordenadora e fundadora de identidades coletivas” destacando “as dimensões subjetivas do trabalho enquanto categoria constituinte e constituidora de modos de agir, sentir e pensar” (ORGANISTA, 2006, p. 16).

Isto posto, interrompe-se, momentaneamente, a reflexão sobre descrição antropológica do trabalho e se passa à questão do trabalho transformado em mercadoria.

2.2 O trabalho como mercadoria

Abordou-se, anteriormente, o trabalho realizado pelos seres humanos, como fator de humanização, pois, ao modificar a natureza pelo trabalho, também o ser humano acaba se transformando. Não é nada mais que os próprios seres humanos que, pela sua inventividade, mediante o trabalho cotidiano, constroem a história: “A história dita universal não é outra coisa que a geração do homem pelo trabalho humano e o devir da natureza para o homem” (MARX, 1987, p. 23). Esta afirmação deve ser compreendida, segundo Langer (2004, sp), “como a de uma verdadeira identidade: a essência do homem é o trabalho”. Ou seja, não há outra possibilidade de existência, senão pelo trabalho. Só se faz plenamente humano, só se constroi humanidade ao imprimir em todas as coisas a marca de sua humanidade, que não é nada mais senão o trabalho. O trabalho é expressão da existência humana.

Saviani (2007) destaca, ao afirmar a centralidade do trabalho na formação humana, que:

O ato de agir sobre a natureza humana transformando-a em funções das necessidades é o que conhecemos com o nome de trabalho. O trabalho não precede a essência do homem, mas surge da própria existência do homem enquanto sujeito que trabalha. O que o homem é, o é pelo trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 17)

O professor Ohlweiler (1984), ao traçar um amplo e completo panorama da evolução econômica do ser humano, com destaque para as formações econômico-sociais do ocidente, em seu livro “Materialismo histórico e crise contemporânea”, afirma:

O trabalho é toda atividade humana que permite exprimir a individualidade daquele que a exerce. Mas exprimir-se para o outro, portanto, de mostrar

ao outro ao mesmo tempo sua singularidade e seu pertencimento ao gênero humano. Aparece, assim, com o surgimento do proletariado o trabalho abstrato, trabalho-mercadoria, mensurável, quantificável, indiferente a seu conteúdo, destacável dos indivíduos intercambiáveis que o executam. (OHLWEILER, 1984, p. 114).

Nesta reflexão, o referido autor reforça a concepção do trabalho como elemento fundamental da existência humana, mas lança como contraponto o trabalho abstrato, trabalho mercadoria que, contraditoriamente, desumaniza o humano. Analisando comparativamente as duas citações, de Ohlweiler (1984) e de Saviani (2007) já se percebe diferença entre a característica fundamental do trabalho, que surge da existência do ser humano e faz com que este seja o que é, mas que, ao mesmo tempo, a partir de um determinado momento histórico, passa a contribuir para o processo de desumanização. Ou seja, o trabalho, de elemento fundamental de humanização passa a trabalho mensurável, quantificável, com a percepção de ser algo alheio aos indivíduos que o executam.

Marx, principalmente em sua obra “O Capital”, salienta a importância do trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, na constituição do mundo humano. Para este autor, valores de uso “[...] constituem o conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social dela [...] os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais dos valores de troca” (MARX, 1983, p. 58). Valores de troca, para o autor, “[...] revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1983, p. 58)⁶. Considerando o antagonismo das relações entre valores de uso e valores de troca compreende-se, a partir de Antunes (2004) que, ao mesmo tempo em que os indivíduos transformam sua natureza externa “tem também alterada a sua própria natureza humana, num processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana”. Percebe-se a centralidade do trabalho social nas dinâmicas de sociabilidade, a centralidade do trabalho social nas dinâmicas de transformação da sociedade, portanto a centralidade na história. Mas, esse mesmo trabalho, considerado como momento fundante da vida humana, essencial para o processo de humanização, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. Nas palavras de Antunes:

⁶ Então, entende-se por valores de uso a utilidade a partir do consumo da mercadoria. Por sua vez, valor de troca implica no tempo socialmente gasto para a produção da mercadoria, portanto, é de caráter quantificável.

O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho (conceito chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não em primeira necessidade de realização humana. (ANTUNES, 2004, p. 09)

Na obra “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” (MARX, 2006) encontra-se a análise da decadência do trabalhador que, de sujeito, tem sua a força de trabalho transformada em mercadoria, fazendo com que o trabalho torne-se estranhado, convertendo em desrealização e alienação do ser social, justamente aquilo que deveria ser fonte de humanidade.

Entende-se por alienação o estado no qual um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam alheios, estranhos ao resultado de sua própria atividade. Marx aborda o trabalho como sendo formador da cultura e diferencial da natureza. É a partir de como os seres humanos estruturam sua vida material que terá origem a organização das relações sociais. O trabalho permite ao ser humano expandir suas energias desenvolvendo sua criatividade a fim de realizar suas potencialidades, ou seja, o trabalho se coloca como sendo libertador do homem, enquanto espécie, da natureza e princípio do seu ser humano. Entretanto, com a estrutura de uma classe dominando outra, o trabalho perdeu seu caráter libertador, servindo apenas para o enriquecimento de alguns, se transformado de elemento de realização para instrumento de alienação.

Sobre o fetichismo é necessária a compreensão do trabalho produtor de valor, pois o mesmo proletário que vende sua força de trabalho para a produção de um determinado produto, ao sair da fábrica onde o produziu, vai à loja para comprá-lo e descobre que está longe das condições econômicas para usufruir desse produto. Essa relação revela a estupidez do modo de produção capitalista. Essa estupidez se mostra no proletário que não se reconhece naquilo que é o seu produto, não se reconhece no seu trabalho. Muitas vezes, não sabe nem mesmo o que e para que produz, ou para onde vai a produção. Muito raramente sabe do porquê não tem acesso ao produto do seu trabalho e, mais raramente ainda, percebe que foi constituído como uma mercadoria ao vender sua força-de-trabalho e não se vê como sendo o seu trabalho que deu valor à mercadoria a que não tem acesso. Na sociedade capitalista as relações que os trabalhadores, e a sociedade como um todo irão estabelecer será a relação a partir das mercadorias, pois estas são como que personificadas. O trabalhador tem negada a consciência da produção da

mercadoria, pois aliena sua força de trabalho e já não percebe que é de si que se origina as mercadorias. Assim, será para ele natural que as mercadorias, seu acesso ou não, condicione as relações estabelecidas entre as pessoas. O modo de produção capitalista tem a peculiaridade de fazer com que as coisas estabeleçam o lugar que as pessoas ocuparão no emaranhado das relações sociais. Existe, portanto, uma inversão em que não são mais as pessoas que estabelecem o lugar das coisas, mas as coisas (a partir do valor da mercadoria) é que estabelecerão o lugar das pessoas nas relações a serem estabelecidas entre elas, é o fetichismo da mercadoria. As pessoas se transformam em coisas, a coisificação do ser humano, e as mercadorias assumem o papel das pessoas na determinação do lugar que cada indivíduo tomará nas relações sociais, a personificação (fetichismo) da mercadoria.

Marx expressa, nos Manuscritos (2006), a alienação como se desenvolvendo quando os indivíduos não conseguem discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito da sua ação nas formas sociais. Assim, os processos alienantes podem ser entendidos como “processos que envolvem, a partir das condições dadas pela vigência da apropriação privada do excedente econômico, múltiplas e complexas concretizações da atividade sócio-humana nas diferentes esferas da vida social” (DURIGUETTO, 2011, sp). Nesse campo amplo de afirmações e desenvolvimentos, a alienação estende sua materialização sem se cristalizar em relações objetuais, que são próprias da sua nova e determinada forma constitutiva a partir do fetichismo. O trabalhador produz a mercadoria vendendo a força de trabalho, o que faz com que não tenha propriedade da mercadoria por ele produzida visto que não é para ele que produz, mas para aquele a quem a força de trabalho foi vendida ficando, então, alheio ao fruto do seu trabalho. Tem-se, então, a produção (pelo trabalho) da mercadoria, a condição em que se dá essa produção (venda de sua força de trabalho a um terceiro, que é o que obterá lucro com o que foi produzido) e a consequência (perda da propriedade, da consciência do que se produz, sendo que o produto do trabalho não está mais consigo, mas com um terceiro, o que leva o trabalhador a perder a capacidade de se perceber no produto por ele criado, ou perceber o produto por ele criado como parte sua como fruto de seu trabalho. Situação que lembra o poema “Cidadão” de Zé Geraldo, aquele que faz o prédio no qual não pode entrar e a escola na qual nem ao menos sua filha, de pé no chão, não pode estudar. Segundo Marx:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que ele existe independente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna em uma força hostil e antagônica (MARX, 2001, p. 26).

O trabalho alienado é, então, a perda da identidade do ser humano como sujeito da produção que se realizará com o produto por ele elaborado. Em um texto escrito pelo presente autor, com a preocupação de refletir sobre a formação da identidade dos sujeitos na sociedade capitalista, afirmei que “não são os mineiros que usam anéis e colares de diamante e nem os torneiros mecânicos que dirigem os carros mais luxuosos, no entanto são eles os responsáveis pela sua produção, mas a eles só cabe o essencial para a sua subsistência” (Michel, 2003, p. 31). E esse processo de alienação do trabalho se efetiva no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. O que significa dizer que sob o capitalismo, “o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada, não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho” (IBID). Esse é o processo de alienação, e esta se desenvolve quando os indivíduos não conseguem discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito da sua ação interventiva nas formas sociais. Assim, os processos alienantes podem ser entendidos “como processos que envolvem, a partir das condições dadas pela vigência da apropriação privada do excedente econômico, múltiplas e complexas concretizações da atividade sócio-humana nas diferentes esferas da vida social” (DURIGUETTO, 2009, sp.).

O que se tem é a reconfiguração do trabalho vital que passa a ser apresentado como trabalho alienado, expressando as relações sociais alicerçadas no tripé: trabalho, propriedade privada e capital. Ou seja, o trabalho passa a acontecer a partir das relações estabelecidas pela dinâmica da propriedade privada dos meios de produção de riqueza da sociedade, organizados pelo capital. Assim, “como a divisão do trabalho aumenta o poder produtivo do trabalho e a riqueza e o requinte da sociedade, empobrece o trabalhador e o transforma em máquina” (MARX, 1983, p. 72), alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material. Como afirma Antunes (2004, p. 31), “o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano”.

Considerando que “o trabalho, na forma capitalista, assalariado, tal como se conhece, é uma relação histórica” (CIAVATTA, 2002, sp), ou seja, foi constituído historicamente, o trabalho se constitui em mercadoria e, como toda a mercadoria, sobre ele é estabelecido um valor, em que a forma mais comum de denominá-lo é por salário.

Dessa forma, o trabalho de elemento de humanização passa à mercadoria, a ser trocada pelo salário. Como já se afirmou, no momento em que o trabalho é vendido como força de trabalho (como mercadoria), o ser humano perde a propriedade sobre o que produz, não reconhecendo o próprio produto do seu trabalho. Perde contato com sua condição de sujeito integral e sua força de trabalho transforma-se em mercadoria. Marx (1983) detalha o processo em que o ser humano se torna alheio ao produto do seu trabalho, explicitando o conceito de alienação:

O trabalho alienado aliena do homem a natureza e aliena o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital [...]. Ele (o trabalho alienado) aliena do homem o seu próprio corpo, sua natureza externa, sua vida espiritual e sua vida humana. [...] uma consequência direta da alienação do homem com relação ao produto do seu trabalho, a sua atividade vital e a vida de sua espécie é o fato de que o homem se aliena dos outros homens. Toda a alienação do homem de si mesmo e da natureza surge da relação que ele postula entre outros homens, ele próprio e a natureza (1983, p. 42).

A alienação do ser humano em seu trabalho começa a se acentuar na Revolução Industrial. O período que compreende a Revolução Industrial teve origem na Inglaterra no século XVIII e se expandiu para outros países a partir do século XIX. Nesse período, conforme Hobsbawm (2006), a produção, então organizada em manufaturas, passa a ser transformada no processo de divisão do trabalho que dará origem às linhas de produção e montagem. Nessas, cada trabalhador cumprirá uma tarefa específica, o que propicia o aumento da velocidade de fabricação, pois o trabalhador passava o dia todo fazendo a mesma tarefa o que o tornava cada vez mais ágil, mas, ao mesmo tempo, perdendo a noção da totalidade do processo produtivo, ou seja, se alienado com relação ao produto do seu trabalho.

Marx (1983) afirma que a partir do trabalho alienado:

[...] o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo [...] seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado (...) o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, de mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador, mas sim a outra pessoa que dirige a produção (MARX, 1983 p.46).

O trabalho alienado faz com que o produto produzido pelo trabalhador seja estranho ao seu produtor, distanciando o trabalhador da compreensão do seu próprio trabalho.

Observa-se, então, duas faces do trabalho. Uma em que o mesmo é visto como atividade central na formação da história humana na construção dos processos de sociabilidade e, até mesmo, na emancipação do ser humano da natureza. Outra que surge a partir do desenvolvimento do capitalismo que faz uma transformação substancial da compreensão da categoria trabalho e nas relações de trabalho, possibilitando a alienação do trabalhador naquilo que produz. A compreensão dessas duas faces é fundamental para o entendimento da categoria trabalho em sua dimensão mais ampla.

2.3 Então, a relação entre trabalho e educação

Considerando que os processos pedagógicos estão implicados pela vivência dos professores na sua vida concreta nos diversos espaços da sociedade, se faz imprescindível a análise da relação entre trabalho e educação, pois é nesta relação que acontece os processos pedagógicos e onde se situa essa categoria profissional que trabalha com educação. Frigotto, refletindo sobre trabalho e educação, afirma que:

Vivemos hoje mudanças profundas no âmbito das tecnologias, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que afeta o cotidiano da escola direta ou indiretamente, a crise estrutural do emprego aprofunda o clima de tensão permanente neste âmbito, face às necessidades reais do ambiente familiar. (FRIGOTTO, 2002, p. 75)

O que Frigotto salienta é a impossibilidade de desvincular o trabalho pedagógico cotidiano das mudanças ocorridas na sociedade, das crises estruturais do emprego e das necessidades reais do âmbito familiar, pois é no seu trabalho que o professor, a partir de sua remuneração, consegue (ou deveria conseguir) os elementos materiais que saciam as suas necessidades materiais e subjetivas. Claro que não se quer aqui fazer eco à dimensão reducionista de trabalho como emprego, pois o emprego é uma das efetivações sociais da possibilidade do trabalho, na sociedade capitalista a mais sarcástica, pela sua construção a partir dos processos de mais-valia. Entende-se que “a mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (MARX, 1983,

p. 231). A mais-valia seria o resultado da riqueza expropriada pelo comprador da força de trabalho do trabalhador responsável pela elaboração da mercadoria, ou seja, para haver mais-valia, tem de haver um vínculo entre o trabalhador e o comprador da força de trabalho, esse vínculo passou a ser conhecido, a partir das sociedades modernas, como emprego.

Mesmo o trabalho tendo um sentido mais amplo que o emprego, não se pode negar que o trabalho dos professores, de maneira formal, se dá vinculado a uma instituição educativa, a partir do estabelecimento de relações de emprego. Percebe-se, assim, que o trabalho tem o seu vínculo com os processos pedagógicos escolares, pois os processos pedagógicos – trabalho – se dá a partir de um vínculo estabelecido com instituições específicas – as escolas – a partir da relação formal de emprego, o que efetiva a relação trabalho/educação.

Para a relação entre trabalho e educação, lança-se as questões, originalmente elaborada por Saviani (2007, sp.) e aqui adaptadas: quais são as características do ser humano que lhes permitem trabalhar e educar? onde está a unidade entre o ato de trabalhar e educar? o que faz trabalho e educação serem um ato único? As respostas vêm do próprio Saviani (2007, sp.):

Se a existência humana não é garantida pela própria natureza, não é uma dádiva divina, nem natural. Mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem ele transforma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem, mas surge da própria existência como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir a sua própria existência. Portanto a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, sp)

Percebe-se, com esses argumentos, a identidade vinculadora entre trabalho e educação, fazendo as duas categorias se fundirem em um ato: educar é trabalhar, o ato de educação é um ato de trabalho. Mas para diferenciar o trabalho da educação, vinculado aqui a um profissional específico – o professor – fica ainda a questão: o que diferencia e o que caracteriza o trabalho dos professores em relação ao de outros trabalhadores? A resposta é dada por Ferreira (2007, p.26): “o trabalho dos professores é sua própria produção de conhecimento e a dos estudantes continuamente, até mesmo na aula, prática social que lhe é atribuída.” O trabalho do professor é único, uma atividade orientada para um fim. O trabalho é a mediação para se chegar ao fim. É necessário reforçar a ideia de que o trabalho – em seu

sentido amplo – é um processo entre o ser humano e a natureza. Sendo assim, o processo de trabalho envolve três aspectos fundamentais:

- O que será transformado (condições).
- A mediação – as ferramentas (objetivos de vida).
- A energia do homem.

A educação tem o fim de produzir e transformar o ser histórico. Compreende-se produzir como dar origem, gerar o homem histórico, fazer com que este se perceba e tome consciência de sua historicidade. Como a educação não é um fenômeno que acontece por si própria, mas articulada pelas relações estabelecidas pelos sujeitos, a partir das relações de trabalho, pode-se afirmar que, pelo trabalho, através da educação, é-se produzido historicamente. Para isso, nesse momento, não se apega somente à educação formal, mas como processo em que o ser humano se lança no domínio do conhecimento e da compreensão necessária para construir a sua existência na sociedade. Daí também a diferença entre produção e transformação, pois não apenas se produz e se reproduz nossa existência em sociedade, mas, a partir do conhecimento e compreensão do que é necessário para nossa existência (educação), afirmam-se e negam-se práticas, percebendo-se como sujeitos com a possibilidade de fazer acontecer de forma diferente esse nosso existir social (movimento dialético).

Sendo o estudante aquilo que é transformado (que se percebe como sujeito histórico) no processo, a finalidade da escola não é somente a aula (confusão geralmente feita por alguns profissionais), pois a aula é o espaço e tempo estabelecidos como meios para alcançar a finalidade. A finalidade é o estudante transformado, através do conhecimento produzido em aula, conhecimento que o leva a percepção de sua historicidade. Ou seja, na relação de trabalho tem-se: a energia do ser humano, que se expressa no professor (que pelo seu esforço físico e intelectual age sobre o que tem de ser transformado); as ferramentas utilizadas pelo professor para a transformação; e o estudante (o que está para ser transformado). Obviamente que essa relação não se dá de forma linear/passiva, mas a partir de condições que consideram o movimento cíclico/histórico/dialético, pois o movimento é o processo que levará ou não à transformação. Sendo assim, a educação tem a função de produzir o ser histórico. Nessa perspectiva, Landini, ao escrever sobre o trabalho dos professores, relata que:

O trabalho docente tem como pressuposto a ação voltada à condução dos processos de ensino com a finalidade de proporcionar aos alunos a apropriação, assimilação e generalização do conhecimento científico. Tal ato se caracteriza como uma prática em que o processo de trabalho, bem como o produto e o resultado final são autonomamente organizados pelo docente, o que significa que os meios e a escolha de alternativas para a consecução dos objetivos são conscientemente definidos pelo professor. Isto implica que o significado da ação docente está relacionado ao desenvolvimento do gênero humano, de modo a potencializar a consciência dos sujeitos sobre as condições postas e suas escolhas alternativas. Deste modo, o sentido da ação docente caracteriza-se pela realização de uma atividade fundamental para a condição de humanização. (LANDINI, 2008, sp.)

É necessário, no entanto, considerarem-se as condições históricas como base de uma característica particular para o trabalho dos professores, tendo em vista o papel que lhes é atribuído no processo de reprodução social, ou seja, na continuidade do movimento social. Isso significa não negar que, no sistema capitalista, as ações e as práticas dos professores têm como uma de suas características o processo de reprodução da propriedade privada e da desumanização dos sujeitos, o que está em conflito com a possibilidade de desenvolvimento das condições de humanização por meio do conhecimento. Esse quadro, segundo Landini, (2008, p. 46):

[...] imprime um caráter contraditório à sua atuação cotidiana, limitando o significado de seu trabalho e, ao mesmo tempo, imprimindo um novo sentido à sua prática. Tal condição é geradora de diferentes formas de reação, que podem levar a acomodação e à alienação, ou desencadear mecanismos de resistência tanto individuais quanto coletivos.

Faz-se importante resgatar o alerta de Mészáros (2008, p. 11), ao afirmar que “a educação não é um negócio, é criação; que educação não deve ficar para o mercado, mas para a vida”. Para a compreensão do alerta de Mészáros se faz imperativo refletir sobre o trabalho como processo de objetivação que tem por base a ação consciente frente às necessidades e às condições concretas, processo no qual, segundo Lemos (2010, sp.), “são definidas, também, a essência da postura subjetiva e as formas por meio das quais o sujeito do processo do trabalho define sua postura com relação a si mesmo”.

Landini (2008) ainda reflete que:

O trabalho humano é um processo que contém em si as formas por meio das quais os homens se auto-realizam, transformam conscientemente o mundo objetivo e a si mesmos, ativando uma série de conexões que expressam a materialidade e a subjetividade e agem na direção do desenvolvimento humano. Assim, é possível considerar que o dever-ser, tanto na perspectiva da objetividade quanto da subjetividade, em sua

relação dialética, é o elemento norteador da formação humana, marcadamente social. Neste processo só é possível conceber a ação humana na direção de um fim- teleologia-, tanto do ponto de vista material quanto subjetivo, mediante a inseparável inter-relação entre ambos os aspectos. O devir se caracteriza, fundamentalmente, tanto pelo transformar-se quanto pelo vir a ser, processo inerente da auto-criação. (LANDINI, 2008, p.48)

Há uma problematização interessante lançada pela autora acima: a relação dialética entre o dever-ser e a possibilidade de ser aquilo que se objetiva e as condições sócio-materiais-históricas para alcançar o que se objetivou. Relação dialética essa, que se faz cotidianamente presente no trabalho dos professores e que se dá por dois principais fatores. O primeiro, o que está para ser transformado, o estudante, não é um objeto passivo, mas repleto de vontade e interesses próprios e condições sócio-materiais-históricas específicas. Segundo, pelas condições de trabalho do professor, pelas ferramentas apresentadas ao professor para o processo de transformação, que nem sempre são aquelas em condições de melhor contribuir para a construção do produto final. Ao que pode sugerir aos professores se acomodarem naquilo que Mészáros denuncia como sendo, na sociedade capitalista, o objetivo último da educação, em suas palavras:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se o estigma para a sociedade capitalista: fornecer o conhecimento e o pessoal necessário a maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e do estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução de um injusto sistema de classes. (MESZÁROS, 2008, p.11)

Vale o alerta de Paro (2010, p. 62) de que “o problema central da educação é a distorção da especificidade da escola, que não leva em conta o trabalho do professor” e, poder-se-ia afirmar, que não leva em conta o professor como trabalhador da educação. Daí a insistência de Paro de que:

[...] para existir uma educação de qualidade, de verdade, a educação envolve o pedagógico e o político, as duas dimensões se complementam para a consciência e a prática de que o trabalho do professor é único, é uma atividade orientada para um fim, o trabalho é a mediação para se chegar ao fim. (PARO, 2010, p. 67)

Paro leva a crer que a questão está nas formas de apropriação das práticas contraditórias e do sentido que caracterizam o trabalho do professor frente às condições objetivas, buscando maior conhecimento das condições de trabalho e, ao

mesmo tempo, identificando as formas necessárias de organização coletiva, na direção do conhecimento das condições postas, o que une as esferas pedagógicas e políticas.

É justamente a união das esferas pedagógicas e políticas que lança de forma ainda mais aprofundada no pensamento de Marx. O tema da educação, se sabe, não foi central na obra de Marx. Não foi objetivo do referido pensador elaborar uma teoria da educação, muito menos introduzir teorias metodológicas e diretrizes para o processo de produção do conhecimento. Sua principal preocupação foi o estudo das relações sócio-econômicas e políticas e seu desenvolvimento no processo histórico. Entretanto, a questão educacional encontra-se inevitavelmente emaranhada em sua obra. Assim, para compreender-se qual sua perspectiva na análise do fenômeno educativo precisa-se, inevitavelmente, entender seu modo de compreender a sociedade.

Para Marx (2006), não há como falar da história sem considerar a existência de seres humanos reais que, como tais, não têm possibilidade de existência fora da sociedade e, portanto, se caracterizam como seres de relações. Pode-se afirmar que, para ele, o que constrói a essência do ser humano é o conjunto das relações sociais, que se articulam a partir das relações de trabalho. Assim, somente na sociedade e pela sociedade se tem a possibilidade de constituição do processo de humanização do ser humano. Gadotti lembra que, para Marx, o homem não é algo dado, acabado. “Ele é processo, ou seja, torna-se homem” (1984, p. 51).

Segundo Santos (2011, sp) “o que o ser humano é coincide com “o que” e “como” ele produz. Ao contrário de Hegel, para quem a consciência determina a vida concreta, real; em Marx é a vida concreta e real que determina a consciência”. Assim, “O que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 1998, p. 35).

Para melhor compreender o processo educativo, é necessário que se entenda o processo no qual os seres humanos produzem a sua existência, isto é, “o processo produtivo, o mundo do trabalho e o âmbito de suas relações” (SANTOS, 2004, sp). Para essa análise se faz necessário que se recorra ao processo da divisão do trabalho, pois só assim se permite levar em conta o processo de desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade. Talvez por isso, observa-se cotidianamente que muitos professores vêm-se como executores de atividades

que exigem produção intelectual e, com isso, ignoram o seu trabalho manual. A divisão do trabalho conduz a diferentes e opostos interesses.

Oliveira (2006), ao refletir sobre a organização do trabalho coletivo nas escolas, a partir da teoria do valor em Marx, aborda que:

O advento da propriedade privada provocou uma mudança decisiva na divisão do trabalho. A partir da divisão do trabalho em trabalho manual e trabalho intelectual surgem outras dicotomias: gozo e trabalho, produção e consumo, miséria e opulência. Estas dicotomias originam um conflito de interesses: o individual versus o coletivo, o público e o privado (OLIVEIRA, 2006, p. 62).

Inserindo essa discussão no contexto geral do trabalho, Marx e Engels (1998) e “A Ideologia Alemã” apontam para as conseqüências da divisão do trabalho:

[...] com a *divisão do trabalho* fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material – a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem estes elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada (1998, p. 78).

Entretanto, a característica humanizante, socializante e edificante do trabalho, que permite ao ser humano construir-se na interrelação com os demais indivíduos, desfaz-se sob a economia capitalista. Nas palavras de Santos:

O ser humano passa a representar uma força de trabalho que é vendida aos proprietários dos meios de produção como aparente garantia de sua sobrevivência. A vida torna-se um simples meio de vida. Como conseqüência disso tem-se aquilo que Marx denominou como alienação. O trabalho que o ser humano realiza produz objetos que lhe são estranhos. O antagonismo entre o que ele produz e o que ele é na vida cotidiana aumenta cada vez mais. (SANTOS, 2011)

Ou seja, trabalho e trabalhador se tornam cada vez mais alheios um ao outro mesmo em uma necessária relação de dependência, pois, no trabalho alienado, quanto mais o trabalhador produz, mais ele se nega a si mesmo, mais se arruína física e espiritualmente. Nas palavras de Oliveira (2006, p. 63), “o conceito de alienação mostra concretamente o que impede o desenvolvimento do ser humano e como se pode ultrapassar tais impedimentos”.

A concepção de Marx focaliza um duplo aspecto da atividade humana: o trabalho em geral, criador de valor de uso; e o trabalho estranhado, criador de valor de troca. Abordando esta dupla face do trabalho, foca-se novamente no tema da alienação, cuja formulação teórico-conceitual está situada no modo de produção capitalista e na sua particular e específica forma de produção material. Nos “Manuscritos”, Marx (2006) apresenta a primeira formulação da especificidade da

alienação na sociedade burguesa - o problema do fetichismo, definido em função da análise do conjunto de “mediações histórico-concretas, responsáveis pela afirmação do valor de troca como forma determinante dos intercâmbios econômico-sociais e das interações sócio-culturais da sociedade burguesa” (OLIVEIRA, 2003, sp).

Neste quadro, pensando especificamente no caso dos trabalhadores professores, observa-se que o professor aproxima-se do trabalhador proletário. Proletário entendido como a classe antagônica à classe capitalista. O proletário consiste naquele que não tem nenhum meio de vida exceto sua força de trabalho (suas aptidões), que ele vende para sobreviver. O proletário se diferencia do simples trabalhador, pois este último pode vender os produtos de seu trabalho (ou vender o seu próprio trabalho como serviço), enquanto o proletário só vende sua capacidade de trabalhar (suas aptidões e habilidades humanas), e, com isso, os produtos de seu trabalho e o seu próprio trabalho não lhe pertencem, mas àqueles que compram sua força de trabalho e lhe pagam um salário.

Quadro, esse, que se encaixa perfeitamente na compreensão da escola como prestadora de serviços – que presta um serviço com características muito próprias a serem consideradas, mesmo fortemente atreladas a lógica do lucro. Para prestar o serviço a qual se propõe, as escolas da Rede Particular de Ensino – portanto as escolas privadas, gerenciadas a partir de modelos empresariais – compram a força de trabalho do professor pagando um determinado salário (geralmente com valor estabelecido por horas/aula), caracterizando o professor, então, como proletário. É fundamental saber que a escola, enquanto instituição física/material, não tem capacidade alguma de comprar força de trabalho seja dos professores ou do trabalhador que for. A questão é: quem, pela escola, compra a força de trabalho dos professores? Ora, se a escola se organiza, enquanto gestão, como empresa, possui um empresário, ou uma organização empresarial (denominada mantenedora), responsável por efetivar a compra da mão de obra dos professores. Ou seja, quem compra a mão de obra dos professores é a classe patronal.

Alienado do produto do seu trabalho, “impedido ter acesso à formação continuada, passa a vender a força de trabalho, dando aulas ‘em série’, em intermináveis jornadas de esforço.” (OLIVEIRA, 2006, p.212). Sendo assim, o professor já não se reconhece mais no produto do seu trabalho, pois o faz em série, como se fosse mais um operário apertando engrenagens em uma indústria. A diferença é que as engrenagens são substituídas pela avaliação e preparação de

aulas em série; e a indústria, pela escola e sala de aula. E ainda, a exemplo da divisão do trabalho, a divisão da organização curricular por disciplinas em que cada professor de uma área do conhecimento específica “aperta o parafuso” daquela disciplina, contribui para que o professor perca a noção da totalidade do produto do seu trabalho que é a formação escolar do estudante, o que se leva a deduzir sobre a alienação da totalidade do processo do seu produto. Ao estabelecer-se a aproximação dos professores como trabalhador proletário, são fundamentais as observações de Ferreira:

Reitero que os professores sejam pertencentes ao proletariado. Entretanto, ser proletário hoje é diferente de ser proletário na época de Marx. Formalmente a definição de classe trabalhadora era a classe que nada possuindo senão sua força de trabalho, vende a sua força de trabalho em troca de sua subsistência [...] Ciente dessas características, embaso-me em Antunes para apresentar argumentos sobre a inclusão dos professores no proletariado, concordando com esse autor, que propõe uma outra denominação e configuração para a classe proletária: Classe que vive do trabalho [...] a denominação abarca uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora. (FERREIRA, 2006, p. 156)

Referenciando as palavras de Ferreira, ao abordar os professores como pertencentes a uma classe específica, a classe-que-vive-do-trabalho, se faz fundamental, para saber-se o que é esta classe específica, o conceito de Antunes (2005 p. 52): “[...] aqueles e aquelas que vendem sua força-de-trabalho em troca de salário”. Atualiza-se o conceito de proletariado como sendo a classe composta por todos os que vivem fundamentalmente da relação de troca da força-de-trabalho por remuneração assalariada. Sabendo que os professores trocam sua força de trabalho por salários, situasse o professor como classe-que-vive-do-trabalho. Sendo assim, o professor está sujeito a todas as relações específicas de um trabalhador, incluindo a alienação que, muitas vezes, leva ao sofrimento pelo desconhecimento do produto do seu trabalho.

Dejours (1999) assinala o sofrimento no trabalho e enfatiza as suas possíveis causas, como o medo da incompetência, a coação externa para a diminuição da excelência do trabalho o que denomina como “pressão para trabalhar mal” e também a desesperança quanto à importância do trabalho realizado. Aborda os mecanismos de defesa gerados por estas circunstâncias a que se refere como “estratégias coletivas de defesa” (DEJOURS, 1999, p. 81). São exemplos desses mecanismos, bastante utilizados pelos professores: a resistência a todos os tipos de mudança; a excessiva submissão; o baixo índice de envolvimento com o trabalho,

com as aspirações e as lutas da categoria profissional; e a não consciência dos problemas vivenciados no cotidiano da escola, o que se caracteriza como alienação. É interessante observar que o sofrimento é uma questão econômica e política, mas que se subjetiva nos profissionais da educação, dando a impressão que é apenas uma questão subjetiva, o que pode desvincular a questão do sofrimento com uma série de relações políticas e econômicas que jogam o profissional neste estado.

Outra referência que se faz interessante é a alusão de Dejours (1999) às relações de poder no ambiente de trabalho. Segundo o autor não se pode esquecer que a escola constitui-se em uma instituição bastante conservadora e autoritária. As relações de poder consubstanciam-se, geralmente, no ambiente de trabalho, sob a forma de relações autoritárias e de controle. Obviamente que este quadro não poderia ser diferente quando a educação é tratada como mercadoria. Assim, os trabalhadores da educação (especificamente os professores – interlocutores deste estudo) são considerados como produtores de mercadorias. Visto que, no sistema produtivo capitalista, o trabalhador está alienado do produto final, o mesmo acontece com o professor – operário da educação. Poder-se-ia considerar também que aos operários industriais basta apenas produzirem, visto que as ferramentas de produção já estão prontas (nem desta produção eles participam), o que não é tão diferente do professor da rede privada de ensino, com os objetivos, metas e materiais pedagógicos indicados – com poucas possibilidades de mudança – cabendo apenas aplicá-los aos alunos. Daí, então, o alerta de Gentili (2001, p. 112) de que “os sistemas educacionais eram considerados pelos grupos dominantes [...] como um poderoso dispositivo institucional de integração social num sentido amplo”. Respaldo nas palavras de Ciavatta (2008, sp), quando a autora destaca que “segundo a tradição brasileira a educação chegou a ser submetida às exigências da produção para o mercado, acrescida da ideologia da eficiência, da eficácia da produtividade, da competitividade”.

Note-se que se a educação se estabelece a partir dos princípios mercadológicos, obviamente que os métodos para a disputa desta fatia específica do mercado, ao que se refere à rede particular de ensino, não estará necessariamente nas mãos dos professores, mas dos marqueteiros, administradores e equipe profissional adequada, que a prepara para a competição do mercado. Caberá, então, ao professor, segundo esta lógica, apenas executar as tarefas específicas a que foi designado, na ideia de adquirir mais clientes para a empresa

na qual trabalha, neste caso, a escola particular. Ou seja, o professor nada mais é que, parafraseando Morais (1956), não operário em construção, mas operário da educação. Neste sentido, há um trecho de “operário em construção”, que retrata de forma singular a vida deste também operário, o professor: “tudo desconhecia/ de sua grande missão”. A essa observação fica a questão: e o professor da rede particular de ensino, reconhece a sua verdadeira “missão⁷” como trabalhador da educação no processo mercadológico da sociedade capitalista?

Faz-se relevante a reflexão de Ciavatta:

O objetivo que temos, de analisar a relação trabalho e educação [...] obriga-nos a explicitar nossos pontos de vista [...]: o compromisso político com a construção de uma história que sirva de meio de expressão de demandas manifestas pelos setores populares, portanto, concorra para o alargamento da consciência no sentido da democratização da educação [...]. (CIAVATTA, 2008, sp).

Novamente, reforça a referência elaborada anteriormente, de que a educação envolve o pedagógico e o político, pois são pelas opções políticas que se orientam práticas pedagógicas, elaboradas pelas escolas da rede particular de ensino, que optam pelo adentramento ao modelo mercantilista do capital, organizando os seus professores como peças na engrenagem daquilo que se apresenta como objetivo maior, a manutenção de clientes para a obtenção de lucros. O que leva a escola a enfrentar a lógica do capital construindo um processo pedagógico, por opção política que, retomando as palavras de Ciavatta (2008) acima citada, se abstém de expressar as demandas populares e de alargar a consciência a partir da democratização da educação. A grande questão é, dentro desse emaranhado apresentado, quais os sentidos que os professores da rede particular de ensino se atribuem como trabalhadores da educação? Esta é, obviamente, a busca de resposta que esta pesquisa ambiciona construir a partir do recorte da rede particular de educação, do município de Santa Maria.

Após refletir-se sobre a relação trabalho/educação, situando as práticas educativas como trabalho, portanto, vista tanto quanto ao sentido antropológico deste, transformado em mercadoria nas sociedades capitalistas, faz-se necessário

⁷ Aqui se faz questão de utilizar a palavra missão entre aspas por esta ser comum nas falas das instituições particulares de ensino (a missão da escola, missão a qual os professores devem estar afinados). É interessante lembrar o sentido original da palavra missão, o de envio – destinação, e tem sua origem em duas instituições específicas e antigas – a igreja e o exercito. A missão é entendida, nesse sentido, como pessoal e institucional. É pessoal porque é de cada um – cada um tem sua missão, seu sentido de envio, seu destino – e institucional porque a missão de cada um deve ser posta para o crescimento da instituição específica.

pausar momentaneamente estas reflexões e abrir uma reflexão específica sobre um dos possíveis espaços em que se materializa a educação a partir especificamente do trabalho docente, a rede particular de ensino.

Considerando as particularidades e peculiaridades próprias desta rede, se fará a sua análise no capítulo a seguir.

3. A REDE PARTICULAR DE ENSINO

Para conceituar a Rede Particular de Ensino, se faz necessário recuperar a sua historicidade. Sabendo a que a historicidade da Rede Particular de Ensino em nosso país não está desvinculada da história da educação no Brasil, se faz necessário que se resgate esta memória histórica de nosso Estado. Neste sentido, este capítulo será dividido em quatro partes primeiramente um sucinto resgate da história da educação no Brasil, situando – nessa história – a história da Rede Particular de Ensino no Brasil⁸; posteriormente se conceituará a Rede Particular de Ensino; na terceira parte, para melhor compreender os professores que exercem o seu trabalho nesta Rede específica, se situará os professores da Rede Particular de Ensino em suas especificidades e particularidades naquilo que caracteriza o seu ambiente de trabalho; por fim a pesquisa abordará, especificamente, as escoladas de Rede Particular de Ensino da cidade de Santa Maria – local em que se encontram os sujeitos da pesquisa.

3. 1 A história da rede particular de ensino brasileira a partir da história da educação no Brasil – algumas considerações

A História da Educação Brasileira mostra que esta foi se configurando a partir de rupturas marcantes, muitas vezes, conflituosas e complexas. RIBEIRO (2007) desataca que a primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo.

“Não se pode desconsiderar que os portugueses introduziram no Brasil um padrão de educação próprio da organização social europeia, o que não exclui saber que as populações que por aqui viviam possuíam um modo de se fazer com características próprias”. Porém, a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha a formalidade do modelo educacional indo-europeu. (RIBEIRO, 2007, p. 112)

⁸ O resgate histórico será sucinto, pois a história da educação não é objeto central na presente pesquisa. Porém se percebe necessário que esta historicidade seja abordada para situar o leitor na compreensão do momento em que é originado a Rede Particular de Ensino e o espaço que esta ocupa na história da educação brasileira. O espaço de trabalho do professor – espaço este em que se elabora um sentido enquanto trabalhador da educação – está situado na historicidade com momento específico de origem, em suas complexidades, contradições e conflitos. Neste sentido que será abordado.

Ao chegar ao Brasil, os Jesuítas trouxeram junto com a moral, os costumes e a religiosidade europeia, também as propostas de métodos pedagógicos, efetivados absolutos durante 210 anos, de 1549 a 1759.

Ao considerar o primeiro caráter confessional da educação, há que abordar que a Companhia de Jesus foi constituída por Inácio de Loiola junto a um reduzido grupo de discípulos, na Capela de Montmartre, em Paris, em 1534, com objetivos catequéticos de difundir o catolicismo em oposição a Reforma Protestante. Como aborda RIBEIRO (2007, p. 87):

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em março de 1549 junto ao primeiro governador-geral, Tome de Souza. Comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega, edificaram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, nomeando como diretor o Irmão Vicente Rodrigues, contando apenas 21 anos. Irmão Vicente tornou-se o primeiro professor nos moldes europeus e durante mais de 50 anos dedicou-se ao objetivo jesuítico do ensino e da propagação da fé religiosa.

No Brasil os jesuítas se destinaram a divulgação da fé católica junto com a educação, pois perceberam a impossibilidade de converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. De Salvador a obra jesuítica ampliou-se para o sul e em “1570 já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia)” RIBEIRO (2007, p. 98).

Em 1759 uma nova ruptura marca a História da Educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Se existia alguma estrutura em termos de educação, o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Tentou-se as aulas régias, o subsídio literário, mas a dificuldade de organização da educação no Brasil continuou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolve transferir o Reino para o Novo Mundo. Como afirma Romanelli (1991, p. 36):

Na verdade não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para preparar terreno para sua estadia no Brasil D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Segundo alguns autores o Brasil foi finalmente "descoberto" e a nossa História passou a ter uma complexidade maior.

Os jesuítas foram expulsos das colônias por Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, em decorrência das radicais diferenças de objetivos: os jesuítas preocupavam-se com a educação confessional e

o noviciado, Pombal objetivava reerguer Portugal do atraso que se encontrava diante de outras potências europeias da época. A educação jesuítica entrava em contradição com interesses comerciais intencionados por Pombal. As escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal projetava organizar a escola para servir aos interesses do Estado. Estabelecia-se naquele momento o grande antagonismo de objetivos educacionais em terras brasileiras no que concerne a escola confessional versus a escola laica. Fato histórico importante é abordado por Romanelli (1991, p. 65):

Em 1820 o povo português mostra-se insatisfeito com o não retorno da Família Real e inicia a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto. Isto apressa a volta de D. João VI a Portugal em 1821. Em 1822, seu filho D. Pedro I declara a Independência do Brasil e, tendo como referência o cunho liberal da constituição francesa, outorga a primeira Constituição brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que a "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos".

Em 1834 o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela organização e administração do ensino público primário e secundário. Em decorrência a essa determinação, em 1835, surge a primeira escola normal do país em Niterói.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada mais se fez de significativo pela educação brasileira, em termos de políticas públicas quando a Reforma de Benjamin Constant, que assumiu como Ministro da Instrução Pública em 1889, tinha como princípios orientadores “a liberdade e a laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária” (Pilletti, 1996, p. 82), é colocada em prática. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira e que seria válido, com mudanças não significativas até 1936. Romanelli (1991, p. 62) aborda que:

Em 1936 Os poderes públicos mantêm e controlam 73,3% das escolas do país. Vinte e quatro por cento das escolas particulares não obedecem aos padrões oficiais de ensino, estabelecendo uma organização curricular e uma sistematização pedagógica própria.

Como reflexo das tendências fascistas do período em questão, Getúlio Vargas outorga nova Constituição em 10 de novembro de 1937. A orientação político-educacional para a organização e inserção do país no mundo capitalista fica explícita na preocupação de preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Destaca-se, neste período, o ensino

pré-vocacional e profissional. Propõe-se, neste período, que a arte, a ciência e o ensino sejam “livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando somente do Estado o dever da educação e abrindo espaço para uma maior organização e atuação das escolas particulares” (ROMANELLI, 1991, p. 70).

Em 1946 a educação brasileira passa por mais uma reformulação. RIBEIRO (2007, p. 105) destaca que:

O fim do Estado Novo, em 1946, materializou-se na elaboração de uma Constituição nova, de maior influência liberal e democrática. Na área da Educação, esta nova Constituição estabelece a obrigatoriedade do ensino primário completo e constitui competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, incluindo as escolas particulares. Além disso, a nova Constituição reaviva o princípio da educação como direito de todos, inspirada nos preceitos proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

Tendo como base as doutrinas derivadas da Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani, organiza uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo professor Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Em novembro de 1948 o referido anteprojeto foi encaminhado a Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão “da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da geração de 30, e a participação das instituições privadas de ensino” (Pilletti, 1996, p. 74). Após 13 anos de debates foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem as pretensões do anteprojeto original, “prevalecendo às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros” (ROMANELLI, 1991 p. 98). Nesse momento os estabelecimentos particulares de ensino passam a ser efetivamente reconhecidos pelo Estado brasileiro, formando paralelamente a Rede Pública de Ensino a Rede Particular de Ensino, que não tem como função fazer oposição ou ser o complemento as escolas

públicas, mas o de se apresentar como uma alternativa didático pedagógica e estrutural as escolas mantidas pelo Estado.

3.2 Conceituando a rede particular de ensino:

As redes de ensino são sistemas sustentados por um mesmo tipo de fonte financeira, que pode ter alguma forma de regimentação complementar, além daquela prevista em lei. A Rede Pública de Ensino⁹ é mantida pelo poder público, subdividindo-se entre sub-redes federal, estaduais ou municipais, e a Rede Particular de Ensino é mantida por recursos próprios disponibilizados pelas suas mantenedoras ou através de anuidades pagas pelos alunos.

Sob a denominação de escolas particulares, temos instituições as mais diversas, variando desde a escola de Educação Infantil, até as grandes instituições com inúmeros alunos.

Pioneiras na missão de educar, as escolas particulares começaram ainda no tempo do Brasil Colônia, com as "escolas de ler e escrever" dos padres jesuítas e, através das várias etapas da nossa história, contribuíram para a formação do povo brasileiro, de suas lideranças políticas e sociais, buscando sempre a excelência pedagógica. A criatividade e a constante inovação do ensino particular são fatores que influíram decisivamente na melhoria do ensino e da educação em nosso país.

A escola particular tem a sua existência garantida pela constituição brasileira, que, no capítulo da educação, prevê a liberdade de aprender e ensinar, bem como "o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (SINEP, 2012, sp). Esta é uma importante contribuição das escolas particulares para a democracia brasileira, proporcionando uma grande variedade de opções pedagógicas e se apresentando como alternativa a escola pública. A Lei 9.394/96, em seu artigo 3º, parágrafo 5º, garante a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e, em seu artigo sétimo o ensino livre a iniciativa privada, desde que estas atendam algumas condições estabelecidas pelo Estado, tais como cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; autorização de funcionamento e

9 É um sistema caracterizado por possuir instituições de ensino públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

avaliação de qualidade pelo Poder Público; – capacidade de autofinanciamento; garantindo, em seu parágrafo 2º do artigo 8º, que os sistemas de ensino terão a liberdade de organização nos termos da referida lei. A lei 9.394/96 voltada para o sistema privado e público, ainda garante, em seu artigo 12º, parágrafo 1º, a liberdade dos sistemas de ensino de elaborarem e executarem suas propostas pedagógicas e em seu parágrafo 4º do mesmo artigo de velar pelo plano de trabalho de cada docente.

Tendo, os sistemas de ensino, a liberdade de elaboração e execução das propostas pedagógicas, a lei 9.394/96 garante aos professores a incumbência de participarem da elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino (parágrafo I do artigo 13), salientando a obrigatoriedade de elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino (parágrafo II do artigo 13).

Tomando como referência o documento maior da educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a LDB, define-se a rede particular de ensino como um sistema caracterizado por possuir instituições de ensino privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no seu Capítulo 9 e art. 20, de 1996. A rede particular de ensino geralmente é mantida por recursos próprios ou através de anuidades pagas pelos estudantes, englobando escolas abertas e outras de vários tipos, como as de orientação religiosa (também chamadas de escolas confessionais), as mantidas por sindicatos de classe ou grupos empresariais ou, ainda, as escolas cooperativas, mantidas por grupos de pais de alunos (LDB, 9394/96, art 20, cap 9).

Por escola confessional compreende-se, conforme Menezes e Santos (2002, n/p), a escola vinculada ou pertencente a igrejas ou confissões religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas. Para esse tipo de escola o desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos estudantes é o objetivo primeiro do trabalho educacional. Dessa forma, se a escola leiga constroi sua proposta baseada apenas em correntes pedagógicas, a confessional procura ter um embasamento filosófico-teológico.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96), de 1996, no seu capítulo 9, artigo 20, parágrafos I, II, III e IV as instituições privadas que compõem a rede particular de ensino se enquadram nas seguintes categorias:

- I. Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II. Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III. Profissionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação profissional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV. Filantrópicas, na forma da lei. (LDB, 1996, n/p)

Após as definições esclarecidas pela LDB 9394/96 sobre as características gerais da rede particular de ensino parte-se para significados mais específicos. O primeiro, e o mais importante de todas, é saber-se que as escolas da rede particular não são dirigidas pelo Estado¹⁰, mas por entidades, instituições, associações, cooperativas e/ou grupos privados, o que já as distingue fundamentalmente das escolas ditas públicas. A interferência do Estado na instituição privada de Ensino, no que se referem especificamente às questões pedagógicas, está na obrigação das escolas privadas seguirem as diretrizes fundamentais da educação, estabelecidas pelo poder público, seja na LDB 9394/96, sejam as orientações curriculares estabelecidas pelos parâmetros curriculares nacionais (PCNs).

Sendo a escola da rede particular gerida de forma particular e não pública, não há o que garanta ou obrigue, necessariamente, que aconteça, em seu ambiente, qualquer processo de democratização da gestão da educação. Entende-se por democratização da gestão da educação a participação direta ou indireta dos estudantes, professores, funcionários, pais e membros da comunidade escolar como um todo, na gestão escolar. Pode-se afirmar que o que caracteriza as escolas particulares, fundamentalmente as escolas particulares em sentido estrito e profissionais, é uma gestão não democrática, mas estabelecida a partir de um modelo gerencial empresarial. E isto motivada especificamente por uma questão objetiva: não estando vinculadas ao poder público, não recebem, necessariamente,

¹⁰ O Estado pode ser definido como o exercício de um poder político, administrativo e jurídico, exercido dentro de um determinado território, e imposto para aqueles indivíduos que ali habitam. É, o Estado, o responsável pela articulação, desenvolvimento e aplicação das políticas públicas, incluindo as políticas públicas de educação.

recursos públicos para a sua sobrevivência administrativa, o que faz com que sua administração tenha que ser profissionalizada, visando ao lucro para poderem continuar existindo como tais. Há situações em que são investidos recursos públicos em escolas particulares. E estas situações se dão quando as escolas particulares, em parceria com o poder público, cedem suas estruturas físicas e de pessoal para o atendimento dos estudantes que, por situações diversas, não estão nas escolas mantidas pelo poder público. As escolas particulares pertencentes a congregações religiosas que possuem caráter assistencial são exemplos dessa relação.

A não democratização da gestão educacional não significa a impossibilidade de os professores participarem da construção do projeto pedagógico, das definições curriculares e do planejamento de ensino de sua escola. Mas essa participação não se define como prática democrática, pois a última palavra, a decisão final é de instâncias vinculadas aos setores de decisões burocráticas da escola. Os setores responsáveis pelas decisões levam em consideração a necessidade de manter uma carteira específica de clientes (os estudantes) dentro daqueles desafios que o mercado estabelece em um momento específico, garantindo, então, sua sobrevivência financeira.

Abordei em um texto em que dissertava sobre a gestão educacional, que:

As políticas de educação que direcionam para uma gestão democrática do sistema de ensino devem considerar que esta só se efetivará no rompimento com a tradicional cisão entre os que decidem e planejam e os que executam e sofrem as consequências das decisões tomadas. Para que ocorra este rompimento, compreende-se que todos os níveis de participação devem se fazer presentes nos processos democráticos, pois não basta fazer parte, o que pode ser exercido de forma passiva, mas avançar para a apropriação das informações, a plena atuação nas deliberações, das mais simples as mais importantes, exercendo o controle e avaliação sobre o processo de planejamento e execução. (Michel 2011, p. 14)

O que era problematizado pelo presente autor é que os projetos de políticas para a gestão educacional, construídos a partir de discursos de planejamento estratégico-empresarial, elaboram indicadores de desempenho para as escolas com o objetivo de referenciar o diagnóstico prévio para a avaliação dos resultados. Assim, os projetos de gestão são concebidos e geridos, como um instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e estratégias que emanam de vários centros de decisões e de diferentes atores. A gestão, alicerçada no modelo técnico-empresarial (assumido pelas escolas particulares), suscita uma pseudo-neutralidade em sua essência no

que tange à artéria política dos atos pedagógicos. Ou seja, busca-se desvincular as ações pedagógicas das estratégias de ampliarem a carteira de clientes. Os professores participam da organização do planejamento pedagógico, mas são deslocados de serem atores das definições pedagógicas e administrativas de suas instituições, por que são (no dizer de muitos gestores dessas instituições) aqueles que têm visão de sala de aula, e não da totalidade do processo administrativo pedagógico. A diferença de gestão e de manifestação de descontentamento frente a determinadas gestões por parte dos professores, como a busca por efetivar os espaços de democratização do ensino, são fundamentais das escolas particulares para as escolas públicas.

Não estando vinculadas ao poder público, os seus trabalhadores não são contratados via concurso público, com a garantia de certa estabilidade de carreira profissional, mas contratados via processo seletivo basicamente de análise de currículos, com seu vínculo profissional regido a partir da legislação estabelecida pela Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, o que não lhes garante os direitos de estabilidade como a de um concurso vinculado ao poder público. Essa característica é importante, pois sem ela não se compreende a necessidade que, muitas vezes, os trabalhadores da educação têm de se adaptarem, sem questionamentos mais incisivos, às peculiaridades da escola na qual trabalham, pois sem essa adaptação fica quase impossível manterem seus empregos.

A adaptação significa, muitas vezes, a negação por parte do professor de suas características peculiares e particulares ao que se refere ao seu trabalho como professor e ao seu jeito pessoal de ser. O profissional deixa de ser o sujeito professor, mas um indivíduo enquadrado a partir da perspectiva, do modelo e do método estipulados pelos gestores da escola, muitos desses gestores – não raras vezes – desvinculados das salas de aula e desconhecedores das práticas educacionais e pedagógicas específicas do trabalho docente. Pode-se afirmar que há, nessa exigência de adaptação por parte do professor, a negação de si próprio (seja de forma consciente ou não) pela necessidade de trabalho/emprego enquanto forma de sobrevivência. O que leva à compreensão de que os professores se alienam de si próprios, de suas características, incorporando um outro jeito de ser (ou outros jeitos de serem) estabelecidos pela instituição (ou pelas instituições) ao qual estão vinculados.

É necessário ressaltar que esse processo de negação da identidade não é próprio das escolas particulares, mas das instituições empresariais privadas quando, por exemplo, estipulam para seus funcionários que ao entrarem nas empresa eles “deixam sua identidade em troca de um CNPJ¹¹”. Também é necessário salientar que muitos fazem esse processo de negação de bom grado, aceitando a teatralização do seu jeito de serem em troca das possíveis boas remunerações que possam receber.

Considerando que os sindicatos se apresentam como importantes na organização e defesa dos interesses e reivindicações específicos de classes, categorias profissionais, grupos empresariais ou de trabalhadores, a partir do que Cruz (2000, p. 15) denomina de “diferentes visões sociais de mundo construídos por interesses materiais concretos estabelecidos por uma leitura dada da realidade”, observa-se que os sujeitos da rede particular de ensino estão organizados em sindicatos específicos.

As instituições da rede particular de ensino estão, em sua maioria, organizadas, em seus Estados, em um sindicato específico que defende os interesses patronais, os interesses das instituições, cada uma em seu particular e todas no seu conjunto, ao que se refere às relações estabelecidas com o governo e com os trabalhadores da educação, sejam os docentes ou funcionários de setores de coordenação, burocrático administrativo ou logístico/estrutural. O referido sindicato é o “Sindicato das Escolas Particulares”, em sua sigla, “SINEPE”, que no Link institucional do seu site no Rio Grande do Sul, se define como:

[...] A administração do sindicato é autônoma, de capital particular, sem fins lucrativos. É entidade sindical de 1º grau que congrega e representa, na base territorial do RS, a categoria econômica integrada pelas escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental, médio e superior, centros universitários, universidades, escolas de ensino técnico, escolas de EJA e cursos livres.

¹¹ CNPJ é a sigla para Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, que são as informações cadastrais de entidades que pagam impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O órgão responsável por administrar os CNPJ é a Receita Federal do Brasil. O CNPJ é um número que funciona como uma identidade das empresas, que constituem pessoa jurídica. Fonte: www.receita.fazenda.gov.br/cnpj-definicao, acessado em 08 de setembro de 2012. A expressão “na empresa somos um CNPJ e não uma identidade” é de comum utilização nos cursos de aperfeiçoamento dos funcionários das mais diversas empresas e visa mostrar aos funcionários que ao entrarem nas empresas como trabalhadores devem deixar fora seus problemas e suas características pessoais incorporando aquilo que a empresa quer que eles tenham enquanto características. Aliás, a palavra funcionário já lança a ideias de funcionamento que, lançando para imagem das maquinarias da revolução industrial, lembra o funcionamento em engrenagem. Ou seja, funcionário como uma parte da máquina que faz o todo funcionar.

O SINEPE/RS tem por finalidade a promoção e a defesa dos interesses e direitos da categoria econômica dos estabelecimentos de ensino privado, dentro dos parâmetros de representação e substituição definidos pelo legislador, como também visa a atuar em colaboração com as demais entidades da sociedade civil e do próprio Poder Público na sedimentação dos valores da democracia, das liberdades civis, da cidadania, do trabalho, da livre iniciativa e do pluralismo político, social e cultural.

Com um quadro de 488 associados, o Sindicato dispõe de estrutura atualizada e eficaz que se soma à dedicação da Diretoria na busca de objetivos claros: a qualificação das instituições de ensino privado e a possibilidade de opções na área da educação às famílias gaúchas. (SINEPE, 2011 n/p)

O SINEPE apresenta como missão, visão e valores:

Missão - Representar e congregar as instituições do ensino privado na promoção de sua qualificação permanente, diferenciação e sustentabilidade.

Visão - Ser referência como instituição no cenário educacional brasileiro, reconhecida pela eficiência na representação sindical e proposição de novos significados ao setor.

Valores - Compromisso com o Associado - Ética e Transparência - Competência - Cultura da Inovação - Responsabilidade Socioambiental. (SINEPE, 2011 n/p)

A missão, a visão e os valores do SINEPE são elaborados no sentido de “vincular as instituições privadas em seu seio” (<http://www.sinepe-rs.org.br/core.php>, acessado em 16/12/2011). Ser referência, ter compromisso com o associado e inovar a representação sindical, eixos específicos do conjunto missão, visão, valores, se estruturam em duas perspectivas específicas, a defesa pontual dos interesses das entidades representadas (o empresariado do setor educacional) e a necessidade de se manter enquanto entidade representativa desse setor.

Os SINEPEs da maioria dos Estados estão vinculados à Federação Nacional das Escolas Particulares, conhecida pela sigla FENEP, que, segundo seu site:

A Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) surgiu de um encontro realizado no dia 12 de setembro de 1989, na sede do Sindicato das Escolas Particulares do Distrito Federal (SINEPE/DF), quando alguns educadores idealizaram a criação de uma entidade que pudesse defender o interesse da categoria no âmbito nacional. Nos dias 3 e 4 de outubro do mesmo ano, representantes dos estados do Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e São Paulo realizaram uma assembléia geral na capital paulista onde votaram os estatutos sociais da nova entidade e elegeram a primeira diretoria. Nasceram, assim, em meio a uma política econômica de inflação alta, numa cruel mistura de congelamentos de preços, pesadas exigências trabalhistas e exacerbado populismo governamental, a Federação Interestadual das Escolas Particulares. [...]. A entidade ficou maior até mesmo do que o sonho de seus idealizadores, por mais grandioso que fosse: tornou-se oportuna a alteração do nome e da respectiva marca. Com a nova sigla FENEP, a Federação Nacional das Escolas Particulares assume plenamente a real dimensão que a palavra nacional agrega a uma instituição. Assim, desfraldamos uma bandeira nova em nome do compromisso com a

educação de qualidade, mas que preserve a essência da anterior, tanto na tradição de união quanto no serviço e espírito de luta. (FENEP, 2011, n/p)

No site da FENEP, se faz interessante observar e analisar as palavras de seu Presidente:

Em seus 500 anos de existência, o Brasil ainda busca o seu pleno desenvolvimento. O estágio atual do país exige um novo ciclo, uma nova revolução, pois nos encontramos na Era da informação e só com a Educação conseguiremos derrubar as barreiras que entravam o progresso brasileiro e uma melhor distribuição de renda que propiciam as desigualdades sociais. [...] a escola particular tem um papel e uma missão muito importantes para a melhoria da qualidade do ensino do país. Iniciamos esta nova gestão da FENEP sob o estigma da união, não só das entidades representativas dos estabelecimentos de ensino de todo o país, mas também das várias esferas governamentais. [...] um dos objetivos é conseguir a compreensão dos governos e do poder legislativo do quanto o setor privado contribui para a economia e para o sistema educacional do país. Com suas 37.300 escolas e 10 milhões de alunos, representamos hoje 1,3% do PIB nacional, gerando mais de 660 mil empregos diretos. A educação não é pública, nem particular, é uma só: a Educação Brasileira, que merece o empenho e a dedicação de todos os cidadãos. Para se conseguir uma educação de qualidade [...] é necessário estabelecer-se metas e para tanto temos duas propostas. A instituição do Programa Pró-básico que consiste na concessão de 100% de bolsas de estudos por parte das escolas particulares, ou de 50% da mensalidade, de acordo com a renda familiar do aluno. O outro projeto é abrir oportunidades a jovens talentos para o mercado de trabalho. [...] o valor da bolsa seria abatido do pagamento de impostos
 Prof. José Augusto de Mattos Lourenço Presidente da FENEP.
 (FENEP, 2011, n/p)

É interessante observar as intencionalidades do discurso do Presidente desta entidade. De forma elegante, mas categórica, o discurso enfatiza que, a partir da constatação de se estar na era da informação, somente com a educação se conseguirá derrubar as barreiras que entravam o progresso¹² brasileiro. Ressalta que as escolas particulares têm papel fundamental nesta missão, mas que isso requer a união das representatividades dos estabelecimentos de ensino, em todo o país, com a esfera governamental.

A união dos estabelecimentos de ensino precisa girar em torno da ideia de “conseguir a compreensão dos governos e do poder legislativo do quanto o setor privado contribui para a economia e para o sistema educacional do país” (LOURENÇO, in: <http://www.fenep.org.br/>, acessado em 16/12/2011). Destaca a quantidade de

¹² Progresso é entendido, no seu sentido positivista, como desenvolvimento político, científico, tecnológico e econômico de forma linear com as bases desse desenvolvimento (ou seja, o aonde se quer chegar, o que se quer progredir, como se quer progredir e de que forma se quer progredir) já estabelecidos por forças existentes como que independentes da vontade individual do conjunto dos sujeitos participantes da sociedade. Nesse sentido progresso se estabelece como categoria burguesa, pois surgida no contexto da afirmação econômica e política da burguesia na construção de uma ciência que há explicasse fundamentando a sua estrutura de poder, a sociologia positivista

escolas, a quantidade de alunos atendidos, de empregos¹³ gerados e a parcela do PIB brasileiro pela qual as instituições de ensino da rede particular são responsáveis. Tudo isso para solicitar interferência do poder público, a partir de auxílios fiscais, para a concessão de bolsas de estudos, isso se daria a partir da forma do que hoje se conhece por filantropia.

A filantropia é o processo pelo qual, as escolas oferecem aos estudantes e a comunidade serviços com baixo custo ou gratuitos (concessão de bolsas a alunos carentes, por exemplo) e o Estado vem a ressarcir esses investimentos nos impostos a serem cobrados destas instituições. O processo de filantropia tem um caráter interessante: a escola trabalha a sua imagem institucional, a partir da prática de um trabalho social que garante estudantes (quando concessão de bolsas), faz o que era dever do Estado (garantia de educação a baixos custos – às vezes, gratuita – e de qualidade), e recebe ressarcimento do Estado para isso. Para o Estado, é interessante, porque a partir da concessão de incentivos, vê outra instituição fazendo aquilo que caberia a si, tendo, de certa forma, sua função social justificada. A filantropia não deixa de ser uma forma de efetivar as concepções de um Estado mínimo onde o Estado abre mão de suas funções essenciais entregando-as a setores da sociedade privada, seja a partir das privatizações e/ou terceirizações daquilo que a responsabilidade caberia primeiramente a si como, por exemplo, o atendimento de uma comunidade carente no que tange a educação formal (efetivação de escolas).

A ideia de Estado Mínimo pressupõe que Estado se afaste de algumas de suas atribuições perante a economia e a sociedade. E este afastamento, esta não intervenção, argumenta-se que se dá em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos que, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. No Estado mínimo, a única forma de regulação econômica deve ser feita pelas forças do mercado, pois estas são vistas como mais racionais e eficientes que o aparelho estatal. Ao Estado Mínimo cabe tão somente garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles

¹³ A compreensão de emprego expressa na fala referida lança a ideia de Pleno emprego, o que leva a necessidade de explanação desse conceito. Pleno emprego refere-se utilização de todos os possíveis fatores disponíveis, a preços de equilíbrio. Em pleno emprego, a quantidade ofertada e demandada de qualquer bem é a mesma. Exemplificando a partir do mercado de trabalho, tem-se que a oferta de trabalho é definida a partir da disponibilidade do empregado de receber o salário de equilíbrio. O pleno emprego significa que todos os trabalhadores que aceitem receber os salários de equilíbrio são empregados.

serviços percebidos como mínimos necessários: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário, etc.

O Estado mínimo abre mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais, e também de setores que são vistos como podendo ser administrados pelas empresas privadas, como a saúde e a educação.

Um exemplo clássico do Estado mínimo na educação é, no Brasil, o projeto “Amigos da Escola”, idealizado e articulado pela Rede Globo, que incentiva o voluntariado nas escolas, com o objetivo de melhorar as condições nas escolas públicas. Através da mobilização por meio da mídia, a comunidade se integra à escola. A ideia é que cada voluntário possa colaborar como puder. As iniciativas são divulgadas com a intenção de multiplicar as ações dos voluntários. Alguns exemplos: - A escola precisa pintar sua fachada. Um pintor pode ser voluntário para tal tarefa, em seu dia de folga. Nesses casos a comunidade se mobiliza para ajudar; ou uma professora aposentada pode realizar um clube de leitura, para os alunos que se interessem, ou mesmo realizar aulas de reforço escolar. O projeto “Amigos da Escola” incentiva o agir voluntário na crença da boa vontade do público que compreende a comunidade escolar. Voluntarista, tira a responsabilidade do Estado de investir em pessoal e estrutura para que a escola tenha condições mínimas de atender aos estudantes e professores, lança na comunidade a ideia de que bastam se organizarem para terem a escola que querem. Se não tem é porque não se mobilizaram. Livrando o Estado de investir em estruturas de educação, poderá cobrar deste que seja fomentador do setor financeiro de capitais privados. Prática comum nas políticas neoliberais é se socializar aquilo que seria função/obrigação do Estado e se privatizar as finanças públicas.

Mas o discurso do presidente da FENEP também demonstra algo mais interessante: as escolas da rede particular de ensino estão organizadas e, a partir das lideranças de suas classes representativas¹⁴, lutando por seus interesses. Entende-se aqui por classe o setor específico que é representado pela FENEP. Neste aspecto o conceito de classe abrange dois sentidos distintos: Classe

¹⁴ Entende-se por entidades representativas as diferentes organizações que representam modalidades profissionais e/ou de classes da sociedade. Representar, nesse sentido, é entendido como a capacidade de incorporar e defender os interesses da classe ou da categoria representada, pensando especificamente na defesa do que vá ao encontro das expectativas da classe ou categoria representada.

enquanto categoria profissional (os empresários da educação) e classe enquanto situação sócio-econômica nas relações e na organização produtiva da sociedade, ou seja, a FENEP representa aqueles que pertencem a uma categoria específica, os que detêm o poder de um específico setor produtivo de riqueza da sociedade.

No outro lado se tem os trabalhadores da educação divididos, para os estabelecimentos privados de ensino, em duas categorias específicas: aqueles que têm a função docente, entendido como os professores e aqueles que não têm a função docente, entendidos por esta entidade com a terminologia de trabalhadores da educação. Tendo como referência que o trabalho pedagógico, por sua vez, é um trabalho como qualquer outro, determinado pela sociedade, mas, podendo, também, contribuir para sua transformação, deixa-se claro que se entende, nestes escritos, todos os professores também como trabalhadores da educação, mas para melhor entendimento das estruturas das entidades privadas de ensino, iremos incorporar a compreensão das escolas da rede particular e dos sindicatos que a envolvem para melhor percebermos sua estrutura.

Os trabalhadores da educação estão organizados como categoria profissional no Sindicato dos Trabalhadores da Educação, que tem por sigla SINTAE, que nas palavras de seu site no Rio Grande do Sul:

[...] é a entidade sindical que representa os Trabalhadores em Administração Escolar da rede privada de ensino no Rio Grande do Sul. Representa, portanto, todo aquele cuja função na instituição ou curso não seja ministrar aulas, mas dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e auxiliar o fazer pedagógico da escola. Filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio Grande do Sul (FETEE-SUL) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE), o sindicato atua basicamente nas seguintes frentes: defesa dos trabalhadores em Administração Escolar, melhoria das condições de vida e de saúde dos trabalhadores em Administração Escolar e nas lutas em defesa da democracia e da cidadania. (SINTAE, 2011 s/p)

Percebe-se um sindicato organizado que representa os trabalhadores da educação, exceto os professores, na luta pela defesa daquilo que se entende por seus direitos. Tendo presente que a rede particular de ensino é composta por vários trabalhadores que despendem suas energias para a organização e manutenção do espaço da instituição (os administradores, secretários de escola, bibliotecários, porteiros, telefonistas, pessoal de limpeza e manutenção, etc), mas, ao mesmo tempo, situando que este não serão os sujeitos da presente pesquisa, apenas são abordados para se efetivar o desenho de como está organizada a rede particular.

Para a análise específica dos professores na rede, se percebe como pertinente abrir um sub capítulo próprio pois, sendo estes os sujeitos da pesquisa, se faz necessária uma mais profunda análise de como estão inseridos nas escolas particulares.

3.3 Situando os Professores da Rede Particular de Ensino

Ao abordar os professores da rede particular de ensino é interessante destacar que os mesmo têm, em sua relação de trabalho, situações particulares que os diferenciam dos professores da rede pública de ensino. Por isso o cuidado de abordar essas diferenças, pois as atribuições e relações estabelecidas dentro do ambiente de trabalho leva a supor que a pesquisa poderá ter resultados diferentes se realizada com os profissionais da rede pública. Podem ser destacadas como diferenças do professor da rede particular para o professor da rede pública a não estabilidade profissional, uma maior exigência na cobrança pelo cumprimento de metas instituídas pelo estabelecimento de ensino, o público de estudantes serem considerados também como clientes, a quase impossibilidade de se estabelecer uma relação democrática de gestão escolar, a superioridade de remuneração na maioria dos estabelecimentos particulares em relação a rede pública, uma melhor estrutura física de trabalho em relação à maioria das escolas públicas e a exigência de constante aperfeiçoamento e inovações de metodologias pedagógicas. Mas uma diferença fundamental entre os professores da Rede particular e da Rede Pública está, especificamente, no padrão desses profissionais. Enquanto na rede pública o padrão é o Estado – seja em sua dimensão municipal, regional ou nacional – portanto um ente dificilmente de ser visualizado fisicamente, mas percebido enquanto estrutura abstrata. Nesta relação, todas as reivindicações de categoria por parte destes profissionais são dirigidas para o Estado visualizado na figura do seu chefe de executivo – seja o prefeito, o governador ou o presidente. Na rede Particular o padrão é uma estrutura organizada sob o manto de Mantenedora Educacional, que pode estar organizada a partir de uma estrutura empresarial com fins lucrativos ou de uma organização sem fins lucrativos. As configurações das Mantenedoras Educacionais vão das mais variadas, desde as locais (com ou sem fins lucrativos, mas onde se visualiza facilmente a sua estrutura organizativa) até as

mais complexas, geralmente organizadas em Redes¹⁵, com estruturas muito mais complexas e burocratizadas, onde os “patrões efetivos” não estão materializados em um indivíduo, mas em um ente abstrato: A Rede. Na Rede Pública se sabe que as reivindicações e relações entre patrões e empregados são estabelecidos entre os professores e os governos. Na Rede Privada, as relações são estabelecidas entre os professores e “A Rede”, geralmente organizadas patronalmente através de entidades como o SINEPE e a FENEP. Ou seja, devido a esta “distância burocrática” os professores não tem a quem se reportarem concretamente, a não ser as direções locais das escolas ou aos seus sindicatos (como, por exemplo, o SINPRO). Como as mantenedoras possuem dinâmicas de organizações empresarias que exigem o compromisso dos professores com suas instituições, algumas formas de reivindicações – como, por exemplo, as greves – são praticamente inviáveis.

Os professores da rede particular de ensino estão organizados como categoria profissional no Sindicato dos Professores do Ensino Privado - SINPRO.

Fator relevante a se levar em consideração é essa compreensão que as escolas do ensino privado, as suas entidades representativas, assim como a entidade representativa dos professores, têm dos professores como outra categoria profissional que não trabalhadores da educação, o que já leva a supor uma das dificuldades que muitos docentes possam vir a ter para se perceberem como trabalhadores da educação, visto que não são desta forma entendidos nem pelas escolas particulares e nem por suas próprias entidades representativas. Professores são aqueles que preparam a aula; que executam a aula; que estabelecem um programa de acompanhamento dos alunos; que organizam as avaliações; que lançam notas; que participam de reuniões pedagógicas e institucionais; que, muitas vezes, fazem trabalhos extras para as escolas de forma voluntária (a exigência de “vestir a camiseta” da instituição que é apregoada em muitas escolas); que planejam, organizam e executam atividades extracurriculares. Mas que não são categorizados como trabalhadores, nem pela instituição que está vinculado como trabalhador, nem pela instituição que deveria representá-lo como classe. Processo, esse, tende a levar a uma negação da identidade de trabalhador para os docentes da rede privada.

¹⁵ Exemplos: Rede Marista de Educação, Rede Metodista de Educação, Rede Franciscana de Educação, etc

É interessante destacar que apesar de se apregoar que todo o professor é também um pesquisador, como destaca Miranda (2006, p. 135) ao afirmar que “o professor pesquisador centra-se na consideração da prática, que passa a ser meio, fundamento e destinação dos saberes que suscita, desde que esses possam ser orientados e apropriados pela ação reflexiva do professor”, a maioria dos professores da rede particular não está, efetivamente, exercendo a tarefa de pesquisador. E isso por um fato concreto, a maioria dos professores têm jornadas extensas de trabalho, muitas vezes, em várias escolas, que não lhes permite tempo para a pesquisa. Há de se considerar também as escolas que compram pacotes fechados de processos pedagógicos, com apostilas e/ou livros didáticos e acompanhamento das editoras que os vendem, cabendo ao professor apenas a tarefa de aplicar/executar aquilo que já lhe foi dado, o que lhe serve como desestímulo para a pesquisa.

Não dando as condições para que o professor seja, também, pesquisador, e não o reconhecendo como trabalhador, cria-se um processo de negação do próprio trabalho pedagógico, em que o professor é, apenas, o professor, uma categoria própria desvinculada de qualquer outra categoria. Daí, então, a questão: dentro do cenário exposto da rede particular de ensino e da compreensão de trabalho dissertado nas páginas iniciais, quais os sentidos que os professores dessa rede se atribuem como trabalhadores da educação?

Para Marx (1987, p.218-229), o movimento das categorias surge como ato de produção real. Categorias expressam aspectos fundamentais das relações dos seres humanos entre si e com a natureza e são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social. O que se afirma é que ao serem impedidos de se efetivarem como pesquisadores e, ao mesmo tempo, não serem reconhecidos como trabalhadores os professores são conduzidos a uma dificuldade de conhecer e compreender a própria prática social em que estão inseridos cria-se então uma categoria própria, apenas professores, mas sem se ter clareza do que é esse ser professor.

Também não se pode deixar de abordar os conflitos existentes entre as duas categorias¹⁶ profissionais de classe (patronal/trabalhadores), expressos a partir de

¹⁶ Aqui categoria é entendida em seu sentido estrito, ou seja, como categoria de classe. Afirma-se que existem no âmbito do ensino privado duas classes em antagonismo, com interesses de classes e

seus sindicatos. Para isso, observa-se a seguinte notícia do SINPRO, vinculada no seu site no dia 19 de janeiro de 2012:

Sinpro/RS encaminha pauta de reivindicações ao Sinepe/RS
A direção do Sinpro/RS encaminhou na quarta-feira, 18 de janeiro, a pauta de reivindicações para Negociação Coletiva 2012 ao Sindicato Patronal (Sinepe/RS). As reivindicações dos professores foram definidas na Assembleia Geral realizada de forma regionalizada no mês de novembro e início de dezembro de 2011. Entre os itens da pauta destacam-se: o aumento real dos salários, a melhoria dos pisos, a limitação de alunos por turma e a preocupação com a saúde dos professores. A expectativa do Sinpro/RS é que a abertura do processo de negociação aconteça no início de março. (SINPRO, 2012, n/p)

Segue parte da pauta de reivindicações, retirada do mesmo *site* na mesma data:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2012

1. ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva aplica-se às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre os professores empregados em estabelecimentos de ensino de educação básica [...], educação superior e de cursos livres e seus respectivos empregadores, em todo o Estado do Rio Grande do Sul [...]

I - CLÁUSULAS ECONÔMICAS

2. REAJUSTE SALARIAL

O salário dos professores será reajustado em 1º de março de 2012 pelo percentual equivalente ao INPC acumulado no período de março de 2011 a fevereiro de 2012 [...].

3. AUMENTO REAL

Sobre os salários já reajustados na forma da cláusula de reajuste salarial, será concedido um aumento real de 3% (três por cento).

4. PISOS SALARIAIS

[...] serão reajustados em 1º de março de 2012 pelo percentual equivalente ao INPC acumulado no período de março de 2011 a fevereiro de 2012 e acrescidos de aumento real [...].

5. PAGAMENTO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Todo professor terá direito a um adicional por tempo de serviço equivalente a 3% (três por cento) do seu salário-base mensal para cada quatro (4) anos trabalhados no mesmo estabelecimento de ensino, observado o limite de 20% (vinte por cento) de adicional, independentemente do número de quadriênios.

7. PAGAMENTO DE JANELAS

Os períodos vagos entre as aulas de um mesmo turno (janelas), que ocorram sem solicitação do professor, serão pagos como hora-aula normal e não serão incorporados à carga horária e ao salário contratual.

13. PAGAMENTO DE APOSTILAS E OU SIMILARES

É obrigatório o pagamento suplementar pelo empregador, sempre que este solicitar ao empregado a elaboração de apostilas ou materiais similares em horário não-contratual. (SINPRO 2011, n/p)

E a pauta segue, contendo ao todo vinte e nove páginas de reivindicação, que serão negociados entre os dois sindicatos, SINPRO e SINEPE. O que

lutas diferentes, mas que, ao mesmo tempo, se conflitam: a dos professores e a dos empresários da educação.

demonstra que há, entre o sindicato representativo dos professores e o sindicato patronal, uma “queda de braço” para fazer valer aquilo que cada um entende por direito dos seus representados. Nos pontos de pauta, recortados especificamente para estes escritos, se analisa objetivamente aquilo que mais polemiza para os dois lados, a questão financeira. E aqui não há diferenças com relação a outras empresas e outras categorias profissionais. A classe patronal que obter o máximo de lucro, pagando o mínimo possível aos seus operários. É o que Marx (1983, p. 241) conceitua como mais-valia, ou seja, a exigência de se produzir o máximo (acima do mínimo necessário) em um menor espaço de tempo possível com o menor custo possível, sendo que esta diferença entre o custo da produção e o valor da mercadoria é o que se denominará de lucro.

Se há, numa instituição de ensino, a mesma lógica da produção da mais-valia entende-se que o ensino nessa instituição entra na lógica do capital e, percebe-se, que ao estar nesta lógica, a forma de relação com os seus trabalhadores não será diferente dos demais setores empresariais/produtivos, ou seja, conduzir os seus trabalhadores para que produzam o máximo no menor espaço de tempo com menores custos possibilitando um maior lucro para a instituição. Essa reflexão vai ao encontro das palavras de Meszáros, já citadas anteriormente, através das quais alerta que a educação “tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital” (2008, p. 18). Ou seja, mesmo sabendo que o sentido fundamental da educação não é a produção de mercadorias, muito menos tornar-se mercadoria, a mesma é desta forma tratada na sociedade capitalista, onde as escolas particulares a vendem a quem se interessa e têm as condições de comprá-la. Sendo tratada como mercadoria, o processo de construção do lucro não se daria de forma diferente de outras empresas que produzem outras mercadorias na sociedade capitalista. Ou já, o processo de construção de lucro se dá a partir da mais-valia.

Obviamente que se compreende como mercadoria não apenas aquilo que pode ser concretamente palpável, como o velho casaco de linho utilizado incansavelmente nos exemplos de Marx ao escrever *O Capital*, mas a mercadoria se coloca como prestação de serviços. Entendendo, na análise feita das escolas da rede particular de ensino, em uma forma de mercantilização da educação, estas como prestadoras que, a partir de um contrato de compra e venda, prestam serviço aos clientes: pais e estudantes. Os serviços prestados têm como atribuição, moldar os estudantes dentro daquilo previsto no contato de serviço, ou seja, a proposta

pedagógica da escola contratada. A proposta e a prática pedagógica são percebidas, nesta lógica, como sendo o produto (serviço) produzido e vendido pelas escolas particulares. É pertinente a afirmação de Paro (1993):

[...] Quando transpomos esses conceitos para o trabalho pedagógico algumas considerações precisam ser feitas. Em primeiro lugar é preciso ter presente que se trata de um trabalho não material. Seu produto não é um objeto tangível, mas um serviço. [...] mas há outros tipos de trabalho não material cuja produção e consumo se dão simultaneamente. É o caso, por exemplo, do trabalho do ator no teatro, do palhaço no circo e do professor em sala de aula. (PARO, 1993, p. 103)

A partir do que se afirma acima, na citação de Paro (1993), salienta-se um dos aspectos específicos do trabalho, a prestação de serviços, aliando este aspecto ao trabalho pedagógico. Percebe-se que se tem o procedimento completo daquilo que, anteriormente, se pontuou como sendo o trabalho o processo entre o ser humano e a natureza. Temos a coisa a ser transformada (os estudantes a serem transformados, nessa contratação de serviços e as condições que isso ocorrerá), a mediação (as ferramentas, que dentro das condições postas, se tentará transformar o estudante) e a energia do ser humano (o professor, que como trabalhador, será responsável por esta transformação). “Na sociedade capitalista a aula é, de fato, considerada o produto do processo de educação escolar, e a aula, enquanto mercadoria que se paga no ensino privado”, afirma Paro (1993, p. 105).

A educação tem o fim de produzir/transformar o estudante, aqui colocado como ser histórico. Quem faz essa produção/transformação é o professor dentro de etapas de trabalho. Sendo assim, o que aqui se escreve já atribui ao professor a condição de trabalhador, mesmo que não seja desta forma visto pelo SINEPE, pelo SINPRO e pelas escolas da rede particular; e como trabalhador de uma área específica, a educação.

A própria frase inicial da pauta de reivindicações 2012 do SINPRO ao SINEPE, citada anteriormente, destaca o professor como empregado: “a presente Convenção Coletiva aplica-se às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre os professores empregados em estabelecimentos de ensino” (SINPRO, 2011, s/p). Ora, empregado é a pessoa contratada para prestar serviços para um empregador, em uma carga horária definida, mediante o pagamento de um salário. O serviço necessariamente tem de ser subordinado, ou seja, o empregado não tem autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho, estando submetido às determinações do empregador. O conceito de empregado encontra-se previsto no

art. 3.º da Consolidação das Leis do Trabalho. A relação entre o empregado e o empregador só pode ser denominada relação de emprego. Se há uma relação de emprego, uma relação de empregado/patrão, há uma relação de trabalho, o que justifica ainda mais o professor como trabalhador¹⁷. A questão está reforçando ainda mais a pergunta problema, sobre quais os sentidos que os professores se atribuem enquanto trabalhadores da educação.

Após situar os professores da rede particular de ensino e os categorizar enquanto trabalhadores da educação, tendo presente que os sujeitos desta pesquisa atuam especificamente na rede particular de ensino da cidade de Santa Maria estabelecer uma reflexão específica sobre as escolas da rede particular desta cidade para, então, se compreender onde especificamente se localiza-- profissionalmente estes sujeitos.

3.4 As escolas da Rede Particular de Ensino na cidade de Santa Maria

Este trabalho propõe-se a compreender os sentidos que o professor da Rede Particular de Ensino se atribui como trabalhador da educação. Para facilitar a sistematização deste trabalho, alguns recortes foram necessários. Obviamente que não se conseguiria pesquisar sobre a totalidade dos professores na totalidade das escolas particulares. Para isso, o primeiro recorte se deu justamente no município onde a pesquisa foi efetivada. Adotando por critério os itens: logística, conhecimento da cidade e conhecimento das escolas da cidade, se optou por pesquisar especificamente sobre as escolas da cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, sobre as quais se apresenta, a seguir, uma caracterização.

¹⁷ Como já foi abordado em páginas anteriores, mas se faz relevante ressaltar, trabalho tem um sentido mais amplo e complexo que emprego, inclusive pelo seu caráter antropológico. Emprego é uma das formas de se efetivar o trabalho, forma essa que tem seu marco na sociedade capitalista. Porém se compreende que se há uma relação de emprego, sendo o emprego uma forma de materialização do trabalho, há uma relação de trabalho. O emprego está vinculado ao trabalho, aquele não existe sem este. Portanto, se os professores estão vinculados às instituições de ensino a partir de uma relação de emprego, devem ser reconhecidos como trabalhadores.

3.4.1 A cidade de Santa Maria.

Tendo a pesquisa, foco específico na cidade de Santa Maria, se faz necessário abordar algumas características importantes desta cidade¹⁸.

Santa Maria é uma cidade de porte médio, possui cerca de 262368 habitantes e está situada na região central do Rio Grande do Sul. É conhecida por “cidade universitária” por possuir uma das maiores universidades federais do país, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e várias outras universidades e faculdades particulares, nas quais se destacam a Universidade Franciscana (UNIFRA), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Faculdades Palotinas (FAPAS) Faculdades Metodista (FAMES), Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA) e a Faculdades Integradas Santa Maria (FISMA).

Na questão econômica Santa Maria tem uma estrutura voltada para a prestação de serviços, acentuada com o estabelecimento dos serviços públicos estaduais e federais. Possui a segunda maior guarnição militar do país, atrás apenas do Rio de Janeiro e superior a Brasília em termos de números de militares. Possui uma amplidão de funcionários públicos federais vinculados ao setor militar (em 12 unidades militares do exército, uma unidade militar da aeronáutica e ao Ministério Público Militar), vinculados aos setores de educação (Universidade Federal, Colégio Politécnico, Colégio Militar e Instituto federal de Educação), ao setor Financeiro (5 agências do banco do Brasil e 5 agências da Caixa Econômica Federal), ao setor judiciário e a outros setores públicos federais estabelecidos em Santa Maria, além dos setores públicos estaduais e do funcionalismo municipal. É interessante esta abordagem, pois se percebe milhares de funcionários públicos concursados – portanto com estabilidade – com remuneração financeira considerável, o que possibilita o desenvolvimento do comércio da cidade, alavancando também outros setores que se beneficiam dando a cidade um Produto Interno Bruto per capita de 12.200,16, segundo o IBGE de 2008. Ainda no aspecto funcional da cidade, aparece em segundo lugar o setor primário (agropecuário) e em terceiro lugar, o setor secundário, que no geral são indústrias de pequeno e médio porte, voltadas principalmente para o beneficiamento de produtos agrícolas, metalurgia, mobiliários,

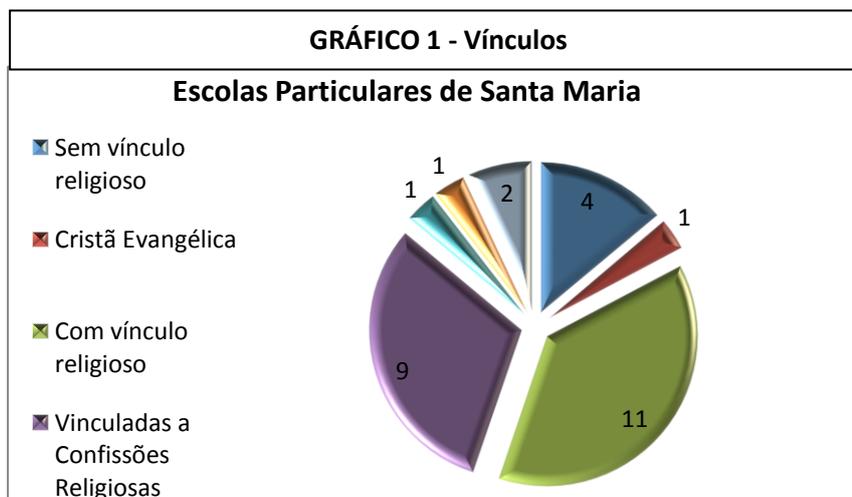
¹⁸ O presente texto formulado sobre as características específicas da cidade de Santa Maria, teve por base informações consultadas especificamente no site da prefeitura da referida cidade em seu portal: <http://www.santamaria.rs.gov.br/>, acessado em 16 de dezembro de 2011.

calçados, laticínios, etc. A cidade destaca-se por ser a segunda cidade do Rio Grande do Sul em números de pessoas ricas, sendo a segunda cidade do Estado com maior número de pessoas das classes A e B (28ª do país). Conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas em 2008.

Entre os setores que recebem o reflexo desta característica peculiar da cidade é também o setor do ensino privado, pois se tem uma quantidade considerada de famílias que, por possuírem condições financeiras bem estruturadas, buscam um ensino diferenciado para seus filhos, procurando outras alternativas além das escolas públicas municipais e estaduais. Esta realidade materializa uma característica específica da cidade que é possuir uma quantidade de escolas particulares acima da média de cidades com população equivalente.

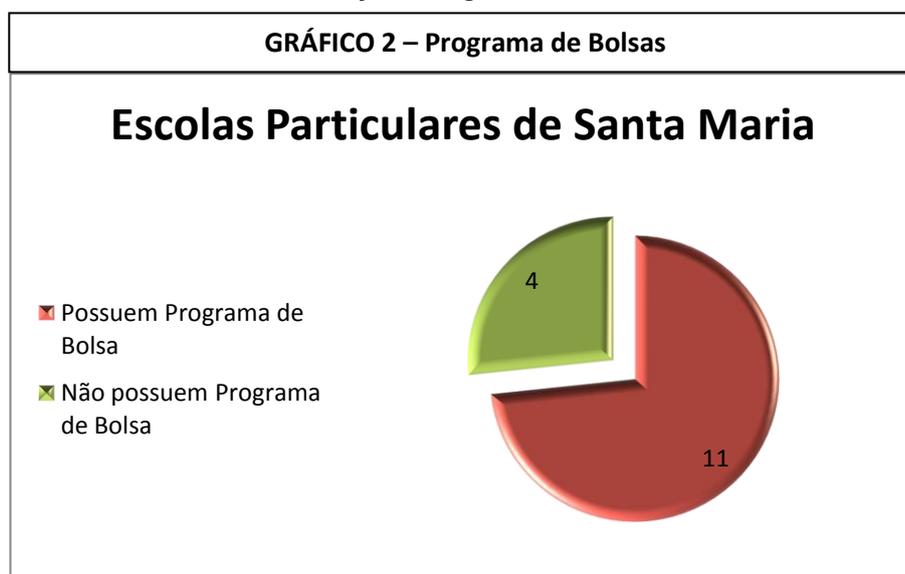
3.4.2 As Escolas Particulares em Santa Maria

Segundo dados solicitados ao SINEPE e enviados pelo mesmo, tem-se a seguinte radiografia: Santa Maria têm quinze escolas particulares filiadas ao SINEPE. Dessas quinze escolas particulares, quatro não estão vinculadas a nenhuma forma de confissão religiosa; dessas quatro, uma se diz cristã evangélica, mas não está filiada a nenhuma confissão religiosa; onze estão vinculadas à confissão religiosa; das que estão vinculadas a confissões religiosas, nove são pertencentes a oito congregações católicas diferentes, uma metodista e uma adventista. Pode-se visualizar no gráfico abaixo esta situação:



MICHEL; FERREIRA, 2012. Com base em dados obtidos no SINEPE/RS.

Ainda das escolas em Santa Maria, duas são filantrópicas na sua totalidade, ou seja, nenhum estudante é obrigado a pagar mensalidade; onze dessas escolas possuem programa de concessão de bolsas, totais ou parciais, a alguns estudantes, selecionados mediante critérios definidos; quatro não possuem nenhum programa de bolsas. Pode-se visualizar esta situação no gráfico abaixo:



MICHEL; FERREIRA, 2012. Com base em dados obtidos no SINEPE/RS.

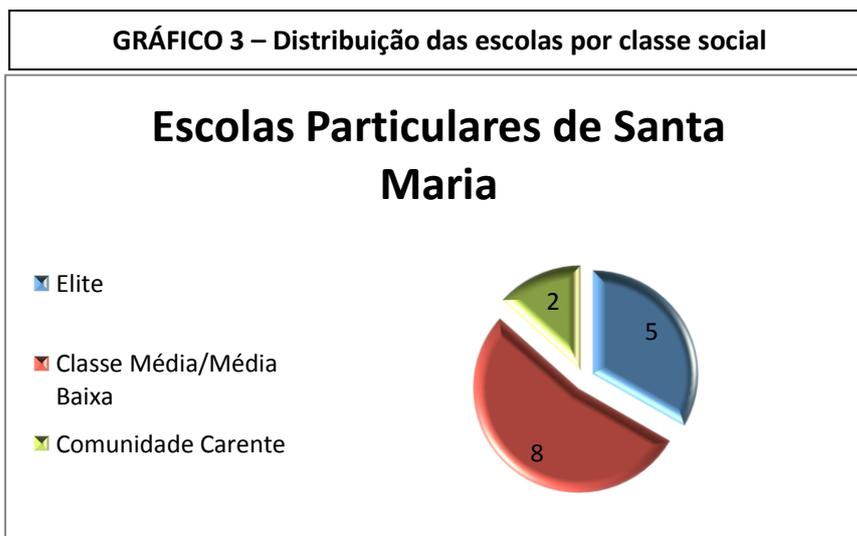
No entendimento do programa de bolsas, o SINEPE exclui o desconto obrigatório concedido, mediante acordo sindical SINEPE/SINPRO/SINTAE, a dependentes de professores e funcionários, pois a esse acordo “todas as escolas são obrigadas a cumprirem e não conta como filantropia” (SINEPE, 2012). É interessante notar que as escolas que não possuem nenhum tipo de programa de bolsa filantrópica são aquelas não confessionais que, também não possuem nenhuma mantenedora com estrutura financeira significativa, ou seja, sobrevivem apenas com os recursos retirados da mensalidade ou anuidade cobrada dos estudantes.

Das quinze escolas, cinco possuem um valor de mensalidade e estrutura voltados, especificamente, para um público mais elitizado da sociedade: oito estão voltadas para a classe média e média baixa e duas para a comunidade carente.

Na busca dos referidos dados ao questionar-se o SINEP sobre o que seria esta elite, classe média e classe média-baixa, o entendimento abordado por esta instituição é de que:

[...] por elite são considerados todos aqueles que estão em condições de pagar um valor médio de mensalidade que gira acima de setecentos reais e cujas escolas investem em estrutura física para atender a este público e esmera-se para contratar os melhores profissionais para trabalhar com este público; a classe media se localiza entre os intermediários (mensalidade gira em torno de 450 a 650 reais) com uma estrutura um pouco melhorada, mas não comparada com as escolas que atendem a elite, mas com um corpo de profissionais qualificados; por classe média-baixa aquelas famílias que estão tendo alguma ascensão social e tendo como uma de suas primeiras preocupações colocar os seus filhos em uma escola um pouco melhorada em relação ao que se compreende por ser as escolas públicas” (fala do atendente do SINEP que nos passou os dados). Ao questioná-lo sobre um exemplo de cada uma dessas escolas voltadas para cada um desses públicos em Santa Maria, foi obtida a seguinte resposta: “Elite: Riachuelo, Santa Maria, Santana, Fátima; Classe Média: Marco Pollo, G10, Coração de Maria, Centenário, entre outros; Classe Média Baixa: Santa Catarina, Divina Providência, entre outros; Comunidade Carente: Santa Marta. (Fala do atendente do SINEP que nos passou os dados).

Temos, então, o seguinte gráfico:

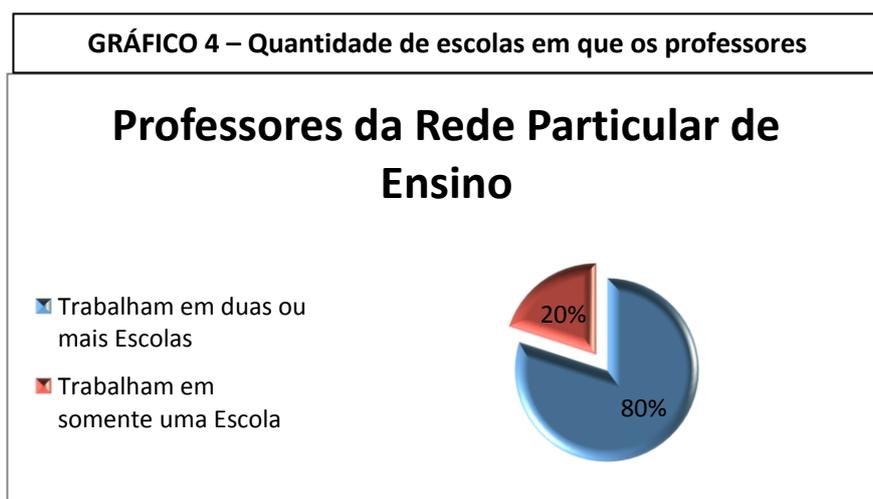


MICHEL; FERREIRA, 2012. Com base em dados obtidos no SINEPE/RS.

Os dados acima mencionados são importantes, pois demonstram a realidade onde estão localizados os professores que serão interlocutores nesta pesquisa.

Sobre estes interlocutores já foi possível elaborar-se algumas caracterizações, a saber. Segundo dados sobre a realidade dos professores em Santa Maria/RS, conseguidos no SINPRO (2011), dos professores que atuam na rede particular de ensino, cerca de oitenta por cento trabalham em mais de uma escola, sejam duas ou mais escolas particulares, sejam em escolas particulares e escolas públicas.

Dos vinte por cento dos professores que trabalham em apenas uma escola há as seguintes situações: os que estão somente em uma escola por estarem em início de carreira, ou seja, ainda não conseguiram se efetivar no mercado da rede particular e nem ingressaram na rede pública; ou aqueles em final de carreira, que já se aposentaram na própria rede particular, mas optaram por permanecer nessa como complemento de renda, mas sem condições de assumirem uma ampla carga horária como tinham anteriormente, ou aqueles que se aposentaram na rede pública e, ou optaram por permanecer na rede particular ou ainda permanecem por faltar tempo de serviço para se aposentarem nesta rede; e aqueles que estão com contrato de dedicação exclusiva e/ou com uma ampla carga horária em uma única escola impossibilitando-se atuarem em outra instituição. Para os professores que trabalham em várias escolas a situação mais crítica é dos professores cujas disciplinas possuem baixa carga horária (Artes, Filosofia Sociologia, Produção Textual e Literatura, por exemplo), pois os professores têm que, para poderem receber uma remuneração que lhes possibilite um padrão de vida mediano, trabalhar em várias instituições, dividindo-se entre diversas turmas de aula com uma quantidade muito grande de estudantes, o que dificulta a realização de um processo mais detalhado de avaliação (pela demanda da correção) e impede a memorização dos nomes dos estudantes, entre outras dificuldades que constantemente aparecem.



MICHEL; FERREIRA, 2012. Com base em dados obtidos no SINPRO/RS.

Segundo o SINPRO (2011, n/p), outra dificuldade recorrente aos professores que trabalham em várias escolas particulares, considerando que a maioria das

escolas particulares são confessionais, ou seja, tenham referências religiosas¹⁹ específicas é a constante necessidade de flexibilidade por parte do professor, ou seja, necessita agir diferentemente em cada escola que atua, cuidar a linguagem, a forma de abordar o conteúdo, estar atento à utilização dos materiais didáticos. No dizer das escolas particulares, o profissional, ao vir trabalhar na escola, tem de “vestir a camiseta”²⁰ da instituição. Como o professor não está em uma escola somente, são várias camisetas a serem vestidas e desvestidas, muitas vezes, várias vezes durante um dia. Ou seja, são várias as performances que os professores têm que assumir, muitas vezes, desconsiderando fatores de sua própria personalidade. Percebe-se, nessa forma de organização algo semelhante as práticas tayloristas de administração empresarial e escolar, pois esta forma de organização interfere no modo de pensar e agir dos trabalhadores dentro de uma racionalidade produtiva em que se exige o máximo de produtividade com o menor custo. Michel (2011) afirma que:

O taylorismo, por estar implicado nas estruturas sociais de forma ampla, vai influenciar também nas estruturas educacionais. Os professores e os estudantes são instigados a se comportarem de modo a não refletirem criticamente sobre a realidade na qual estão inseridos, o que alicerça a pedagogia tecnicista que afirma que o importante consiste em aprender a fazer em detrimento do aprender a pensar. (MICHEL, 2011, p. 22)

Como o modo de produção e construção de riquezas das classes dominantes só se estrutura a partir do controle e dominação sobre o trabalhador, o modo de administrar taylorista acabou se infiltrando na administração escolar, pois se pode dizer que é através da escola que a classe dominante pode continuar reproduzindo e sustentando o processo de dominação.

Na prática tem-se uma estrutura de ensino e uma organização de trabalho nas escolas da rede particular que se assemelha a organização fabril do desenvolvimento do trabalho alienado. Ou seja, os professores²¹ estão inseridos em

¹⁹ Por exemplo, as diferenças existentes entre as escolas metodistas e as escolas católicas o, mesmo entre as escolas católicas, as diferenças existentes entre as escolas maristas e as escolas Franciscanas.

²⁰ Vestir a camiseta da instituição é uma terminologia comumente usada nas instituições de ensino privadas, principalmente nas ligadas a congregações religiosas significa incorporar, viver na pela os princípios assumidos pela instituição despreendendo, muitas vezes o próprio tempo privado para “voluntariamente” dedicar-se a projetos extraclasse. Os profissionais que não vestem a camiseta da instituição correm risco de demissão com a argumentação de que não têm compromisso com a mesma prática não raramente comum na rede privada de ensino.

²¹ Mais especificamente os professores a partir dos anos finais das séries iniciais e os do Ensino Médio em que a educação escolar começa a se dividir entre as chamadas matérias específicas. Mas também podem ser inseridas a educação infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois

um sistema setorizado (as disciplinas específicas), em que entram em sala de aula ministram a sua disciplina (muitas vezes apenas aplicando o “processo pedagógico” já comprado de alguma editora) e saem o mais depressa possível para chegar a outra sala de aula do mesmo ou de outro colégio. Escravos do cronômetro se tornam relojoeiros malucos²² vivendo em volta do sinal de início e fim de cada período de aula, na angústia de não chegar atrasado ao próximo colégio e em uma (muitas vezes) aplicação automática de suas aulas. Não conseguem elaborar conhecimento de quem são, da história e do processo e desenvolvimento de aprendizado de cada um dos seus alunos. De muitos, não raras vezes, não sabe nem o nome. São jogados a se comportarem como o operário que aperta parafusos, entra em uma turma e aperta o parafuso de sua disciplina, esgotado o tempo se direciona em outra onde o parafuso também será apertado, e assim consequentemente sem acompanhar a totalidade do processo de formação dos seus estudantes, não raras vezes estão alheios ao que será o produto final do seu trabalho. Ou seja, estão em uma situação de operários da educação, alienados do produto final do seu trabalho, coincidentemente semelhante ao processo fabril do desenvolvimento industrial do modo de produção capitalista. É justamente desses professores que a presente pesquisa quer saber quais os sentidos que se atribuem como trabalhadores da educação.

geralmente esses níveis de ensino também tem algumas disciplinas específica (Educação Física, língua estrangeira, educação para o pensar, música, etc) apesar de prevalecer a unidocência.

²² Referência ao personagem criado por Charles Lutwidge Dodgson sob o pseudônimo de Lewis Carroll na obra intitulada “Alice no País das Maravilhas”. O relojoeiro maluco, personagem que na obra referida é representado por um coelho, vive em volta do relógio, correndo constantemente, escravo do tempo.

4. OS SENTIDOS QUE OS PROFESSORES SE ATRIBUEM COMO TRABALHADORES NA REDE PARTICULAR DE ENSINO DE SANTA MARIA/RS

Para que se responda à questão proposta pelo presente trabalho, buscou-se, a partir das mensagens do discurso dos professores entrevistados formar uma percepção dos sentidos que os professores da Rede Particular de Ensino da cidade de Santa Maria se atribuem como trabalhadores da educação. Para isso, dividiu-se a análise das entrevistas em categorias específicas para, em cada uma destas categorias, buscar as peças que possibilitassem a montagem deste “quebra-cabeças”: os sentidos atribuídos pelos professores, em sua profissionalidade, como trabalhadores da educação. Viu-se como necessário compreender as percepções que os professores têm de si na rede particular a partir da escola em que trabalham; a percepção do que os professores têm do que vem a ser a sua profissão; a percepção do que os professores têm sobre educação; a percepção que os professores têm do que é trabalho; as diferenças e semelhanças apontadas pelos professores entre trabalho e educação; a percepção dos professores sobre o conjunto de atividades atribuídas a eles pelas escolas em que trabalham; a percepção dos professores sobre suas contribuições na determinação didáticos e pedagógicos nas escolas em que trabalham.

Cada uma dessas categorias constituiu um subcapítulo específico em que foram dissecadas para análise os conteúdos dos discursos dos professores tentando desvendar, por estas análises, os sentidos que estes se atribuem enquanto trabalhadores da educação. Aliás, esse foi o grande desafio, pois a questão não era descrever a análise elaborada pelo pesquisador sobre esta categoria profissional, mas o pesquisador conseguir perceber os sentidos atribuídos por estes profissionais. Daí a necessidade de se desvestir de qualquer tentativa de responder ao que deve ser respondido pelos sujeitos da pesquisa. Necessidade, esta, que se torna mais difícil pelo fato de o pesquisador também exercer sua profissionalidade como trabalhador na rede particular de ensino e vivenciar as mesmas relações de trabalho que os sujeitos da pesquisa.

Outro perigo que ameaça a maioria das pesquisas educacionais é o da abstração. Ou seja, essas pesquisas se estruturam, sem considerar aspectos fundamentais como o tempo de trabalho, a quantidade de alunos, a quantidade de turmas a serem atendidas pelos professores, a participação dos professores na gestão educacional e escolar, a autonomia dos professores de produzirem seus materiais e suas aulas, o tempo de profissão dos professores, etc. As pesquisas, em geral, apresentam a tendência de esquecerem ou negligenciarem que a escola repousa sobre o trabalho concreto, sobre relações concretas – seja entre professores e estudantes, direção/coordenação e estudantes, e classe patronal e empregados. Por isso foi fundamental que a pesquisa fosse situada no contexto mais amplo da análise do trabalho dos professores.

Desta forma, a partir das categorias postas, buscou-se analisar a questão lançada pela pesquisa nos subcapítulos que seguem.

4.1 A fotografia dos professores da rede particular de ensino da cidade de Santa Maria: conhecendo os sujeitos da pesquisa e suas relações de profissionalidade e empregabilidade.

Para a compreensão dos sentidos que os professores se atribuem como trabalhadores da educação objetivou-se, na primeira parte da entrevista, traçar um panorama da empregabilidade do professor e dos contextos em seu cotidiano de atuação como trabalhador da educação. Consideraram-se, para isso, as redes de ensino que o professor trabalha, portanto sua experiência (particular e pública ou somente particular), a rede de ensino em que o professor começou a sua profissão, a quantidade de escolas em que o professor possui vínculo empregatício, a carga horária total de trabalho do professor, a quantidade de turmas em que o professor em que o professor exerce a sua empregabilidade, a relação professor/estudante (considerando se este sabe quem são os seus estudantes a partir do nome de cada um, se considera o tempo de aula suficiente, se possui algum tempo extraclasse para acompanhamento pedagógico dos estudantes). Enfim, tentou-se desvendar, a partir da percepção dos próprios professores, este mundo cotidiano e as relações de trabalho da sua atuação profissional. Fez-se apropriado considerar alguns dados

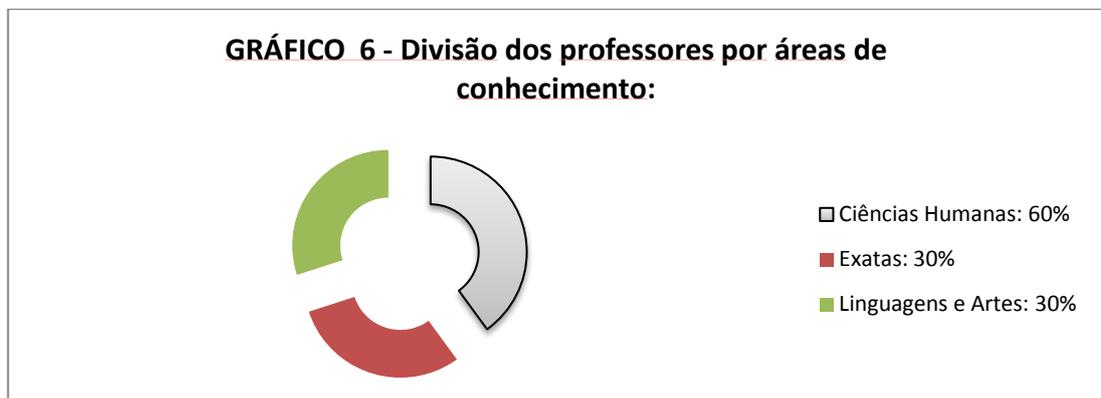
importantes colhidos das entrevistas, para a análise de conteúdo dos discursos dos professores sujeitos da pesquisa, sendo possível traçar a fotografia do perfil desta categoria profissional.

Dos professores entrevistados, sessenta por cento são do gênero masculino e quarenta por cento do gênero feminino:



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Quarenta por cento são das áreas de Ciências Humanas, trinta por cento das áreas de exatas e trinta por cento das áreas de linguagens e artes.

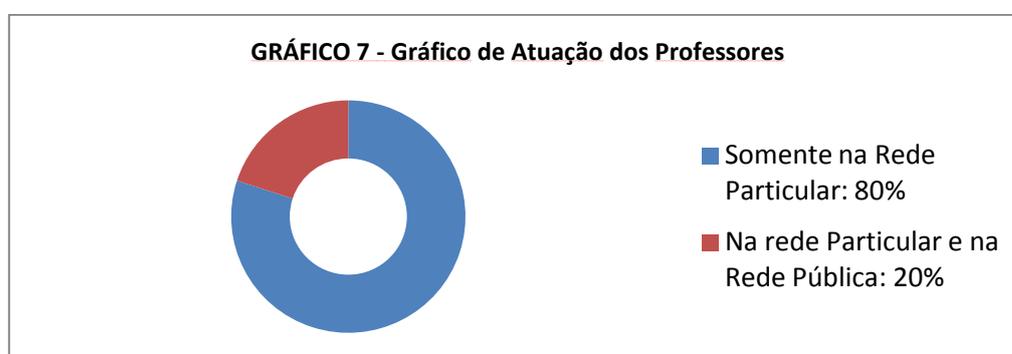


MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Todos os professores lecionam no Ensino Médio, sendo que quarenta por cento, além do Ensino Médio lecionam também no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais). Oitenta por cento dos professores são sindicalizados, vinte por cento não são sindicalizados. Dos professores sindicalizados cem por cento admitem não terem nenhuma participação no sindicato, portanto serem apenas associados. Quarenta por cento admitem saber alguma coisa sobre o sindicato,

mesmo não tendo nenhuma forma de envolvimento; e sessenta por cento admitem, apesar de serem associados, não saberem nada sobre o sindicato. Todos os professores possuem licenciatura em suas áreas específicas, nenhum dos professores possui formação em Pedagogia.

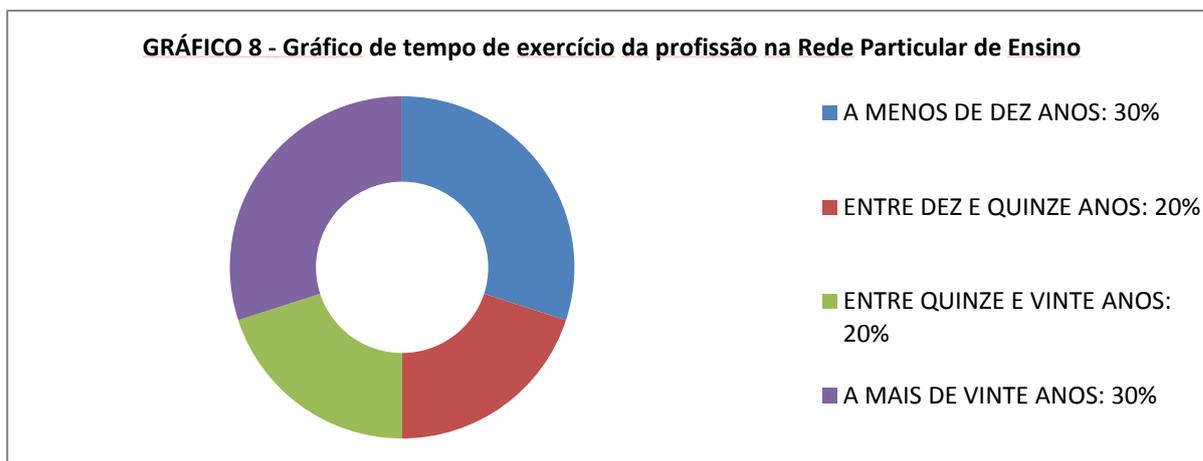
A primeira pergunta do questionário visava a identificar o espaço de empregabilidade dos professores, se somente na rede privada ou também na rede pública. Dos professores que se disponibilizaram para a pesquisa, oitenta por cento são professores que atuam somente na rede particular e apenas vinte por cento transitam profissionalmente na rede particular e na rede pública.



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

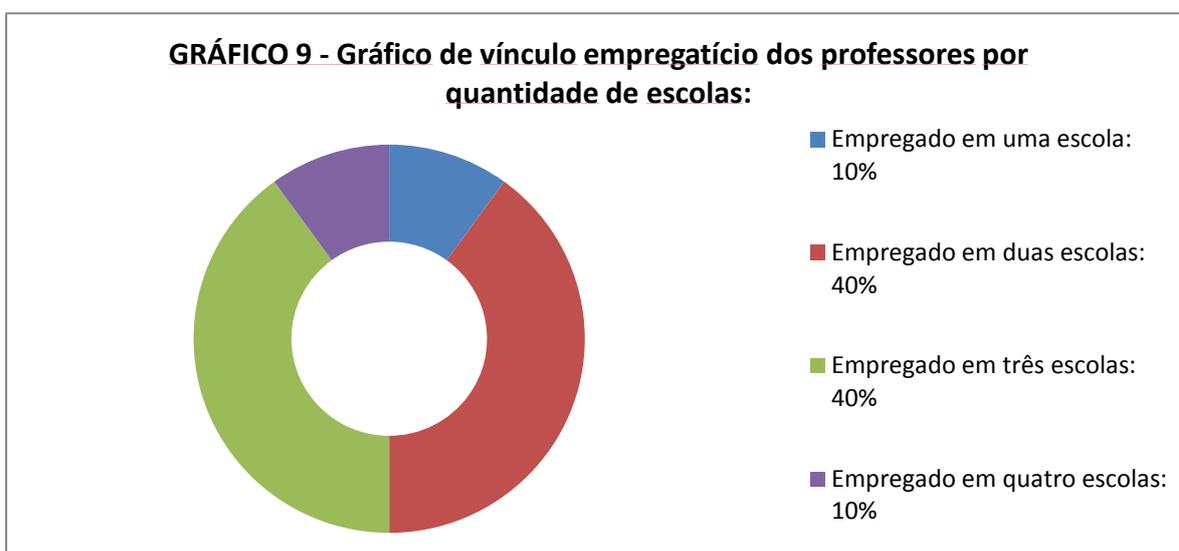
Dos que atuam nas duas redes, todos (cem por cento) começaram sua profissão antes na rede particular, indo para a rede pública apenas após concurso público, depois de já terem experiência com o ensino privado.

Quanto ao tempo em que exercem a empregabilidade como professores, trinta por cento dos professores entrevistados possuem menos de dez anos de profissão e setenta por cento possuem mais de dez anos de profissão. O professor que possui menos tempo de profissão a exerce há seis anos, o professor de maior tempo há vinte e oito anos. Vinte por cento dos professores exercem sua profissão entre dez e quinze anos; dez por cento dos professores entre quinze e vinte anos e trinta por cento dos professores a mais de vinte anos.



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Considerando a quantidade de escolas em que os professores estão empregados, apenas um professor (dez por cento dos sujeitos da pesquisa) possui vínculo empregatício com apenas uma escola, mesmo assim ainda possui vínculo com uma instituição de ensino superior privada. Não há professores que estejam empregados em apenas uma escola com dedicação exclusiva. Quarenta por cento dos professores estão empregados em duas escolas, quarenta por cento em três escolas e dez por cento em quatro escolas.

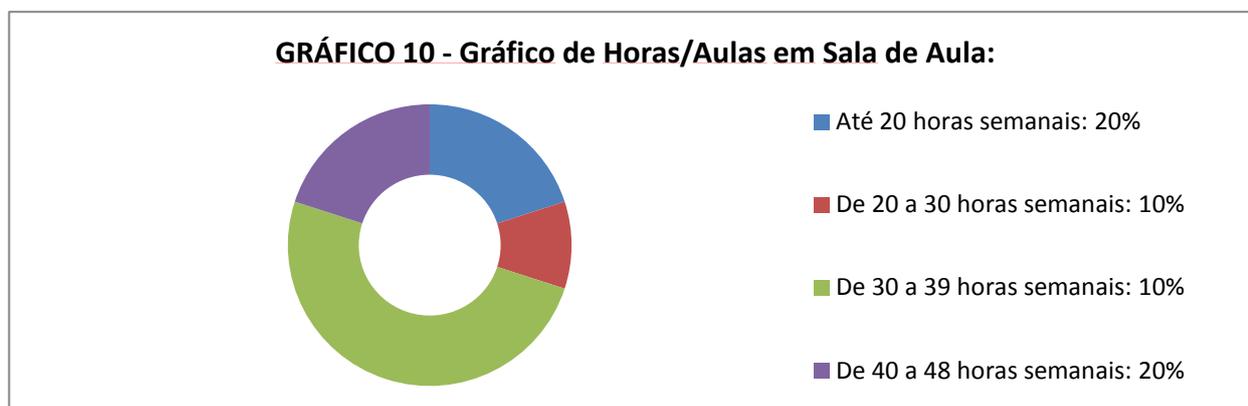


MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Os professores que estão em menos escolas são os que possuem cargas horárias semanais por disciplinas maiores que os que estão em mais escolas.

Ao que se refere às horas aulas trabalhadas em sala de aula, nas escolas em que estão empregados, apenas vinte por cento dos professores possuem uma carga horária de até vinte horas semanais, dez por cento entre vinte e trinta horas, cinquenta por cento entre trinta e trinta e nove horas e vinte por cento de quarenta

horas para mais por semana. O tempo máximo trabalhado pelos professores pesquisados foi de quarenta e oito horas semanais. É importante ressaltar que o tempo de trabalho contado foi de sala de aula, não se considerou aqui as horas atividades pagas e nem as atividades extras realizadas pela escola como, por exemplo, os conselhos de classes e as reuniões pedagógicas.



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

No que diz respeito à quantidade de turmas de atuação dos professores, os dados são significativos, visto o excessivo trânsito entre turmas destes profissionais. Trinta por cento dos professores entrevistados possuem oito turmas, vinte por cento dos professores possuem doze turmas, o que dá os dados de cinquenta por cento dos professores atendendo de oito a doze turmas, sendo estes os que trabalham com disciplinas com maiores cargas horárias semanais. Os dados saltam significativamente quando se aborda professores de disciplinas que possuem menores cargas horárias semanais. Destes, trinta por cento trabalham entre quinze e vinte turmas de alunos, dez por cento entre vinte e vinte cinco turmas e dez por cento entre vinte e cinco e trinta turmas.



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Faz-se interessante observar também que tanto o primeiro grupo, que possui de oito a doze turmas, como o segundo grupo que possui entre quinze e trinta turmas, trabalham em mais de duas séries diferentes. Um dos entrevistados, o que possui maior quantidade de turmas, chega a trabalhar em oito séries diferentes compreendendo da 4ª série do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio, sendo que no Ensino Médio trabalha com dois componentes curriculares distintos, e que estas turmas estão distribuídas em três escolas diferentes. O segundo professor que mais possui turmas de alunos trabalha em seis séries distintas compreendendo da sexta série do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio e também trabalha com dois componentes curriculares diferentes. É interessante ressaltar que os professores que possuem menores quantidades de turmas a serem atendidas são os que possuem componentes curriculares com maiores cargas horárias semanais. Os que possuem componentes curriculares com poucas cargas horárias semanais buscam compensar este *déficit* trabalhando em diversas escolas e/ou em diversas turmas.

Quanto a quantidade de estudantes com que os professores trabalham, faz-se relevante saber que todos os professores pesquisados trabalham com mais de duzentos estudantes, alguns chegando a atender quase mil estudantes. Conforme os dados, têm-se trinta por cento dos professores atendendo uma média de duzentos a duzentos e cinquenta estudantes. Dez por cento atendendo trezentos estudantes. Dez por cento atendendo de trezentos e cinquenta a quatrocentos estudantes. Dez por cento atendendo quinhentos estudantes. Vinte por cento atendendo até seiscentos estudantes. Dez por cento atendendo oitocentos estudantes e dez por cento atendendo de oitocentos e cinquenta a novecentos estudantes. Cinquenta por cento dos professores possuem mais de quinhentos estudantes. Destes quarenta por cento mais de oitocentos estudantes. Há uma média de quinhentos estudantes por professor. Nestes dados percebe-se novamente que os professores mais sacrificados são os que possuem menores cargas horárias, portanto tendo de possuir maior quantidade de turmas para compensar, o que faz com que atendam grupo maior de estudantes.

Os dados anteriores levam a um questionamento importante, considerando a importância da individualidade no processo educativo, o estudante ser chamado pelo nome, que trabalha a sua identidade e a estima, fazendo-o sentir-se reconhecido e

valorizado pelo seu professor e pela sua turma. Mas, com essa quantidade de estudantes com que cada professor trabalha, sabem os nomes de todos os seus estudantes? Os dados nos revelam que apenas trinta por cento dos professores admitem saberem os nomes de todos os estudantes, sendo estes trinta por cento aqueles que possuem quantidade menor de turmas e maior carga horária semanal em cada turma, possibilitando um convívio maior com seus estudantes. Um desses professores fez questão de ressaltar que só sabe o nome dos estudantes porque têm uma boa memória para nomes e fisionomias, caso contrário admite que teria dificuldades para saber o nome de cada um de seus estudantes. Setenta por cento dos professores não sabem o nome dos seus estudantes, portando em sala de aula não se reportam aos estudantes os particularizando pelo nome. Tendo essa dificuldade de individualização pelo nome de cada estudante, no processo avaliativo, ao corrigir as avaliações, admitem haver uma significativa dificuldade de associar o resultado da avaliação a um estudante específico, individualizado, para perceber os níveis de dificuldade de aprendizado particular de cada um e poder fazer uma estratégia de recuperação individualizada deste estudante. É significativa a fala do entrevistado número sete, que salienta que:

Me limito a entregar as provas ou testes, passar o gabarito correto e fazer um ou outro comentário sobre questões que a gente escuta os alunos dizerem que acharam difícil, mas às vezes a gente nem sabe quem fez a pergunta sobre a prova, olha o aluno, escuta a sua voz, a sua pergunta, mas não sabe o seu nome. A não ser se for um daqueles alunos que mais se salienta em sala de aula, se não, não. (ENTREVISTADO NÚMERO SETE)

Ao entrevistado número sete relatar este fato, há uma visível frustração e angústia em sua voz. O entrevistado número nove relata: “Chego em sala de aula, mal dá tempo de fazer a chamada, que é uma das formas que facilita sabermos os nomes dos alunos, começo o conteúdo, dá o sinal e já saio para outra sala. Não, não há como saber o nome de todos não”. Interessante também é o relato do entrevistado número dez: “Há alunos que passam por mim na rua, me cumprimentam: e aí professor, olá professor... Muitas vezes só sei que é aluno porque me chama de professor, mas não sei nem quem é o aluno e nem de que escola”. Sendo o estudante o sujeito que está no ambiente de sala de aula para, em um processo dialógico e dialético, ampliar o seu conhecimento, transformar suas percepções do mundo e da realidade a partir da horizontalidade de relações com o professor, se percebe que o fato da não individualização, por parte do professor, dos

estudantes pelo saber o seu nome, se estabelece como um empecilho para que o espaço de educação escolar aconteça de forma interessante. Por isso a angustia dos professores ao relatarem, em seus discursos, essa questão específica, pois uma das condições essenciais para o desejado desempenho de seu trabalho, a personalidade, não acontece. Se os estudantes são prejudicados com isso, é algo que a pesquisa não verificou, apesar de a hipótese mais óbvia ser que sim, mas os professores são prejudicados no desempenho do seu trabalho, e a angustia em suas vozes na formulação de seus discursos para esta questão comprovou esta hipótese.

Ao não se pessoalizar esta relação estudante-professor, no processo escolar, os professores trabalham como se estivessem agindo com máquinas. Ações, essas, refletidas, por exemplo, no entregar a prova e não se permitir um diálogo mais abrangente sobre a mesma, se colocando limitantes de apenas “passar o gabarito e fazer um ou outro comentário sobre questões” (Entrevistado Número Sete). E agindo com máquinas, agem como máquinas, com medo de estabelecerem contatos com quem não conhecem (mal visualizam em sala de aula) e que não terão tempo para conhecer, pois o período de aula e o “sinal do final do período” não permitem. É o fantasma do relojoeiro maluco, já mencionado em páginas anteriores.

Visto que a não memorização do nome para a individualização do estudante é uma das dificuldades admitidas pelos professores para o processo de ensino-aprendizagem destes estudantes durante os períodos de aula, percebe-se necessário, durante as entrevistas, perguntar se há algum outro tempo, além do período em sala de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico dos estudantes com relação ao conteúdo trabalhado. Para esta pergunta obteve-se os seguintes dados: setenta por cento dos professores responderam que não possuem nenhum outro tempo, além do de sala de aula, para trabalhar os conteúdos com os estudantes. Apenas trinta por cento responderam que possuem outro tempo, além do de sala de aula. Dos trinta por cento que responderam possuírem este tempo extra as respostas foram no sentido de que há aulas esporádicas de reforço. Em uma das falas a entrevistada número seis relata: “Aula extra quando necessário. No caso, na parte dos professores, são aulas esporádicas, mas se for o caso eles me chamam dia de semana, ou no final de semana. Mas isso em uma escola, em outra escola não tem” (Entrevistada Número Seis). Quanto aos professores que relataram que não há esse tempo extra para trabalhar o conteúdo com os estudantes há que

ressaltar que isso não quer dizer que as escolas não ofereçam programas de reforço escolar, mas geralmente este reforço não se dá com o professor regente de turma, mas geralmente com estagiários. Ao questionar uma coordenadora pedagógica sobre o porquê de o reforço não ser com o professor regente da turma, a coordenadora ressaltou dois motivos principais que são: a não disponibilidade de horários por parte dos professores e a questão econômica. Em sua fala:

“O estagiário é mais econômico, é mais barata sua hora/aula, sai mais em conta para a instituição, além de estarmos dando oportunidade de experiência para eles (os estagiários), e de os professores regentes não possuírem horários, pois estão em outras escolas durante o horário de reforço” (Fala da Coordenadora Entrevistada).

Em sua fala a coordenadora deixa clara a opção mercantilista da instituição ao reforçar que o estagiário envolve menores custos para a instituição e ao não cogitar uma forma de contrato (dedicação exclusiva – por exemplo) que possibilitasse que o professor regente da turma fosse também o professor das “aulas de reforço”.

Considerando o referido cenário, também se percebeu necessário saber se os professores compreendem os períodos de aula que possuem como suficientes para o desenvolvimento do seu trabalho. Os dados demonstram que oitenta por cento dos professores não consideram os períodos de aula que possuem como suficientes para o bom desenvolvimento do seu trabalho. Apenas vinte por cento responderam que percebem como suficientes os períodos que possuem em sala com os estudantes como suficiente para o desenvolvimento do seu trabalho. Na resposta a esta questão, entre os que veem como insuficiente o tempo de aula estão tanto os que possuem componentes curriculares com cargas horárias consideradas boas, como os que possuem disciplinas com cargas horárias baixas. Essa quase unanimidade de que o tempo em sala de aula não é suficiente para desempenhar um bom trabalho revela a angústia dos professores que ficam entre trabalhar os conteúdos programáticos planejados pela escola e que são constituídos como exigência mínima de aprendizado e os conteúdos que são cobrados nos processos seletivos para as universidades (se tratando de Ensino Médio) principalmente focados para a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – (que adotou o processo seriado, PS, com provas para o primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio) e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – processo avaliativo que facilita a entrada do aluno na universidade e atribui uma nota à escola. As escolas

particulares de Santa Maria levam muito a sério tanto o processo seriado da UFSM como o ENEM. No discurso do entrevistado número três:

Tanto os resultados do PS como do ENEM são muito cobrado pelas escolas, pois os resultados das escolas nesses dois é um dos fatores que indica quantos alunos novos irão procurá-la no ano seguinte. Quanto mais alunos aprovados na Federal, quanto maior a nota no ENEM, maior o número de alunos que a escola vai ter, maior o seu status na cidade. Como são processos que cobram conteúdos diferentes o professor tem que se desdobrar para conseguir dar conta... Por isso considero que a carga horária não é suficiente... Nós somos cobrados, mas não nos dão cargas horárias suficientes para fazer o trabalho.” (ENTREVISTADO NÚMERO TRÊS)

O discurso citado deixa claro a disparidade entre as exigências feitas aos professores e as condições mínimas (aqui focando apenas em hora/aula) que se dá aos professores para cumprirem essas exigências, focando no desempenho do professor para preparar os estudantes para os processos seletivos a responsabilidade do *status* da escola e do crescimento que terá, expresso em quantidade de estudantes.

Em suma, o contexto que a primeira parte da entrevista mostra, a partir do discurso dos próprios professores, é uma situação de empregabilidade em que os professores entrevistados possuem experiência significativa na rede particular, comprovada pelo tempo de trabalho que vai de no mínimo seis anos até vinte e cinco anos, dando uma média de quatorze anos e sete meses de experiência de profissão. Todos começaram a sua profissão na rede particular de ensino e a maioria atua somente na rede particular. Todos possuem vínculo empregatício com mais de uma escola ou instituição de ensino. A carga horária semanal trabalhada é apresentada como problema saliente, visto que a maioria, sessenta por cento, possui de trinta horas a mais em sala de aula, o que faz com que sobre um mínimo de tempo para a produção de suas aulas, aprimoramento profissional, correção de testes, trabalhos e provas, planejamentos de atividades complementares, reuniões pedagógicas e outras atividades das escolas e, ainda, as atividades relativas a sua vida pessoal e familiar. Há os professores que possuem quantidade excessiva de turmas de aulas e estudantes para atender, o que dificulta e, às vezes, até impede, uma relação pedagógica de proximidade maior com seus estudantes, fazendo que nem mesmo o nome dos estudantes os professores consigam memorizar. Este processo claramente estabelece uma relação de distanciamento entre professor e

estudante tonando e educação escolar algo mecânico, impessoal, distante, mais ato de ensino do que de educar.

Ao mesmo tempo, as escolas não possibilitam ao professor uma metodologia de acompanhamento pedagógico dos seus estudantes referentes aos conteúdos trabalhados, mas, paralelamente, cobram do professor resultados positivos nos processos seletivos que seus estudantes participam para que alavanquem o nome da escola atribuindo um *status* em relação às demais, materializando-se em maior número de estudantes/clientes e, obviamente, entrada de maiores recursos financeiros provenientes do pagamento das mensalidades.

Percebem-se, então, professores experientes na rede particular de ensino, mas em um contexto de trabalho com cobranças, excessivo número de estudantes, turmas e horas aulas em sala, em uma relação de distanciamento entre professor e estudante, com uma carga horária em sala de aula por turma que não possibilita um bom desempenho do trabalho do professor em uma situação de falta de planejamento e seriedade das escolas no acompanhamento pedagógico extraclasse. Neste contexto, descrito pelos próprios professores, é que as etapas seguintes da entrevista pretenderam traçar o desenho dos sentidos que os professores se atribuem como trabalhadores da educação.

4.2 As percepções que os professores têm de si na Rede Particular a partir da escola em que trabalham.

Para que se possa compreender ainda mais o mundo do trabalho dos professores entrevistados, sentiu-se a necessidade de entender o como esta categoria se percebe como profissionais da rede particular a partir da escola em que trabalham. Para isso, foi feita a todos os professores a pergunta: Como o(s) senhor(a) se vê como professor(a) na escola em que trabalha? Sabendo que todos os professores entrevistados possuem vínculo empregatício em mais de uma escola, e percebendo que seria difícil os professores responderem objetivamente, pois as respostas poderiam ser genéricas girando em todos os ambientes de trabalho, solicitou-se que, ao responder, o professor pensasse em apenas uma escola da rede particular em que trabalha.

As respostas à questão foram desde as mais objetivas, como a do entrevistado número um, que de forma rápida e certa respondeu: “me vejo muito a vontade”, aqueles que procuraram se justificar profissionalmente descrevendo o como é seu trabalho docente, como foi o caso do entrevistado número dois, em suas palavras:

Olha, eu me vejo como professor que cobra, exige bastante dos alunos, porém eu dou o máximo possível de atenção pra eles para que essa cobrança possa ser feita. Não adianta eu cobrar e não preparar esses alunos, então eu preparo eles, no meu ponto de vista, da melhor maneira possível, para eu poder cobrar depois. (ENTREVISTADO NÚMERO DOIS)

Contextualizando que as escolas da rede particular de Santa Maria possuem também a característica de preparar os estudantes para os processos seletivos de ingresso no ensino superior, principalmente na Universidade Federal de Santa Maria, nota-se que o entrevistado número dois, que fez uma pausa considerável entre o final da escuta da pergunta e a elaboração da resposta e, no tom de voz, deu a entender que estava pensando cuidadosamente em cada palavra que iria falar, que cobra, que prepara os alunos, que dá atenção, mas que a cobrança está no sentido preparatório. É como se quisesse dizer que se vê cumprindo o papel para o qual foi contratado e que esperam dele. Ou seja, em vez de responder a como se vê na escola em que trabalha, justificou a sua atividade na escola em que atua. Neste mesmo sentido foi a resposta da entrevistada número três, em suas palavras:

Bem, eu me vejo uma boa professora, que interajo com os alunos, que não passo apenas o conhecimento, tento trazer um pouco além do que tá nos livros, tento trazer um pouquinho mais de cultura, trabalho com eles as questões de valores também, há muitas discussões de valores, porque aquilo é bom, porque não é bom, trabalho relacionando com o dia-a-dia deles. Eu me considero, nessa instituição, uma boa professora. (ENTREVISTADO NÚMERO TRÊS)

Percebe-se claramente a necessidade de se justificar como a “boa professora”, aquela que vai além da cobrança dos conteúdos programáticos, que discute cultura, valores, porém é interessante que a professora mais se justifique profissionalmente do que reflita sobre o como se percebe, como profissional, em seu trabalho. As respostas dos professores número quatro e sete são de relevância para a análise. O número quatro afirma:

Eu me vejo como uma pessoa, ou alguém assim, que é importante dentro da minha disciplina [resposta dada de forma pausada em que dá a impressão que o entrevistado busca as palavras certas para a resposta].... é.... é porque a gente estudou para transmitir conhecimento, né.... e é fundamental que o aluno aprenda o que tá dentro do conteúdo

programático para que ele passe num concurso, numa prova, num vestibular enfim....

O número sete relata: “Eu me sinto muito bem, é uma escola que, privilegia também a formação humana como um todo, além da excelência acadêmica, e eu acreditamos que, de alguma forma todos os professores são vistos são olhados”. A fala final do entrevistado número sete justifica a busca de palavras do entrevistado número dois em sua pausa entre a pergunta e a resposta, assim como a atitude do entrevistado número quatro que passa a impressão de procurar as palavras certas para a resposta, assim como a atitude dos entrevistados que usavam a questão e a resposta para se justificarem profissionalmente como realizando um bom trabalho, “de alguma forma todos os professores são vistos e são olhados”. A sensação de vigilância constante sobre o seu trabalho leva os professores, mesmo sabendo que estão respondendo a estas questões para uma pesquisa de mestrado, a agirem com cautela em suas respostas, ou seja, a deixarem fluir a desconfiança sobre o que pode ser feito com suas palavras gravadas e transcritas, por isso buscar a palavra sensata, não a que se quer dizer, mas a que se quer que seja escutada, aquela que não os comprometam em seus empregos.

Indo na contramão das respostas e em tom de desabafo, o entrevistado número oito avaliza a reflexão acima, em suas palavras:

Particularmente assim, tem uma coisa bastante grave, até para falar com relação a isso, no que toca isso assim, no que tange a isso assim, porque se sabe que a profissão do professor é extremamente desprestigiada. A gente passa por um momento em que se questiona muito a valorização da educação, que se toca muito nesse assunto, a gente percebe essa questão frequentemente na mídia enfim. Mas nas escolas particulares existe uma imagem associada à imagem do professor que é um pouco menos, vamos falar assim, um pouco menos desgastada, que a imagem do professor da rede pública. Mas isso nem sempre é verdade, porque, por exemplo, o professor da rede particular, ele sofre muito emocionalmente por sinal. Ele é, em muitos momentos, coagido a agir de acordo com uma ideologia ou de acordo com princípios que se tornam extremamente vicioso ou com aqueles que ele concorda. É o processo educacional e, efetivamente, tu tem que lidar com isso. Muitos casos tu não tem amparo. Não tem amparo do sindicato, tu não tens amparo psicológico, tu não tens amparo até estrutural porque tu não foste preparado pra isso na universidade, tu acabas muitas vezes te machucando. Tu acabas fazendo o teu trabalho duma maneira extremamente fria. O que é para o processo, e aí eu falo do processo ensino aprendizagem, é uma coisa, eventualmente bem danosa. Claro que a gente sabe que não existe necessariamente este processo, se o professor não for uma pessoa apaixonada pelo que faz, mas isso contribui muito para esse desgaste, para esse esvaziamento dá situação.

Há, na fala deste entrevistado, elementos fundamentais para analisar o mundo do trabalho dos professores e sua percepção a partir da escola em que

trabalha. Apesar da resposta não se fazer restrita a uma escola específica, e que vai em direção de “que todos são vistos, todos são olhados”, que foi relatado pelo entrevistado número sete. Coagido a agir conforme a ideologia e com princípios que não são os seus, sem amparo profissional nem ao menos por parte do sindicato, sem amparo psicológico, sem ser preparado pela universidade para o mundo do trabalho docente, para a profissão, um professor frio, desgastado, esvaziado. A tonalidade de voz, a linguagem em que, às vezes, parecia engasgada, demonstrou a entrega do entrevistado ao responder a esta pergunta, com frustração, nostalgia, mas sinceridade. Mesmo parecendo que em alguns momentos queria medir as palavras a serem ditas, falou com a emoção de quem estava querendo desabafar algo que era verdadeiro, mas dolorido, descreveu a sua percepção como professor.

Na tentativa de justificação de seu trabalho, mas nos dando pistas de alguns fatores que vai ao encontro do que fala o entrevistado número oito, o entrevistado número nove relata:

Olha, eu acho que eu me vejo super bem, né, eu cumpro com as regras da escola, cumpro com o conteúdo programático... eu percebo assim, que os alunos, que eu tenho uma boa aceitação perante os alunos e isso se torna bastante importante, pois não é só eu trabalhar, eu tenho que ter uma forma de ver bem, de direção, de coordenação, de colegas e dos próprios alunos, quer dizer, é um convívio diário, geral, assim de todas as esferas dentro da escola. (ENTREVISTADO NÚMERO NOVE)

Não demonstrando o desabafo e indignação do entrevistado número oito, mas resignação e uma mistura de falar o que se quer que seja escutado, o entrevistado número nove deixa algumas pistas interessantes para desenhar este mundo do trabalho dos professores: ter boa aceitação dos alunos, ser bem visto pela direção, pela coordenação, pelos colegas, cumprir as regras da escola, cumprir o conteúdo programático, ou seja, ser resignado e robótico. É interessante que estes critérios, obviamente cobrados em empresas da iniciativa privada, que visam ter empregados ordeiros, que conquistem os clientes, servem para outros setores da economia e isso pelo prisma capitalista, mas se tornam complicados ao serem aplicados no setor da educação, pois há a tendência de castrar a autonomia pedagógica e as iniciativas de construção do conhecimento entre professores/alunos, pois o professor que contenta os alunos não é necessariamente o que melhor os prepara em termos de conhecimento e convivência, não é essencialmente o que melhor educa. O ser bem visto pela direção e pela coordenação avaliza a fala do entrevistado número sete, de que “todos são vistos, todos são olhados”, ou seja, da vigilância constante, que leva

os professores a agirem conforme valores e princípios que nem sempre são necessariamente os seus, conforme relata o entrevistado número oito.

Contribuição interessante para fechar este mapeamento do mundo do trabalho dos professores da rede particular pelas falas da percepção que os professores têm de si, como trabalhadores das escolas desta rede, é a do entrevistado número dez: “(sic) Como um empregado, como alguém que recebe ordens. Metas a serem cumpridas, tarefas a serem realizadas, as vezes elogios, as vezes broncas... enfim, empregado de uma profissão que já teve status, mas hoje não tem mais.” O professor como tarefeiro, cumpridor de metas, um empregado como qualquer outro, agora sem o status que tivera em tempos outrora. Um profissional vigiado, cumpridor de regras, preocupado em ser bem visto pelos alunos, com uma função preparatória dos alunos para as seleções (principalmente das universidades), sem autonomia, cumpridor do conteúdo programático. Um profissional coagido a agir conforme valores e princípios que não são os seus, com medo de falar sobre sua profissão a partir da escola em que trabalha, que escolhe as palavras não para serem ditas, mas para serem ouvidas pela escola; com receio de falar o que pensa, que não foi preparado pela academia para enfrentar a situação em que se encontra, desgastado, frio, vazio, sem amparo psicológico e profissional, recebedor de ordens, elogios e broncas. Mas alguém que tenta passar a imagem de um profissional contente, cumpridor da tarefa de preparar os alunos, amigo dos alunos (como relatou a entrevistada número cinco), competente e entusiasmado com o que faz. Essas são as percepções que os professores possuem de si na rede particular a partir da escola em que trabalham, demonstradas pelas suas falas, em seus ditos e não ditos, analisadas por esta pesquisa.

4.3 A percepção que os professores têm do que vem a ser a sua profissão.

Para tentar responder à questão sobre os sentidos que os professores da rede particular de ensino da cidade de Santa Maria se atribuem como trabalhadores da educação, faz-se relevante compreender o como os professores percebem o que vem a ser a sua profissão. Costa (2012, s.p) afirma que “certo ou errado, a imagem pública que se formou da profissão docente é de que o professor trabalha muito,

ganha pouco e não é valorizado”. Tomando como verdadeira a afirmação acima, considera-se que esta é a imagem pública, mas e a imagem formada pelo próprio professor? A pesquisa objetivou descobrir isto dos próprios professores entrevistados ao questioná-los como estes veem a sua profissão.

A análise das respostas, além de algumas obviedades que expressam a imagem pública, também revelaram algumas reflexões fundamentais para compreender as relações de trabalho do professor. As categorias que se destacaram nas respostas dos dez professores entrevistados para a pesquisa foram: boa, gratificante e de extremo valor, indicadas na fala de cinquenta por cento dos entrevistados; com papel social importante e fundamental para as demais profissões, indicada na fala de vinte por cento dos entrevistados; como opção de vida e vocação, indicadas na fala de vinte por cento dos entrevistados; viciante, indicadas na fala de vinte por cento dos entrevistados que declararam não se verem desempenhando outra profissão. Considera-se como categorias que podem expressar uma imagem positiva da profissão, pois, boa, gratificante, de extremo valor, tendo papel social importante e sendo fundamental na formação das demais profissões, vocação e opção de vida evocam aspectos motivacionais da profissão de professor, ao estabelecer um *status* e um papel social importante para quem desempenha tal profissionalidade. Entretanto, são também consideráveis as categorias a seguir: desvalorizada, apareceu no discurso de sessenta por cento dos entrevistados; desgastada, apareceu no discurso de vinte por cento dos entrevistados; que demanda muita tarefa, portanto exigente, apareceu no discurso de trinta por cento dos entrevistados. É considerável que oitenta por cento consideram a profissão de professor como desvalorizada e desgastada. Faz-se relevante o discurso do entrevistado número dez:

Como uma profissão que tem um papel social importante a desempenhar, mas que ao mesmo tempo está profundamente desgastada e desvalorizada nas suas relações de trabalho, seja pela classe patronal (o Estado ou as escolas privadas), seja pela sociedade. A sociedade que olha o professor ou com pena ou com reprovação. O professor, ou é o coitadinho, ou o que está sempre errado... é assim que está... (ENTREVISTADO NÚMERO DEZ)

A resposta do entrevistado número dois vai ao encontro da do entrevistado número dez, ao apontar mais objetivamente o olhar de pena ou reprovação lançado pela sociedade (na percepção do entrevistado) sobre o professor, esteriotipando-o de “coitadinho” ou como estando sempre “errado”. Nas palavras do entrevistado

número dois “o professor, hoje em dia, é considerado como um qualquer”, sendo complementado pelo entrevistado número três, “como se o nosso trabalho não fosse necessário”. O entrevistado número seis reconhece que nem sempre enxerga os profissionais muito realizados.

Os discursos acima destacadas refletem o que Oliveira (2006) qualifica como desvalorização e desqualificação da força de trabalho, associadas à desprofissionalização e proletarização do magistério. A desvalorização e desqualificação da força de trabalho, assim como a desprofissionalização e proletarização do magistério, sabe-se, não se caracterizam como contextos particulares ou situações de instituições individuais, mas estão enraizados como estrutura da sociedade capitalista. Porém, o que se faz interessante é que dos oitenta por cento que destacaram a desvalorização e o desgaste da profissão do professor e os trinta por cento que destacaram o excesso de tarefas imposto aos professores, apenas um atribuiu especificamente a sujeitos determinados este problema. Trata-se do entrevistado número dez quando afirma, na citação acima, que o desgaste e a desvalorização se dá pela classe patronal, identificando como classe patronal o Estado e as Instituições Privadas. Os demais ou atribuíram estes aspectos negativos às famílias ou aos estudantes que não valorizam os professores ou a sociedade enquanto sujeito indeterminado, sem conseguirem especificar quem ou o que na sociedade que desvaloriza ou desgasta a profissão em análise. A fala do entrevistado número quatro reconhece a desvalorização da profissão, mas afirma que o valor tem que ser dado pelo próprio profissional, desvinculando a responsabilidade dessa desvalorização da classe patronal e do Estado.

Faz-se relevante destacar que, dos professores questionados sobre a percepção de sua profissão, não foi abordada de forma clara por nenhum dos entrevistados, a compreensão das relações de trabalho dos profissionais da educação, no que concerne ao processo de trabalho na escola e aos procedimentos normativos que determinam a carreira e a remuneração docente. Prevaleram, nas respostas, ou a afirmação da profissão de professor como boa e gratificante, ou o queixume de uma profissão desvalorizada e desgastada. Mariano Enguita adverte que a profissão de professor, ante uma ambiguidade entre o profissionalismo e a proletarização, deve ter como foco a profissionalização como “expressão de uma posição social e ocupacional, da inserção em um tipo determinado de relações

sociais de produção e de processo de trabalho” (1991), considerando o profissional como “uma categoria auto-regulada de pessoas que trabalham diretamente para o mercado” (OLIVEIRA, 2006). A compreensão dos professores sobre a sua profissão gira em torno da percepção dos aspectos positivos e motivacionais desta e dos aspectos negativos, destacando-se a desvalorização e o desgaste da profissão, mas não houve respostas no sentido de atribuir uma percepção que vá em direção à compreensão da mesma nas suas relações de trabalho situadas na sociedade capitalista.

4.4 A percepção que os professores têm sobre educação

Sabe-se que o trabalho do professor possui um foco específico que é a educação. Principalmente a educação formal, aquela que acontece entre as paredes da escola na qual o professor mantém vínculo empregatício. No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte, mas em um aspecto em que a geração seguinte os receba com perspectiva crítica e relaciona-se no sentido de transformação na perspectiva da melhoria da qualidade de vida – por isso educação se diferencia de aprendizagem. Nesse sentido, a educação vai se desenvolvendo através de situações presenciadas e experiências vividas pelo indivíduo ao longo da sua vida. Balbé (2000) argumenta que “a compreensão de educação engloba a condição de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um sujeito e a sua capacidade de socialização, indignação e transformação para socialmente melhor”. A educação é processo de socialização, é o processo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, objetivando melhor se integrar na sociedade em que vive. O acesso ao ensino escolar formal faz parte do processo de educação dos indivíduos e é neste espaço que a educação, percebida aqui como formal, é intermediada por uma classe profissional específica: os professores.

Balbé (2000) afirma que:

No processo educativo em estabelecimentos de ensino, os conhecimentos e habilidades são contemporizados para as crianças, jovens e adultos

sempre com o objetivo de desenvolver o raciocínio dos alunos, ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade.

Os professores desempenham profissionalmente papel de facilitadores no processo de intermediar os conhecimentos considerados fundamentais para o desenvolvimento da educação formal. Mas, sendo a educação um dos atributos fundamentais do trabalho do professor, faz-se necessário buscar a compreensão que esta categoria profissional venha a ter sobre educação. Para compreender esta percepção que os professores têm do que vem a ser educação, a pesquisa perguntou, de forma direta, aos entrevistados o que é educação.

O interessante, das respostas expostas nos discursos dos professores, é que todos se angustiaram ao responder esta questão, dando a impressão de que foram pegos de surpresa para responder uma questão difícil, que exigia uma elaboração de resposta em um maior espaço de tempo. O início do discurso do entrevistado número um demonstra esta dificuldade de resposta: “Educação para mim é desenvolver o trabalho, desenvolver o trabalho (pausa de 8 segundos) o que é educação? (pausa de seis segundos) poxa, tem que pensar um pouco (pausa de nove segundos) o que eu vou te dizer?”. O entrevistado número quatro demora dez segundos, após a pergunta, e após com uma risada angustiante tenta elaborar a resposta. Os entrevistados um e quatro são exemplos dessa dificuldade que os professores tiveram com a referida questão. Quarenta por cento dos professores associaram a educação com transmissão de conhecimento, levando ao sentido de que há um professor que transmite aquilo que conhece para os estudantes que absorveram este conhecimento. A fala do entrevistado número dois expressa bem essa concepção: “transmitir o máximo de conhecimento, da mais simples maneira, para que o alunos possam compreender né, e buscando um maior índice de aproveitamento deles”. O entrevistado número três completa: “Passar, transmitir, conhecimentos, valores, para determinadas gerações, tanto gerações de crianças, ne, como adultos, que pararam de, de estudar, e depois retornaram”. As respostas de quarenta por cento dos professores demonstram a concepção de sua profissão como tarefa transmitir, numa relação verticalizada e bancária, conhecimentos aos estudantes que não os possuem, mas deles necessitam para “serem alguém na vida”. Perceber-se como detentor do conhecimento não demonstra apenas uma compreensão pedagógica equivocada que precisa ser repensada mas, acima de

tudo, demonstra a necessidade de se agarrar ao menos a algum *status* devido ao desgaste e desvalorização da profissão apontada por oitenta por cento dos entrevistados. E esse *status* é justamente o de sujeito possuidor do conhecimento. A necessidade de, em uma profissão percebida por esta categoria como desgastada e desvalorizada, serem reconhecidos por algo na sociedade, e este algo é justamente a pretensa detenção do conhecimento que deve ser transmitido a quem não o possui.

Trinta por cento dos professores relacionam educação com processo. Não a encerraram apenas no ato de “transmitir conhecimento”, mas a perceberam como apenas uma parte de algo maior, identificado como a formação no sentido de extensão, algo que vai além do que se pode perceber e que não se encerra nela mesma, mas ainda assim mecânica. A palavra processo lança para a ideia de um “conjunto de atividades realizadas na geração de resultados específicos, desde o início de um planejamento até a sua finalização, tendo em vista a obtenção de objetivos determinados” (MICHEL, 2011). Por esta concepção do sentido da palavra processo, se opta por associar a compreensão da educação como processo, como inserida em uma extensão específica, ou seja, a extensão entre o que se quer, o processo para se chegar e o objetivo final. Relevante o discurso do entrevistado número dez: “Se estás me perguntando a educação na escola é a preparação do aluno para entrar no mundo do conhecimento reconhecido como formal pela sociedade. Se estás me perguntando no sentido amplo, é o processo de humanização, de inserção em uma determinada cultura”. A entrevistada número seis também percebe um sentido de extensão ao que vem a ser educação, em sua fala: “é um processo, nas áreas no caso da arte, envolvendo criatividade envolvendo o conhecimento, toda aquela bagagem que vem da família; é um processo que não é único da nossa tarefa; a família tem que estar engajada; ele é um processo amplo”. Ao perceber a educação como um processo em sua extensão, os professores não se situam no centro do processo educativo, perdem o *status* do grupo anterior, mas tiram de seus ombros a responsabilidade pelo andamento do processo de educação. Fica o sentido de a educação ser processo, o profissional faz a sua parte neste processo, mas não pode ser responsabilizado sem a análise do todo. Sendo um processo, o professor é apenas uma parte desse processo, que precisa estar no

todo bem para que o todo esteja bem. O entrevistado número nove destaca essa concepção, em sua fala:

Olha, para mim educação é algo que vem desde família, é um todo do ser humano, algo completo entendeu... não é só aquela de sala de aula, aquela de sala de aula é uma educação mais formal... eu acho que a educação ela é informal, ela é formal, ela atua em todos os aspectos da vida, do dia-a-dia. (ENTREVISTADO NÚMERO NOVE)

Vinte por cento dos professores atribuíram à educação a característica específica de formação do ser humano, sem a restringir à transmissão do conhecimento ou apenas vê-la como processo se situando apenas como parte desse processo. O discurso do entrevistado número cinco faz-se relevante:

Educar é construir um ser humano. Através da educação a gente não trabalha só com conteúdo, a gente trabalha com toda uma formação: formação moral, valores, identidade, crítica, alunos que sejam atuantes... seres humanos que seja atuantes no meio que a gente vive e não somente expectadores. (ENTREVISTADO NÚMERO CINCO)

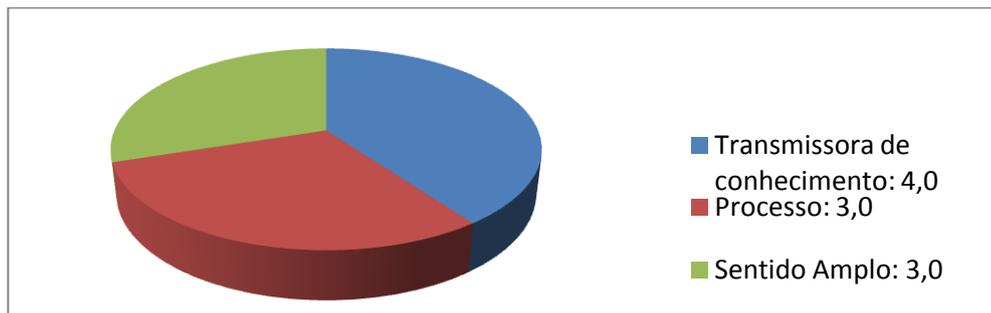
O entrevistado número sete segue a mesma direção:

Educação... educação pra mim é a única solução pra que nós possamos ter um mundo melhor, porque além do conhecimento técnico, além do conhecimento pedagógico, também principalmente na área da filosofia, é a oportunidade de fazer com que as pessoas compreendam o que é ético, o que é moral, o que é ser um cidadão, um ser político na sociedade. (ENTREVISTADO NÚMERO SETE)

Percebe-se que os discursos dos professores número cinco e sete lançam para uma compreensão de educação que vai além de “transmitir conhecimento” ou de processo nas relações de ensino aprendizagem. A concepção assume aspectos antropológicos, ao ser percebida como construtora do ser humano; aspecto social ao se projetar nela a responsabilidade por trabalhar a moral e os valores; aspecto filosófico ao trabalhar a criticidade e a ética nos estudantes; aspecto político ao projetar o cidadão como sujeito político e atuante na sociedade; aspecto epistemológico e prático, ao trabalhar a técnica e conhecimentos pedagógicos específicos; e aspecto utópico, ao lançar para a educação a responsabilidade para que se possa ter um mundo melhor. Nota-se que os entrevistados cinco e sete, que representam vinte por cento dos sujeitos da pesquisa, possuem uma compreensão, aqui denominada, ampla da educação, pois a relaciona com a antropologia, a sociologia, a filosofia, a política, a epistemologia e acrescentada de um tempero utópico que materializa o desejo dos professores de perceberem sua atuação não apenas como a de uma categoria profissional, mas como a de uma missão que também possui a incumbência de construção de um mundo melhor. Mesmo estes

vinte por cento sendo os que descreveram de forma mais ampla a definição de educação, se mostraram, em seus discursos, com o clássico estereótipo do professor sonhador e utópico, o que se vê com uma tarefa a cumprir que vai além de sua profissionalidade e de seus vínculos empregatícios.

Nota-se que, ao responder à questão o que é educação, os professores se situaram em três grupos distintos de percepção, com concepções diferentes do conceito de educação. O gráfico 12, abaixo, retrata esta divisão:



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

É significativo que a maioria dos professores, quarenta por cento – quase a metade – atribuem à educação a característica mecanicista de transmissora do conhecimento. O segundo grupo, formado por trinta por cento dos professores, qualificam a educação utilizando a categoria processo, atribuindo uma extensão entre o que se quer com a educação e o caminho que se percorre para se chegar aonde se quer. O terceiro grupo, que envolve uma minoria dos professores, percebe a educação em um sentido amplo, que envolve várias áreas do conhecimento humano e das interações sociais, uma concepção antropológica, filosófica, sociológica, política e utópica. Os professores que formam o terceiro grupo são, predominante das áreas classificadas como ciências humanas (filosofia e arte), os professores que formam o segundo e o primeiro grupo estão divididos entre as áreas da linguística, humanas, exatas e biológicas. É relevante citar as áreas, pois uma das hipóteses é que a compreensão da educação também está vinculada a área de formação do professor, associadas às relações profissionais.

4.5 A percepção que os professores têm do que é trabalho

Faz-se imprescindível, para investigar os sentidos que os professores da rede particular de ensino se estabelecem como trabalhadores da educação, que se venha a conhecer a compreensão que estes profissionais possuem sobre o que é trabalho. Para isso, diferencia-se, a exemplo do que foi feito no capítulo primeiro, trabalho de empregabilidade, entendendo o emprego como uma das possibilidades de efetivação do trabalho. Para pesquisar sobre a percepção dos professores sobre o trabalho, foi perguntado a todos, de forma direta, o que é trabalho. A pergunta visava analisar as respostas tentando desvendar o entendimento do professorado sobre esta categoria, e não sobre a percepção em relação seus vínculos empregatícios. Trinquet, em entrevista ao jornal Extra Classe, jornal produzido, editado e distribuído pelo SINPRO/RS aos professores sindicalizados, ao abordar os temas de trabalho e emprego, faz a seguinte observação:

São dois conceitos próximos, mas que não falam da mesma coisa. O emprego é uma questão contratual: o contrato pode ser permanente, temporário, mais ou menos precário. Porém o contrato não diz o que vai ser a atividade de trabalhos de fato. O emprego não nos diz o conteúdo do trabalho... Ao se focarem na questão do emprego, se esquecem de tratar os conteúdos e implicações referentes ao trabalho... Foi por causa desta confusão entre emprego e trabalho que a formação profissional continuada não deu os melhores frutos (na França). Ela foi pensada como uma maneira de criar empregos, quando deveria ser pensada como uma maneira de melhorar o trabalho, a atividade em si. (TRINQUET, 2013, p. 08)

A argumentação de Trinquet (2013) revela o quanto é comum a confusão entre trabalho e emprego, e situa a condição de emprego como questão contratual que não necessariamente está relacionado ao trabalho em si, ao conteúdo do trabalho. O emprego é condição histórica. Para o conceito de trabalho, assume-se o exposto no primeiro capítulo, o trabalho como elemento fundamental do processo de humanidade do ser humano, de criação da consciência humana, portanto aspecto fundamental da vida humana, mas transformado em mercadoria na sociedade capitalista. Sob este prisma que se analisará o discurso dos professores.

Interessante é que dos professores entrevistados, noventa por cento tiveram dificuldades de responder à questão, apenas dez por cento responderam de forma rápida e com convicção, os demais demonstraram insegurança ao formular a resposta e ficaram segundos significativos sem fala, como que pensando o que

dizer, o que demonstra que a maioria dos professores não tem clareza objetiva sobre o conceito de trabalho.

As categorias que mais apareceram nas respostas sobre o que é trabalho, são: tudo o que se faz; a busca para atingir as necessidades dos alunos; transmissão de conhecimento; remunerado/remuneração; tarefa árdua/peso da tarefa; atividade humana; profissão; satisfação pessoal; subsistência; produção, construção, criação; auto-sustento; que fortalece; algo bom; crescimento; função social; indispensável. Percebe-se que das dezoito categorias mais utilizadas pelos professores para descrever o que é trabalho, dez estão diretamente ligadas a emprego, quatro estão vinculadas à compreensão de trabalho que fornece base teórica a esta pesquisa e duas (que fortalece, algo bom) não se relacionam diretamente a nenhuma das perspectivas. Com a maioria das categorias estando associadas à compreensão de emprego, se materializa nesta pesquisa a observação de Trinquet (2013) da confusão geralmente feita entre os dois conceitos.

As falas dos professores, em suas respostas, desvelam entendimentos interessantes que estes profissionais possuem sobre o trabalho, associados às suas condições de empregabilidades. A entrevistada número cinco relata:

Bom...(espera um de seis segundos)...eu acho que pro professor, como professora trabalho pra mim é buscar atingir das melhores maneiras possíveis as necessidades dos alunos, (espera 8 segundos) - o que eles veem buscar dentro da sala de aula, o que eles precisam fora da sala de aula, por que a gente sabe que muitas vezes nós assumimos os papéis de pais, irmãos, amigos, então o meu trabalho como professora é um trabalho que dignifica o ser humano, me dignifica e assim todo tipo de trabalho que gente executa. Ele deve ser feito na íntegra e com total respaldo.
(ENTREVISTADO CINCO)

Há um emaranhado, na resposta da professora, entrelaçando emprego, contentamento do público para o qual exerce o seu emprego, assistencialismo, trabalho e interferência nos papéis sociais a serem desempenhados. O entrevistado número quatro define trabalho como: "(pausa de cinco segundos para responder) trabalho (pausa de sete segundos) é um meio pelo qual se podem transmitir os conhecimentos, sendo remunerado para isso.". Há uma relação, em seu discurso, do seu entendimento de trabalho com o seu emprego como professor e com a sua concepção epistemológica do papel do professor como transmissor de conhecimento, associado diretamente à remuneração.

A resposta da entrevistada número seis associa trabalho a peso, à tarefa penosa, em suas palavras:

trabalho é quando agente sente o peso. O peso da tarefa. (entrevistador pergunta: seria isso trabalho pra senhora?) Hãaa na minha área eu não considero trabalho... (espera sete segundos para seguir a fala) segundo. Considero uma opção, como eu gosto muito, não é uma tarefa árdua. É uma tarefa né, como execução, mas como no caso realização pessoal não é um trabalho árduo. (ENTREVISTADO SEIS)

Nota-se que a fala da entrevistada número seis demonstra a concepção de trabalho em duas partes distintas, apesar de relacionadas. A primeira reporta ao clássico mito de Sísifo, que narra o esforço inútil de uma pessoa em seu árduo e rotineiro trabalho que nunca será concluído. A pedra rolada morro acima, dia após dia, num sem sentido de repetições, como castigo ao filho de Éolo que teve a pretensão de ludibriar a morte. O trabalho como seguir uma rotina diária, sem sentido próprio, determinada por instâncias administrativas como as do sistema capitalista de produção. O trabalho como algo sem sentido, sem resultado, como castigo, por isso o trabalho como algo que pesa, o peso da tarefa. Por isso o segundo momento de sua análise: se o trabalho é tarefa que pesa, se o trabalho é castigo e sem sentido, e o que faz proporciona prazer, então o que faz não é tarefa árdua, não é trabalho, mas opção. O que faz é opção que leva a realização pessoal. Trabalho, em sua concepção, não leva a realização pessoal, mas ao sofrimento.

O entrevistado número um, ao início de sua resposta, faz perceber que sua concepção de trabalho não se distancia da entrevistada número seis. Ao começar a elaborar a sua resposta o entrevistado principia que “trabalhar é acordar de manhã cedo, né!”. Em sua voz há um tom de angústia, ao que pede para formular melhor a resposta. Mas nesse início, no dito naquilo que não foi dito, demonstra o trabalho percebido no mundo administrativo: levanta-se de manhã, trabalha-se, come-se, reproduzem-se coisas repetitivas, coisas sem sentido. Ou seja, o trabalho é algo inexplicável, pois sem significado que possa levar à realização pessoal. Percebe-se, no discurso dos dois entrevistados referenciados, a concepção de trabalho mercadoria, de trabalho alienado, repetitivo, doloroso. Nada distante dos tempos modernos retratados pela poesia na arte cinematográfica de Chaplin, para o qual trabalhador e máquina se confundem, pois, assim como a máquina não tem vida, o trabalhador, nas relações capitalistas, parece também não ter vida. Robótico, não sente prazer no que faz. É interessante perceber que esta concepção de trabalho

parece ser a clássica visão do trabalhador de “chão” de fábrica, do proletário da indústria de mecanização. Mas agora esta concepção é encontrada no discurso dos trabalhadores da educação que, ou não percebem o que fazem profissionalmente como trabalho, ou sofrem com a rotina diária da repetição do mundo do trabalho.

O entrevistado número oito não demonstra uma visão “sisifiana” do trabalho, mas de uma forma interessante o associa a sobrevivência e a subsistência. Em suas palavras:

Bom, também é um conceito bastante amplo né. O conceito de trabalho ele tem haver com a atividade humana né. No meu entender remunerada. Acho que, enfim, a profissão do professor obviamente é uma maneira de tu trabalhares, de tu enfim, ter acesso um meio de sobrevivência e subsistência e ser remunerado por isso. Mas enfim, trabalho, trabalho (espera oito segundos)...acho que de maneira geral é isso, é a atividade humana remunerada. Alguma coisa que tu faz que tenha que haver, obviamente, satisfação pessoal, mas que tu fazes estritamente ou especificamente pra tu ganhar tua subsistência e ser remunerado por isso. (ENTREVISTADO NÚMERO OITO)

A visão reducionista do trabalho, associada à atividade humana remunerada, castra as demais dimensões do trabalho e o associa exclusivamente a relação formal de emprego regulado por um contrato determinado, no qual se prevê uma remuneração específica pelo desenvolvimento de uma determinada atividade. Pode até haver satisfação pessoal, mas o sentido primordial do trabalho, na compreensão do professor entrevistado, é estritamente a remuneração para a subsistência. Não se confunde com o trabalho sisifiano, pois neste ao menos há um sentido específico. Trabalha-se para sobreviver.

Também foi significativo a quantidade de professores que associou, e, muitas vezes, chegou-se a reduzir o conceito de trabalho a uma função social, deixando escapar um viés funcionalista. A fala do entrevistado número sete relata: “é, com toda a certeza, a chance de ter uma função social dentro da sociedade”. A entrevistada número três complementa: “é tu fazer algo para a sociedade”. Cada um exercendo a sua função específica na sociedade, contribuindo para o seu bom andamento. Para o funcionalismo²³ a sociedade é um organismo vivo em que cada

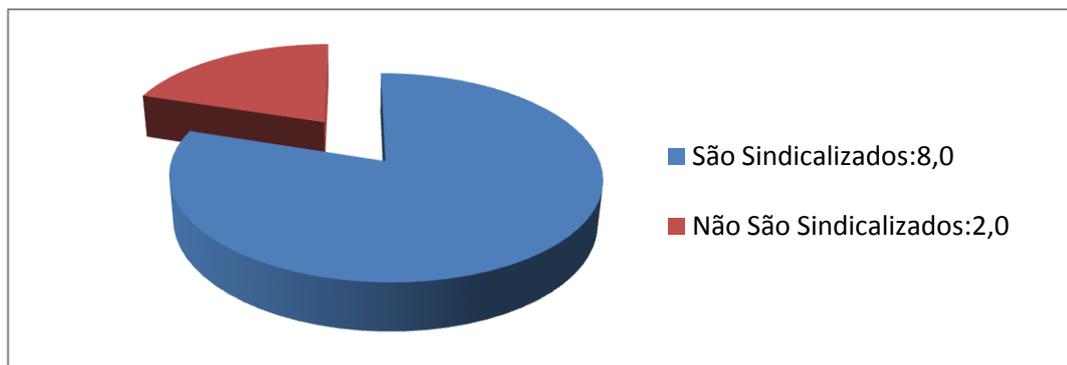
²³ Funcionalismo se refere à compreensão de aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade como um todo. É uma corrente sociológica associada à obra de Émile Durkheim. Nesta compreensão cada instituição exerce uma função específica na sociedade e o seu mau funcionamento significa um desregramento da própria sociedade. A interpretação da sociedade está diretamente relacionada com o estudo do fato social como algo exterior, na medida em que existe antes do próprio indivíduo, e coercivo, na medida em que a sociedade se impõe, sem o consentimento prévio do indivíduo. (Petersen, 1998, p. 78)

parte tem a sua função específica a realizar, e a harmonia social resulta da realização específica das tarefas determinadas a cada indivíduo ou grupo social. O trabalho, nesta concepção exposta pelos professores, seria “a tarefa de empregabilidade que cabe a cada um, em uma função específica para o bom andamento do funcionamento harmônico da sociedade” (SILVA, 1990).

O entrevistado número dez foi único dos professores que respondeu à questão de forma direta, sem titubear, dissociando trabalho de emprego, mas, ao mesmo tempo não aprofundando o tema. Em sua fala: “é a produção de algo, a construção de algo, é criação, diferente de emprego. Emprego é o contrato pelo qual se realiza um trabalho” (Entrevistado número dez).

Percebe-se a divisão dos professores, em sua concepção sobre trabalho, em quatro grupos distintos: o grupo que confunde trabalho com a sua profissão específica; o grupo que associa trabalho a sofrimento, peso, atribuindo ao conceito um valor negativo; o grupo que percebe trabalho a partir da teoria funcionalista; e o grupo que consegue entender o trabalho em sua percepção antropológica em direção ao que se desenvolve nos capítulos iniciais desta dissertação. O que chama a atenção é a maioria dos entrevistados não dissociar trabalho de emprego e possuir uma concepção de trabalho que pode aqui ser definida como própria do trabalho alienado, alheio aos indivíduos que o executam, pois assalariado, fetichizado. Os professores se mostraram, em sua maioria, alheios, estranhos ao resultado de sua própria atividade como trabalhadores da educação, por isso a também dificuldade de categorizar o que é educação – tratada no item anterior.

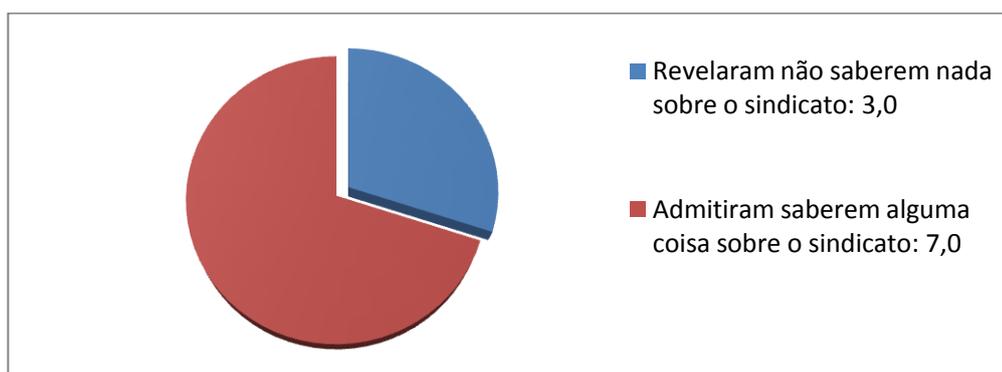
Sendo que os professores exercem o seu trabalho a partir de suas relações de empregabilidade na rede particular de ensino, a pesquisa verificou também a relação destes professores com a sua entidade de classe, ou seja, com o sindicato que representa os professores enquanto trabalhadores das entidades particulares de educação. Perguntou-se aos professores se estes são sindicalizados. O dado conveniente é que a maioria, oitenta por cento dos professores, são sindicalizados. Vinte por cento não são sindicalizados. O gráfico 13, abaixo, possibilita uma visualização didática sobre estes dados:



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Aos professores que se declararam como sindicalizados se perguntou se estes possuem alguma forma de participação no sindicato, ao que cem por cento dos sindicalizados revelaram não possuírem nenhuma forma de participação no sindicato. Ao querer saber por que os professores que estão sindicalizados não participam do sindicato, surgiram algumas respostas interessantes, como a do entrevistado número dez: “porque o pessoal que está no sindicato é muito fechado, panelinha mesmo, não fazem questão de incluir ninguém novo nos seus quadros. É uma gestão muito antiga, de gente que se acomodou e que não quer gente nova junto com eles.”(Entrevistado número dez). A professora número sete relata que só participa do sindicato “quando tenho algum problema, alguma coisa a resolver” (Entrevistada número sete). Percebe-se que os professores não participam do sindicato ou por que este não propicia a oportunidade para que isto aconteça ou se abstém de participar cotidianamente do sindicato, recorrendo a este somente em caso de necessidade.

Foi perguntado ainda aos professores, independente de estes participarem ou não do sindicato, o que sabiam sobre esta entidade. O gráfico 14, abaixo, possibilita a visualização de forma didática destes dados:



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Trinta por cento dos professores sindicalizados revelaram não saberem nada do sindicato. Setenta por cento admitiram saberem alguma coisa, sendo que destes cinquenta por cento admitiram que o que sabem é via materiais informativos, como os jornais e o site da instituição. É de relevância alguns discursos dos professores que disseram saber algo sobre o sindicato, como o discurso do professor número um, que relata:

Olha, eu não tenho muito contato, eu precisei dele uma vez, uma vez só, sabe, quando eu pedi demissão lá de outro colégio, eu precisei sair de lá, enfim. O que eu posso dizer é que eles me deram suporte assim, sabe. Mas eu acho que eles, eu acho que eles pecam numa coisa, sabe, Eu acho que se tu comparar Passo Fundo, Caxias do Sul, são cidades que eu considero o estilo de Santa Maria, né, Eles poderiam atuar muito mais dentro, com a carteira dos descontos, porque aqui a gente só tem em cinema né. Lá, por exemplo, se tu vai lá, é em restaurante, farmácia, lojas de roupa tem lá, vinte e tantas lojas, dez, vinte por cento de desconto tem lá. Aqui eu nunca vi. (ENTREVISTADO NÚMERO UM)

Há, no discurso do entrevistado número um, uma clara visão do sindicato como uma entidade a qual deve proporcionar uma série de vantagens comerciais para os seus sindicalizados naquelas questões práticas da vida cotidiana que facilitam o consumo (comprar) e o lazer/entretenimento (cinema, restaurante). Demonstra um trabalhador despreocupado com as questões de classe e voltado para os interesses pessoais. O entrevistado número nove salienta que:

Eu acredito que, no momento em que eu tou sindicalizado, por exemplo, eu tenho mais como perceber, na, como eu vou te dizer assim, na minha conduta de trabalho, de regras, pra ver se eu estou cumprindo com minha parte, sei as coisas mais atuantes da minha vida profissional. (ENTREVISTADO NÚMERO NOVE)

O sindicato, no discurso do entrevistado número nove, é percebido como admoestador dos professores sindicalizados, auxiliando a estes a cumprirem as regras estabelecidas, fazendo a sua parte para o desenvolvimento da sua vida profissional. Interessante é que, indo ao encontro do entrevistado número um, também há uma concepção individualista e desvinculada do entendimento de classe e de categoria profissional. O sindicato serve para o indivíduo conhecer as regras a serem cumpridas para, assim, ter ascensão profissional.

A entrevistada número cinco relata que:

Através do sindicato nós temos algumas possibilidades de atuação no meio de.....professores do grupo de professores. Além de disponibilizar para o professor algumas vantagens que são próprias da profissão, os cuidados com a profissão, a possibilidade de qualquer envolvimento com a escola que seja necessário que tenhamos alguma proteção algum respaldo o sindicato também se coloca a disposição. (ENTREVISTADA NÚMERO CINCO)

E o entrevistado número oito complementa:

É... na verdade o que a gente sabe é o seguinte: como todo sindicato, ele tem suas responsabilidades, como todo sindicato, por enfim, trabalhar as questões dos nossos direitos, zelar pelos nossos direitos, buscar pela regulamentação do nosso trabalho, e zelar por essa regulamentação, negociar com os nossos empregadores, com o SINEP particularmente. Enfim, trata das questões referentes a judiciais, a trabalhistas, né. Deveria fazer isso. Deveria também prestar assistência jurídica. A princípio é isso que a gente sabe deles né, mas a gente não tem contato mais estreito até porque efetivamente a gente não percebe a possibilidade da inserção dele nas instituições de ensino, ou se isso é feito de uma maneira muito deficiente assim. (Entrevistado número oito).

Os entrevistados números cinco e oito demonstram uma concepção sobre o sindicato que aproxima das questões relativas às lutas da categoria profissional do professorado, mas não claramente relacionado esta categoria profissional com a classe trabalhadora como um todo. Porém, se aproximam daquilo que o próprio sindicato estabelece como sendo o seu papel como representantes dos professores e que foi relatado no capítulo dois desta dissertação. Porém, sobra – pelo entrevistado número oito – críticas ao sindicato, semelhante a já destacada que foi elaborada pelo entrevistado número dez: a de um sindicato que não se faz presente, ou que quando se faz é de maneira muito ineficiente. As observações dos professores oito e dez lançam a possibilidade de esta ser a causalidade de tamanha não participação dos professores no sindicato, o não saber nada sobre o sindicato ou as ideias equivocadas sobre a função sindical desta entidade representativa daqueles que admitem saberem alguma coisa.

Aos que admitiram não serem sindicalizados, foi perguntado por que não são sindicalizados. O entrevistado número quatro relatou que: (pausa de dez segundos para responder) “por que não, não, não precisava mais do que eles oferecem lá, acho que os descontos, e eu fiquei assim meio despontado, né” (Entrevistado número quatro). Ao fazer tal relato o professor se fecha não permitindo ao pesquisador o questionamento do motivo pelo tal desapontamento. O entrevistado número dois responde que: “Vários motivos, principalmente a falta de atenção aos professores na hora devida” (Entrevistado número dois). Desapontamento e descontentamento com o sindicato foram os motivos alegados pela não associação a esta entidade. Não houve nenhum professor que alegou a não filiação por desconhecimento do sindicato, o que leva a concluir que todos os professores conhecem o sindicato, mas não há participação dos professores no sindicato, muitos

estão descontentes com a atuação desta entidade representativa, a maioria declara saber algo sobre o sindicato, mas poucos sabem o que realmente é a sua função.

Nas relações de trabalho do modo capitalista de produção, o sindicato é espaço efetivo de consciência dos trabalhadores como classe social e categoria profissional, mas ao mesmo tempo não sendo esta entidade fomentadora da participação e formação dos seus associados, percebe-se aqui um dos motivos pela dificuldade de os professores se definirem como trabalhadores e conceituarem a categoria trabalho.

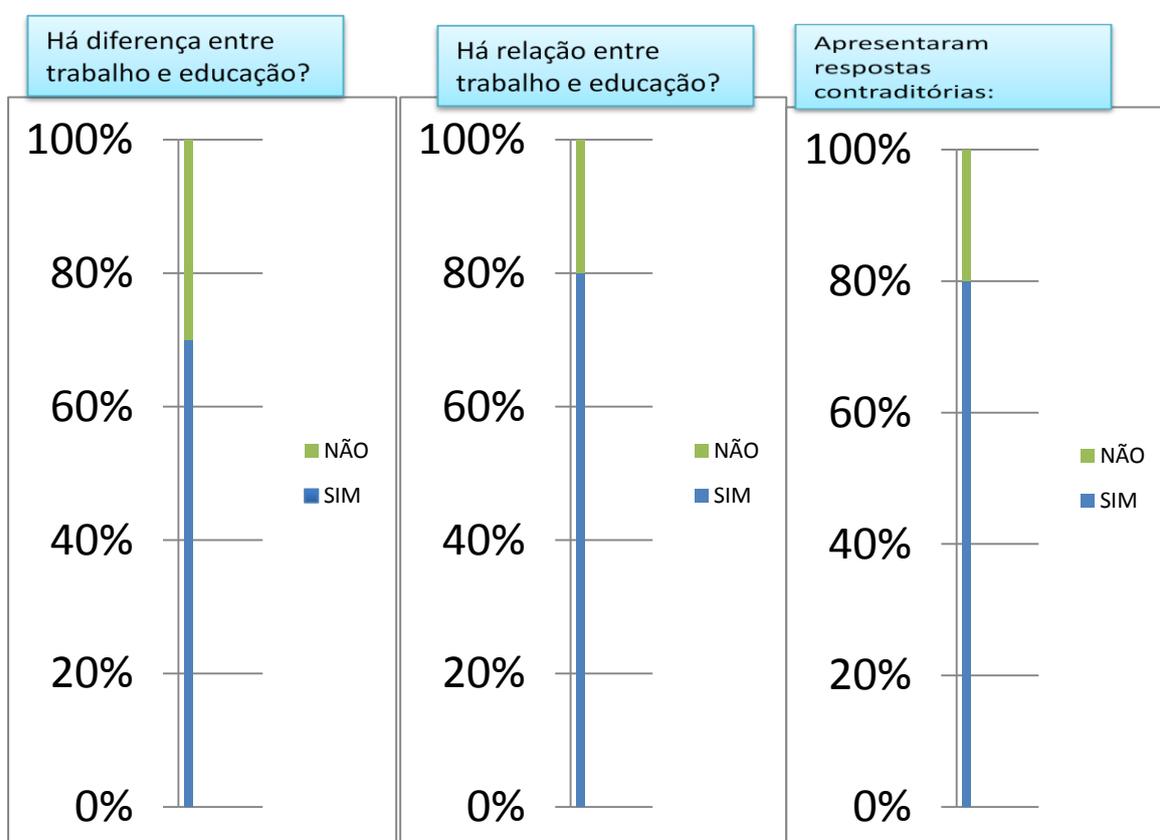
4.6 As diferenças e semelhanças apontadas pelos professores entre trabalho e educação

A partir da análise da compreensão que os professores, sujeitos da pesquisa, possuem sobre educação e sobre trabalho, faz-se relevante também analisar a percepção que esta categoria profissional possui ao que diz respeito à relação entre trabalho e educação. Para essa análise buscou-se formular aos professores as questões se há alguma diferença entre trabalho e educação e se há alguma relação entre trabalho e educação. Observa-se que as similaridades entre as perguntas (diferença e semelhança entre trabalho e educação) não é uma redundância impensada da estruturação do questionário, mas, sendo as perguntas colocadas em momentos diferentes, à intencionalidade de observar se haveria proximidade ou contradição das falas de cada entrevistado para a formulação de suas categorias na formulação da resposta à questão.

Para compreender os movimentos diferentes ocorridos nas falas para as respostas às questões similares, faz-se conveniente observar alguns dados. O interessante é que apenas dois professores, vinte por cento da amostra, percebeu esta jogada que o questionário fez para verificar em qual sentido iria o movimento das falas dos professores, comentando, após a entrevista, o que denominaram de “pega ratão” (expressão utilizada por professores e estudantes quando as alternativas de uma prova ou questionário possuem quase o mesmo sentido, exigindo não só conhecimento, mas atenção de quem está a responder). Oitenta por cento dos professores não perceberam a similaridade entre as questões.

Para os que respondiam não haver diferença entre educação e trabalho, foi perguntado por que não haveria essa diferença. Para os que responderam haver diferença, perguntaram-se quais seriam essas diferenças. Ao que se referem às relações entre educação e trabalho foi procedida a mesma dinâmica, aos que responderam haver relações perguntou-se quais seriam essas relações, e aos que respondiam não haver relações perguntou-se por que não haveriam relações.

Dado fundamental, para referenciar a dinâmica de similaridade entre as questões analisando as possíveis contradições das respostas dos professores é quando na pergunta sobre se haveria diferença entre trabalho e educação, setenta por cento dos professores afirmaram haver diferença e trinta por cento afirmaram não haver diferença. Já quando a questão foi se haveria relação entre trabalho e educação, contraditoriamente oitenta por cento dos professores afirmaram haver relações e vinte por cento afirmaram não haver relações. Oitenta por cento dos professores elaboraram respostas contraditórias, pois diferentes, entre questões similares, desconstituindo em um discurso, seu discurso anterior. O gráfico 15, abaixo, permite visualizar de forma mais dinâmica o que aqui se afirma:



MICHEL; FERREIRA, 2013. Com base em dados obtidos na Presente Pesquisa.

Para analisar o discurso dos professores nas respostas às questões postas, regata-se a compreensão da relação trabalho/educação que sustenta a referência teórica desta pesquisa. Defende-se a identidade vinculadora entre trabalho e educação em que as duas categorias se fundem em um único ato: educar é trabalhar. Sendo o trabalho atividade central na formação da história humana na construção dos processos de sociabilidade e, até mesmo, na emancipação do ser humano da natureza e a educação articulada pelas relações estabelecidas pelos sujeitos, a partir das relações de trabalho, pode-se afirmar que, pelo trabalho, através da educação, produz-se historicamente.

Os discursos dos professores, em alguns momentos movimentaram-se em direções paralelas às compreensões expostas no presente trabalho, se diferenciando em pequenos aspectos – geralmente na confusão conceitual entre trabalho, emprego e profissionalidade. Em outros momentos a direção conceitual tomou outros sentidos, mas não por isso menos interessante de ser analisado e de uma imensa significação para a compreensão das relações de trabalhos dos professores e de como estes se percebem como trabalhadores da educação. O entrevistado número oito, ao responder sobre a diferença entre educação e trabalho, destaca que:

Na verdade o trabalho do professor é, em grande parte promover a educação, mas existe uma diferença entre os dois conceitos. Existe uma diferença entre dois conceitos, acho que trabalho é um conceito mais individual e educação é um conceito mais coletivo. Acho que trabalho existe o trabalho do aluno, existe o trabalho do professor, existe o trabalho da família. E o conceito de educação envolve acho que coletivamente o trabalho de cada um desses grupos assim, acho que é isso. (ENTREVISTADO NÚMERO OITO)

O entrevistado ressalta haver diferenças entre os dois conceitos, atribuindo ao trabalho um aspecto individual e a educação um aspecto coletivo, mas, ao mesmo tempo, situa a educação como a expressão coletiva do trabalho de cada grupo específico: família, estudante, professor. Como o professor em questão, na pergunta sobre o que é trabalho, havia associado trabalho a atividade humana remunerada como meio de sobrevivência e a profissionalidade, fica uma brecha no que o mesmo quer dizer com o trabalho da família e o trabalho do estudante, pois a família é instituição e o estudante é situação, ou seja, dentro da instituição família a criança ou o jovem está temporariamente na situação de estudante. Porém, fica a percepção que o referido professor utilizou a categoria trabalho atribuindo-lhe o sentido de

tarefa, de função. A tarefa e a função específica do professor, da família e dos estudantes, individual cada um, mas que se complementa na coletividade dos atos.

O mesmo professor, ao responder à questão sobre as relações entre trabalho e educação, ressalta que:

Alguma relação entre trabalho e educação? Alguma relação entre trabalho e educação? Olha, dentro do que eu falei antes existe uma relação bem estreita entre trabalho e educação, né. Eu particularmente entendo que tu não vai conseguir produzir, ou atingir os objetivos né, do processo educacional sem trabalho. Acho que isso, particularmente, que é bem, bem danoso à nossa sociedade. É especificamente as pessoas da nossa, que a gente percebe isso, não sei se é uma impressão minha, mas ou da minha experiência, as pessoas elas buscam sempre o que é mais fácil. Elas não entendem o processo educacional como um investimento. E esse investimento é um trabalho. Então existe uma relação só que, é um investimento; uma relação que eventualmente também, né. Uma relação que muitas vezes elas negligenciam e não deveriam continuar assim. (ENTREVISTADO NÚMERO OITO)

Contraditoriamente, o mesmo entrevistado, que, na questão anterior, destaca repetidamente haver diferença entre trabalho e educação, agora afirma haver relação bem estreita entre estas duas categorias. Estabelece o trabalho como fundamental para atingir os objetivos dos processos educacionais, submetendo o trabalho à educação. O trabalho é reduzido a ser investimento projetado na educação, sendo esta mais ampla. Mas, ao mesmo tempo, considera danoso para a educação a necessidade de carecer do trabalho para alcançar os objetivos propostos, conseqüentemente percebe-se que constitui ao trabalho um caráter negativo.

O entrevistado número quatro começa a sua fala estabelecendo reflexão interessante entre as duas categorias em questão:

(pausa de oito segundos após a pergunta para iniciar a resposta) trabalho é o meio, pelo qual a gente vai educar o educando. Trabalho é uma ferramenta, é um meio e educação é a forma como ele aprendeu. (pesquisador: então essa seria a diferença ou a relação?). Não, basicamente, trabalho é uma coisa e educação é outra pra mim. (pesquisador: então, para o senhor trabalho e educação são coisas diferentes?) São coisas diferentes. (ENTREVISTADO NÚMERO QUATRO)

Ao responder se há relação entre trabalho e educação, o mesmo entrevistado afirma:

(Pausa de dez segundos após a pergunta para iniciar a resposta) ambos se complementam, creio, né. (pesquisador: qual seria essa relação?) (pausa de cinco segundos) temos que pensar um pouquinho (pausa de treze segundos) a partir do momento em que escolhe, né, o magistério a educação vai ser um complemento do trabalho de quem exerce a

profissão, e sem os educandos nós não teríamos esse trabalho.
(ENTREVISTADO NÚMERO QUATRO)

O discurso do entrevistado quatro faz um movimento oposto entre as duas perguntas, na anterior assegura categoricamente que são diferentes – mesmo que tenha apontado a relação de “uma ser a ferramenta um meio de educação e a outra o como ele aprendeu” - e sobre se há relação responde que acredita haver e arrisca responder qual seria essa relação estabelecendo a educação como complemento do trabalho de quem exerce a profissão de professor. Assegura que os estudantes são fundamentais para que os professores possam ter trabalho. O mesmo entrevistado, na questão sobre o que é trabalho o havia categorizado como “o meio pelo qual se pode transmitir conhecimentos sendo remunerado para isso”, transitando na compreensão de empregabilidade do professor e não do trabalho enquanto categoria antropológica, daí a compreensão da educação como complemento do trabalho.

Neste diálogo estabelecido com os discursos dos professores nas análises de suas entrevistas, faz-se significativo também destacar o que pondera a entrevistada número cinco ao ser questionada se haveria diferenças entre trabalho e educação:

Há, uma grande diferença entre educação e trabalho. – eu acredito que a educação, o trabalho ele é aquilo que eu exerço, é a minha prática, é o meu desenvolver, é a minha construção. E a educação eu lido com, além do lado prático o lado humano, a sensibilidade. Ahh educar alguém não é nada fácil. Trabalhar talvez seja mais fácil. (ENTREVISTADO NÚMERO CINCO)

Para a entrevistada em questão, o trabalho é aquilo que se exerce e partir do qual se desenvolve e se constroi. Educar é o prático, o humano, a sensibilidade. Mas apesar de ser o prático, a educação – segundo a concepção da professora entrevistada – é mais difícil, mais complexo que o trabalho, por isso a afirmação que “trabalhar talvez seja mais fácil”. A complexidade que a professora atribui à educação vai ao encontro de sua compreensão sobre esta categoria, que foi expressa na questão sobre o que é educação. A professora confere à educação a atribuição de formação ampla: formação moral, de valores, de identidade, educação crítica e preparo para que os alunos sejam atuantes no meio em que vivem e não apenas “meros espectadores”. Já na resposta sobre o que é trabalho, a professora em questão atribuindo o sentido de trabalho como empregabilidade do professor, estabelece este como instrumento da execução das tarefas docentes. Por isso que a

resposta sobre a relação entre trabalho e educação é respondida com essas palavras:

Há uma relação conjunta, contínua entre trabalho e educação. (pesquisador pergunta: qual é essa relação). – A relação entre trabalho e educação ela se dá da seguinte maneira. Ahhh...(pensa dez segundos). Eu construo as minhas aulas, eu monto as minhas aulas, eu planejo as minhas aulas. Esse é o meu trabalho. E a educação é a maneira como eu passo isso tudo pro meu aluno. É a maneira como eu interajo com ele, é a maneira como eu faço com que ele perceba, que o meu trabalho ele tem sido construído no dia a dia. (ENTREVISTADO NÚMERO CINCO)

Percebe-se claramente a confusão entre os conceitos de trabalho e emprego, pois a relação estabelecida entre trabalho e educação, denominada, pela professora, em questão de “relação conjunta” é a de trabalho como o conjunto de atividades desempenhadas em sua relação de empregabilidade na condição de professora, ou seja, tudo aquilo que faz ao desempenhar as atividades relativas a sua profissão. A educação é o resultado do conjunto de tarefas desenvolvidas como professora ao ser “passada” aos alunos em suas formas de interação.

O entrevistado número três estabelece a relação de trabalho e educação não no sentido que leve a abarcar a educação como ato de trabalho ou compreender o professor na condição de trabalhador da educação, mas estabelecendo a educação o papel de preparação e formação dos futuros trabalhadores para o mercado de trabalho²⁴ estipulando a ele uma determinada profissão. Em suas palavras:

Se nós estamos preparando, eu penso assim, se a gente tá preparando os nossos alunos para a sociedade, são futuros trabalhadores. Terão uma profissão ou não. Então nesse sentido nos estamos preparando eles para enfrentar o mercado de trabalho competitivo, trabalho num mercado de trabalho que exige inúmeras habilidades que às vezes eles não têm conhecimento disso. Então nesse sentido eu vejo a relação entre trabalho e educação. (ENTREVISTADO NÚMERO TRÊS)

A relação entre trabalho e educação, para a entrevistada em questão, se compõe com a educação se constituindo, no mercado de trabalho da sociedade capitalista, como preparadora de mão de obra em uma realidade que exige dos trabalhadores inúmeras habilidades. Habilidades estas, em sua concepção, só aprendidas no processo de educação.

²⁴ Sendo o Mercado de trabalho a relação entre a oferta de trabalho e a procura de trabalhadores, compreende-se o mercado de trabalho como constituído da demanda de mão-de-obra pelas empresas e necessidade de trabalho pelos trabalhadores. A demanda de trabalho estará relacionada à produção e aos salários reais que terão de ser pagos aos trabalhadores, de tal forma a maximizar os lucros da empresa.

O entrevistado número dez, ao justificar o porquê de não haver diferença entre trabalho e educação, argumenta:

Veja bem: eu disse que um dos sentidos da educação é a inserção em uma determinada cultura, é humanização. E eu disse que trabalho é construção, é criação... pela construção, pela criação a gente se humaniza, a gente se insere em uma determinada cultura... Se eu pegar um dos sentidos da educação, a educação formal, o trabalho se relaciona na forma de emprego... o emprego do educador formal, do professor. (ENTREVISTADO NÚMERO DEZ)

O professor apresenta domínio do significado da categoria trabalho, expressando esse domínio na formulação de sua fala para a resposta, entretanto não amplia a significação de educação limitando a resposta a afirmar que não há diferença entre trabalho e educação, pois na educação formal o trabalho se relaciona na forma de emprego. Limita o conceito de educação ao educador formal e limita a relação a uma relação empregatícia. Na questão referente se há ou não relação entre trabalho e educação o referido entrevistado responde: “Sim, há. Respondi na questão anterior, tu me perguntaste se havia diferença e eu disse que não, apontando as relações. O trabalho, enquanto criador é parte integral do processo de educação, que é socialização, inserção na cultura” (ENTREVISTADO NÚMERO DEZ). A relação entre trabalho e educação, na percepção do entrevistado, acontece no processo de educação, na socialização, na produção da cultura que reflete a característica criadora do sujeito humano. O professor, em seu discurso, expressa o movimento dialético entre trabalho e educação. Dialético, pois demonstra esse movimento de produção do social pelo trabalho numa relação simultânea e recíproca, e a produção/reprodução social da cultura na dimensão da humanização do ser humano, mostrando que se trata de processos históricos determinados e determinantes das ações humanas.

É de relevância para a pesquisa ter presente que a maioria dos professores não possui conceitos convictos sobre as categorias educação e trabalho que lhes permita responder a duas questões similares sem que o movimento de suas falas entre uma e outra questão não entre em contradição. Ou seja, os professores não possuem clareza conceitual sobre o sentido das categorias educação e trabalho, por isso a dificuldade de apontar as diferenças e as relações entre estes dois temas. Tendo presente que os professores não demonstraram possuir clareza conceitual sobre as categorias fundamentais abordadas nesta dissertação, fica a questão:

possuirão clareza conceitual suficiente para se perceberem enquanto trabalhadores da educação?

Parte-se da concepção do exercício do magistério “como exercício de uma profissão, constituída socialmente, no interior de uma sociedade classista, entendimento construído a partir do referencial do materialismo histórico e dialético” (Costa e Marafon, 2009). Porém a análise da pesquisa leva a observar que o entendimento do professor sobre sua profissão – que perpassa a relação entre trabalho e educação – está mais voltado para a compreensão do trabalho enquanto desenvolvimento de execuções de tarefas, o que envolve aptidões, competências, habilidades, como requisito para atingir eficiência e produtividade, inseridos em processo de busca de adaptação à sociedade capitalista.

Faz-se interessante abordar a fala de Costa e Marafon (2009), ao abordar a profissionalização da atividade de ensino:

O problema da profissionalização da atividade de ensino articula-se profundamente com a natureza das relações entre os adultos que transmitem os conhecimentos e as gerações mais jovens, pois é a partir desta realidade que o educador deverá se situar nas relações sociais e constituir a base da profissão, que é a relação triádica entre educador, conteúdos e educando. Considerar o professor como um vocacionado é situá-lo na divisão social do trabalho capitalista fixando-o num determinado papel social tão diferenciado – de missionário - em relação aos trabalhadores em geral. Isso suscita outra indagação: nessa condição de signatário de uma missão, o professor seria atingido de forma diversa pelas injunções que se abatem sobre a totalidade da classe trabalhadora, no que se refere à remuneração, às condições e à precarização do trabalho? (COSTA e MARAFON, 2009, s.p)

A reflexão de Costa e Marafon (2009) encontra-se com a análise dos discursos dos professores para as respostas às questões investigadas. A dificuldade que os professores demonstraram para a reflexão sobre a relação das categorias trabalho e educação transita nessa inabilidade que possuem de perceber a sua profissionalidade como trabalho no sentido de produção e transformação. A “transmissão” de conhecimento dos adultos para as gerações mais jovens, concebido pelos professores como ato de educar, não é percebido como trabalho, mas como missão (missão associada à vocação), por isso distante dos trabalhadores em geral. O entrevistado número seis aborda que “a educação até pode conter trabalho, mas se pegar outro tipo de profissão diminui a educação e aumenta tarefa” (Entrevistado número seis). E o entrevistado número um que afirma:

“Eu creio que, como para mim educação é um prazer, ser professor é um prazer, então eu diria para ti que educação e trabalho têm uma diferença” (Entrevistado número um). Os professores, nestas falas, não se percebem situados no mesmo espaço dos trabalhadores em geral. O que evita que se identifiquem com a realidade da classe trabalhadora no que se refere às reivindicações por melhoria de salário e condições de trabalho. Relação, esta, que possibilita uma compreensão mais clara da distância entre o professor e a sua entidade representativa como categoria profissional: o sindicato. Além da não identificação do professor com o sindicato (por questionarem a competência e atuação do sindicato – como já foi referido), há o processo de não reconhecimento na condição de classe social específica – trabalhadores – mas de uma categoria profissional desvinculada desta classe. Estando desvinculados da classe trabalhadora (classe que vive do salário adquirido pelo trabalho) nas relações de emprego estabelecidas na sociedade capitalista, atribuem-se outro status que não o de classe trabalhadora. Mas como também não há uma identificação com a classe patronal. Convivem, como professores da rede particular, com estudantes e pais de estudantes que estão na classe na qual muitos gostariam de estar (o desejo de ascensão financeira e reconhecimento social) mas não estão e, ao mesmo tempo, não se identificam com a classe que estão pois não gostariam de estar. E nesse vácuo, nessa não identificação de classe, nesse vazio de identidade de classe, constituem seu agir profissional.

4.7 A percepção dos professores sobre o conjunto de atividades atribuídas a eles pelas escolas em que trabalham

O professor, objeto de estudo da presente pesquisa, na condição de trabalhador da educação, possui seu trabalho expresso na forma de empregabilidade vinculada a uma instituição de ensino privada – as escolas particulares. Os possíveis sentidos que estes professores se atribuem como trabalhadores da educação estão, obviamente, vinculados à percepção que elaboram neste espaço específico onde exercem a sua empregabilidade desempenhando a sua profissionalidade. Para compreender o como os professores se percebem neste espaço institucional específico, ao projetar o questionário,

elaboraram-se questões cujas respostas ajudassem a elucidar as relações estabelecidas em sua empregabilidade.

Foram elaboradas a todos os professores as questões: Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico? Quais são essas atividades? Em que momento o/a senhor/a as realiza? Elas o/a oneram em termos de tempo? O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

As categorias que surgiram com destaque, nos discursos para as respostas a estas questões, foram: estresse do trabalho; as atividades não contribuem para o processo pedagógico; atividades em excesso; professor cobrado; professor valorizado; aperfeiçoamento; formação; informação; auxílio; inúteis, burocráticas, reuniões intermináveis, formações mal preparadas, atividades de transmissão de conteúdos; atividades que contribuem para o processo pedagógico. É fundamental destacar que os entrevistados se dividiram em dois grupos distintos. Quarenta por cento destacando aspectos positivos atribuídos aos professores pelas escolas em que trabalham, e sessenta por cento destacando aspectos negativos na percepção dessas atividades. As atividades destacadas pelos professores foram: reuniões pedagógicas, elaborações de blogs, reuniões de formação; conselhos de classe; reuniões de planejamento; reuniões com os pais ou responsáveis; atividades institucionais; viagens; confraternizações; aulas extras ou de reforço, elaboração de relatórios. Das onze atividades destacadas pelos professores, é relevante observar que cinco estão relacionadas diretamente a reuniões que, associadas à elaboração de relatórios e blogs, demonstram clara burocratização da atividade docente, elaborando a imagem do professor burocrata em uma profissão que deveria ser de produção do conhecimento.

Faz-se interessante abordar algumas falas significativas, como o trecho da entrevista com o professor número um:

Pesquisador: Como o senhor significa, percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Entrevistado: (pausa de oito segundos) como assim as atividades atribuídas aos professores? O que é lançado aos professores?

Pesquisador: Isso, como senhor significa, percebe essas atividades.

Entrevistado: Eu particularmente não acredito muito em reuniões pedagógicas, eu acho que seria mais interessante que cada professor fosse chamado individualmente diante de uma coordenação, diante de uma orientação, porque muitas vezes pra mim, muito do que é passado

pela coordenação pedagógica não são para todos os professores. Então, grande parte das atividades não contribui para o processo pedagógico, não contribui.

Pesquisador: Quais são essas atividades e em que momento que o senhor dá conta dessas atividades?

Entrevistado: Na escola existe o portal educacional, existe o blog, né? Eu acho que essas atividades, para eu poder exercer, só em casa, porque na escola eu não tenho esse tempo, né. A escola não me dá, não me cede esse tempo para eu usar.

Pesquisador: Essas atividades te oneram em termos de tempo?

Entrevistado: muito

Pesquisador: O senhor se realiza em sua profissão cumprindo essas atividades?

Entrevistado: Não! Essas atividades não. Essas atividades não. (ENTREVISTADO NÚMERO UM)

Nota-se que a primeira atividade a se fazer presente ao professor, e que o mesmo afirma não acreditar que tenha alguma utilidade, foi às reuniões pedagógicas. E no seu não dito deixa a pista sobre o porquê não acredita nas reuniões pedagógicas: por estas serem utilizadas como ou momentos de focas ou momentos de orientações individuais aos professores que são passados em formas de “recadinhos”. Por isso, a afirmação de que muito do que se diz nas reuniões não é para ele. Sugeriu, então, que os professores sejam chamados individualmente para conversas com a coordenação pedagógica e a “orientação” escolar. Posteriormente, o mesmo cita outras atividades como o portal educacional²⁵ e os blogs a serem produzidos pelos professores. Destaca que estas atividades o oneram muito em termos de tempo e é direto ao responder que não se realiza em sua profissão ao cumprir esta atividade.

Ao que se relaciona à exigência feita aos professores para ações multimídia virtuais incorporadas ao seu trabalho, é necessário ter presente que ao a escola comprar pacotes educacionais virtuais, em que está inserido, por exemplo, o citado portal educacional, cada estudante e professor recebem uma senha. Os professores para atualizarem suas páginas com conteúdos, atividades e informações, os alunos para acessá-las. E professores e alunos para interagirem entre si. Transmite, para a família, a ideia de acompanhamento constante do estudante por parte da escola, mas onera os professores com mais esta atividade a ser realizada como exigência da escola, entretanto sem ser remunerado para isso. Não há regulamentação trabalhista sobre a atividade de organização de blogs e portais virtuais. No

²⁵ Portal vinculado a uma empresa editorial voltada a produção de material didático, que disponibiliza espaço de interação professor/estudante.

entendimento do SINEPE e das escolas o tempo despendido para a realização dessas atividades está inserido no repouso remunerado. Na concepção do SINPRO é atividade extraclasse não remunerada, pois o repouso remunerado é específico para a preparação de aulas, atividades de sala de aula e preparações e correções de provas e trabalhos.

A fala do entrevistado número oito também elucida alguns fatores interessantes sobre este aspecto do mundo do trabalho dos professores:

Pesquisador: Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Entrevistado: De maneira nenhuma. Acho que essas atividades que a gente realiza, são atividades meramente de transmissão de conteúdo, de transmissão de conhecimento, não há uma preocupação, de formação pedagógica mais aprofundada, até porque eu acredito que não tenha ninguém capacitado pra fazer isso. É claro que, como agente individual do processo, procuro orientar os alunos. Fazer com que eles tenham a capacidade de atingir os objetivos da escola, mas esses objetivos são extremamente estreitos assim, se tu parar pra pensar no processo educacional mais amplo, então, de maneira nenhuma.

Pesquisador: Quais são essas atividades? Entrevistado: olha, basicamente a orientação que a gente tem nas atividades é: dê o conteúdo, cumpra o currículo e cumpra as metas. Então é isso, sabe, então não tem muito o que fazer. É isso.

Pesquisador: Em que momento o/a senhor/a as realiza? Entrevistado: A gente realiza cotidianamente no período de aula, no tempo de sala de aula é integralmente voltado pra isso. É integralmente voltado pra gente disciplinar os alunos pra estudarem, pra que eles sejam pessoas que se concentram, estudem, façam as atividades e que tenham lá na frente um melhor aproveitamento possível nas provas de seleção que eles vão encontrar.

Pesquisador: Elas o/a oneram em termos de tempo? Entrevistado: na verdade não onera em termo de tempo, porque é o perfil da escola. Então é o que tu tem que fazer. Ali tu ta sendo estritamente profissional, tu não tem nem o que fazer com relação a isso. Então assim, não onera porque é a tua atividade.

Pesquisador: O senhor se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades? Entrevistado: Eu acho que, essa é uma questão bastante polêmica assim. Mas eu acho que a gente ta esvaziando muito, tá, a formação mais aprofundada dos nossos alunos.

Então eu, nesse sentido, eu me sinto ainda instigado a estudar, a aprender, a buscar mais. Só que a gente sente falta de outras coisas. A gente sente falta especificamente de poder usar efetivamente o que aprende. De dá um sentido mais amplo aquilo. Quando agente sabe que é uma escola de nível médio, a gente é subutilizado no nosso potencial. Então tu não consegues usar tudo que tu sabe. Porque tu não consegue, usa aquilo que tu ta passando pra dar um significado. (ENTREVISTADO NÚMERO OITO).

No discurso do referido professor o conjunto de atividades atribuídas aos professores não contribuem para o processo pedagógico, e isso por se limitar-se a apenas atividades transmissoras de informações e por não possuir pessoas capacitadas para a formação continuada dos professores. Na análise das entrelinhas do discurso do professor há o entendimento – ao mencionar pessoas não preparadas para a formação – que há incompatibilidade entre o que os

professores necessitam e desejam para esta formação, e aquilo que efetivamente as escolas oferecem. O que leva a perceber que as escolas não estão preparadas para assumirem, sem a participação efetiva do professor, o processo de formação continuada. A ideia que a formação se dá para o professor, mas também com o professor, ou seja, deve ser planejada junto com estes profissionais, e isto porque há diferenças entre o que a escola deseja para o professor e tenta transmitir nas formações e reuniões pedagógicas, e aquilo que os professores percebem como necessário para o melhor desempenho da profissão de docente e da educação dos estudantes.

A partir da já referida característica mercantilista da educação nas redes particulares, e isso pela necessidade de se manterem financeiramente, há, por parte das escolas, o desejo que os professores cumpram metas e transmitam os conteúdos, na forma como foi estabelecido em contrato com responsáveis pelos estudantes. A ênfase nas metas, nos conteúdos, faz parte de uma característica já mencionada da rede particular da cidade de Santa Maria, principalmente no que concerne ao Ensino Médio – área de atuação do entrevistado número oito – preparação dos estudantes para os processos seletivos de ingresso no Ensino Superior. Por este motivo a ênfase não está na educação em um sentido mais amplo, mas em cumprir metas (aprovação de maior número de alunos em Universidades) e passar o conteúdo (que será cobrado nas provas de processos seletivos). Por este motivo, ao responder sobre o sentir-se realizado ao cumprir tais atividades, o entrevistado destaca o sentimento de esvaziamento no que diz respeito à formação “mais aprofundada dos alunos”, e este esvaziamento é em decorrência de, na sua prática docente, não “poder usar efetivamente o que se aprende” quando se aprendeu a ser professor, que é vincular a profissão de professor com o ato de educar. Daí o protesto do professor de ser “subutilizado em seu potencial”.

Fazendo eco ao discurso dos entrevistados números um e oito a entrevistada número três aborda:

Pesquisador: Como a senhora significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico? Entrevistado: Nem todas as atividades, eu acho que muitas não contribuem, apenas ajudam a aumentar o estresse do, do dia-a-dia. Mas sempre tem o lado bom, tem algumas atividades boas e outras que não são necessárias, que poderias dar mais foco no trabalho. Pesquisador: Quais são essas atividades? Entrevistado: (pausa de dez segundos para a resposta) Blog, pode ser? Blog. Realizo essas

atividades quando estou em minha residência, em horário que não estou trabalhando, em horário que era de lazer. Pesquisador: Essas atividades te oneram em termos de tempo? Entrevistado: (pausa de oito segundos) sim (respondido com tom de angústia e tristeza). Pesquisador questiona se a entrevistada é remunerada por estas atividades: Entrevistada: Existe, na verdade existe uma lei que tem que ser pago umas determinadas horas a mais para essas atividades, mas não chega a ser o necessário né, pelo trabalho que a gente tem dentro da, em casa, fora do ambiente de trabalho. Pesquisador questiona se a entrevistada se realiza em sua profissão ao cumprir estas atividades: Entrevistada: (pausa de sete segundos) as vezes sim e as vezes não. Não posso ter dizer que é um não direto ou um sim, não posso ser, ser certa numa coisa. Algumas sim, outras eu vejo que é perda de tempo, que não me acrescenta nada. (ENTREVISTADA NÚMERO TRÊS)

A entrevistada destaca que, além de não contribuir para o processo pedagógico, as atividades são responsáveis por aumentar o estresse cotidiano, o que, obviamente, leva a prejudicar o profissional em suas atuações em sala de aula. Ou seja, além de não serem significativa para os professores, de formas indiretas acabam também prejudicando os estudantes, pois se tem profissionais estressados para trabalharem em salas de aula. Dentro as atividades, indo ao encontro do entrevistado número um, é destacada a produção de blogs, o que reforça a referência já estabelecida entre a entrada das escolas nos ambientes virtuais e as relações de trabalho dos professores para este novo ambiente, que se efetivam como relações de exploração. Porém, há o reconhecimento da entrevistada que existem atividades que contribuem para o processo pedagógico deixando-a realizada em sua profissão. Entretanto a entrevistada não denomina quais são essas atividades. Há também a observação de que as atividades oneram em termos de tempo e não são devidamente remuneradas.

Trazendo para o diálogo da análise o discurso do entrevistado número dez, faz-se relevante observar suas considerações:

Pesquisador: Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico? Entrevistado: Percebo como inúteis. Não contribuem no processo pedagógico de forma alguma. É apenas um burocratismo tremendo, reuniões intermináveis, blogs a serem feitos, formação que de formação não tem nada, é só coisa de encher linguiça. Pesquisador: Quais são essas atividades? Entrevistado: Reuniões de formação, construções de blogs, conselhos de classe, reuniões de planejamento. Pesquisador: Em que momento o/a senhor/a as realiza? Elas o/a oneram em termos de tempo? Entrevistado: é óbvio que oneram em termos de tempo, tanto porque algumas se têm que realizar em casa, sem remuneração alguma, outras são na escola, quando recebemos hora-aula atividades para realizá-las, mas que na verdade duram bem mais que a hora-aula prevista, e o tempo a mais nós não recebemos. Pesquisador: O senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Entrevistado: Como você acha que a gente vai se realizar com trabalhos inúteis, burocratismos puros, é óbvio que não!

O entrevistado dez é categórico ao classificar o conjunto de atividades atribuídas ao professor: inúteis, burocráticas, compostas por reuniões intermináveis, caracterizadas por formações mal planejadas, possuindo excesso de atividades sem sentido (“para encher linguiça”). Ao responder quais são as atividades, o entrevistado faz eco aos entrevistados mencionados anteriormente, citando os blogs e as reuniões (aqui classificadas como intermináveis). Destaca a falta de remuneração para a realização dessas atividades e o excesso de tempo que as mesmas exigem. Mas o ponto fundamental pelo qual afirma não se sentir realizado ao desempenha-las é percebê-las como burocracia inútil.

O discurso dos professores entrevistados, aqui destacados quatro deles, levam à análise de que as escolas não planejam as atividades conforme a realidade e necessidade dos professores. Não correspondendo à realidade dos professores as atividades não contribuem para o processo pedagógico e transformam-se em simplesmente burocráticas, colaborando para o aumento do estresse desses profissionais e não respeitando os seus espaços e momentos de descanso. Também não há preocupação com a remuneração desses profissionais em decorrência dessas atividades desempenhadas.

É necessário considerar que os sistemas escolares veem-se diante de exigências, expectativas e desafios estabelecidos pela sociedade atual e pelo mercado capitalista – sistema econômico no qual está inserido. É nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força. As pessoas se interrogam cada vez mais sobre o valor do ensino e seus resultados. Constata-se, por parte das escolas, ênfase na profissão docente, na formação dos professores, na organização do trabalho cotidiano e do acompanhamento *on line* dos alunos pelos professores determinados e organizados pela escola. Exige-se, cada vez mais, que os professores se tornem profissionais capazes de lidar com inúmeros desafios suscitados pela escolarização de massa em todos os níveis do sistema de ensino. Porém, no processo concreto da atividade profissional dos professores, essas ênfases das escolas tornam-se vazias por não serem preparadas a partir das perspectivas dos próprios professores sobre as necessidades e organizações e por não partirem de uma valorização financeira dos professores. Daí as tensões e os dilemas expostos nas falas dos professores – algumas reproduzidas nesses escritos

– na percepção dessas atividades nas práticas pedagógicas da escola como não contribuindo para o processo de trabalho docente do ponto de vista das finalidades, do objeto e do produto do seu trabalho.

4.8 A percepção dos professores sobre suas contribuições nas determinações didáticas e pedagógicas nas escolas em que trabalham.

As condições de trabalho docente nas escolas da rede particular de ensino, que serão influenciadoras das percepções que os professores elaboram de si na condição de trabalhadores da educação, vinculam-se estritamente a percepção sobre suas contribuições nas determinações didático-pedagógicas nas escolas em que trabalham. Compreendendo que a profissão de professor possui uma perspectiva diferenciada em relações as demais profissões, por esta carregar o estereótipo de também ser educador, parte-se da premissa de que deve haver relações empregatício-patronais em que o professor não esteja apenas como executor de tarefas já postas e determinadas, construídas fora de suas contribuições. E isto principalmente no que seria o coração se sua atuação profissional, as organizações didáticos e pedagógicas e a perspectiva da gestão escolar e educacional – que também supõe o pensar o ambiente escolar como um todo. Para tentar desvendar estas relações verificando o como elas acontecem dentro do espaço/ambiente escola – território onde os professores exercem sua profissionalidade – buscou-se saber se o professor sente-se parte das decisões administrativas e pedagógicas do ambiente escolar, se o professor percebe alguma influência ou contribuição sua na proposta didático e pedagógica da escola, se o professor possui autonomia na produção (didática e material) de suas aulas, se o professor se considera professor-pesquisador na produção de suas aulas ou se considera que as prepara de forma automática, a partir das exigências postas pela escola.

Faz-se fundamental para análise que alguns professores disseram se sentirem parte das decisões administrativas e pedagógicas por terem a liberdade de “opinar em tudo”, como afirma a entrevistada número seis; ou porque há “a liberdade de se propor, sugerir, e a direção acabar aceitando”, como afirma o entrevistado número quatro. Alguns afirmaram que se sentem em parte, “pois algumas das

atividades e decisões administrativas são determinadas pela mantenedora”, como afirma o entrevistado número sete.

Em dados gerais a pesquisa classificou quarenta por cento dos professores como afirmando que se sentem parte das decisões administrativas e pedagógicas da escola; trinta por cento dos professores como afirmando que não se sentem parte destas decisões; e trinta por cento afirmando que em parte sentem-se contribuintes dessas decisões, em parte não. Sessenta por cento dos professores ou se sentem apenas em parte ou não se sentem envolvidos como protagonistas das decisões administrativas e pedagógicas das escolas e quarenta por cento afirmaram sentirem-se totalmente envolvidos nestas decisões. Dos professores que afirmaram se sentirem parte das decisões administrativas, se elevados a cem, cinquenta por cento afirmaram sentirem-se parte das decisões em absolutos dando a entender que as decisões administrativas e pedagógicas da escola onde mantém seus vínculos empregatícios, possuem influência e participação suas. Cinquenta por cento afirmaram sentirem-se parte porque a equipe administrativa e pedagógica dá a liberdade de emitirem opiniões e sugestões. Dos professores que admitiram que apenas em parte se percebem participantes das decisões administrativas e pedagógicas da escola, todos afirmaram sentirem-se participantes apenas nas questões pedagógicas, mas sem influência ou participação nas questões administrativas. Dos professores que afirmaram não se sentirem parte das decisões administrativas e pedagógicas, é interessante a fala do entrevistado número oito que afirma:

Pesquisador: A escola faz o senhor se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas? Entrevistado: Em tese sim, mas eu afirmo que não. Pesquisador: por quê? Entrevistado: é aquela coisa né, que eu vou te dizer, as pessoas perguntam tua opinião, mas na verdade elas não querem saber tua opinião. Mas querem te ver feliz, né. Pesquisador: O senhor percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Entrevistado: Se eu percebo alguma contribuição na proposta pedagógica da escola? Olha eu poderia assim, eu, eu, prefiro pensar que não. Pesquisador: Por quê? Entrevistado: não, eu prefiro pensar que não, eu particularmente, nesse caso né, acho assim oh, se eu tivesse que fazer as coisas eu faria de um jeito completamente diverso. Eu particularmente assim, com essa questão do conteúdo, trabalharia com essa questão da, da, de, de, de aprofundar isso, de cobrar dos alunos e tal. Mas eu faria é muito mais, eu procuraria especificamente, chegar a algum ponto que se dá um projeto de trabalho com eles em laboratório, de enfim, permitir mais coisas sobre isso e particularmente é. Na verdade eu, eu, eu me sinto muitos momentos eu não me sinto numa escola, eu

me sinto numa empresa. Numa empresa não tem uma proposta pedagógica, tem uma proposta empresarial. Então eu prefiro acreditar que não. (ENTREVISTADO NÚMERO OITO)

É significativo o final do discurso do entrevistado ao afirmar se sentir não em uma escola, mas em uma empresa, o que os leva ao estereótipo das empresas capitalistas clássicas, compartimentadas, estabelecendo metas para os seus funcionários, tentando fazê-los perceberem-se como colaboradores, mas que na verdade os submetem a uma relação de trabalho em que suas vozes e opiniões são ouvidas apenas para que se sintam agradados, contentados. É a sensação de sentirem-se participantes – que foi demonstrado por cinquenta por cento dos que afirmaram sentirem-se participantes, porque há a liberdade de opinar e sugerir – mas na verdade não são. É o que o professor denomina com ouvir o funcionário para querer ver o funcionário feliz. Por isso, a não liberdade do professor de trabalhar com os seus estudantes estabelecendo um método de produção de conhecimento em que, por exemplo, se utilize laboratório.

Ao que se refere à autonomia da produção das aulas e ao sentir-se professor pesquisador, tem-se as características a seguir. Vinte por cento afirmaram não terem autonomia, pois estão vinculados às propostas pedagógicas, curriculares e a adoções de livros determinados pelas escolas. Trinta por cento afirmaram possuírem autonomia tanto na produção de suas aulas, como na produção e/ou indicação de seus materiais. Cinquenta por cento fizeram ressalvas em suas respostas afirmando, entre outras, possuírem autonomia na produção de suas aulas, mas restrições à elaboração dos currículos e a produção e indicação dos materiais didáticos (por exemplo, apostilas e livros). O discurso do entrevistado número dez elucida essa questão:

Há duas coisas aqui... em alguns colégios se exige a produção de materiais próprios, os polígrafos ou apostilas, em outros se exige que se adote um livro didático, alguns escolhidos a critério do professor, outros já determinados pela escola em pacotes fechados com as editoras. Ou seja, eu tenho autonomia de escolha dos materiais dentro das exigências que a escola me faz... tenho autonomia na produção de minhas aulas desde que seja da forma que as escolas esperam. É o que eu chamo de autonomia restrita. (ENTREVISTADO NÚMERO DEZ)

É relevante a categoria que o professor elaborou para a autonomia exercida pelos professores nas escolas: autonomia restrita, autonomia exercida dentro dos espaços permitidos aos professores, ou dos espaços cavados pelos próprios professores, o oposto da autonomia absoluta. Uma autonomia misturada com uma

heteronomia. Uma capacidade se fazer o que se quer dentro daquilo que se diz que é para ser feito e que não se permite reflexão e questionamento sobre o como deve ser feito.

Dado interessante é que com relação ao currículo e aos conteúdos, setenta por cento dos professores (inclusive os que declararam sentirem-se possuidores de autonomia), abordaram como problemático os fatores externos que determinam o que deve ser ensinado em conteúdos para os estudantes. Desses fatores se salientaram o processo seletivo para a Universidade Federal de Santa Maria e o ENEM como determinantes daquilo que deve ser trabalhado, como o entrevistado número quatro que afirma: “preparo minhas aulas de forma automática, sempre de acordo com o conteúdo programático do processo seletivo da UFSM, muda o programa e a gente vai se adequando (Entrevistado número quatro)”. Daí a autonomia restrita citada pelo entrevistado número dez.

Ao que se refere ao se considerar professor pesquisador ou considerar que prepara as suas aulas de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas, conseguiu-se os dados a seguir: Cinquenta por cento dos professores declararam considerarem-se professores pesquisadores e cinquenta por cento foram objetivos a afirmar que preparam as aulas de forma automática. Percebeu-se, na pesquisa, uma surpresa na exata divisão entre os dois grupos nas suas compreensões ao serem ou não professores pesquisadores, dividindo-se exatamente a metade dos entrevistados para um ou outro grupo. Nos dois grupos misturam-se professores das exatas com os das humanas, ou seja, o considerar-se pesquisador não é característica de uma ou outra área específica. Também misturam-se, nos dois grupos os professores com maiores e menores cargas horárias, com maiores e menores números de colégios e turmas de alunos atendidos, o que faz concluir que não é pelo maior ou menos número de atividades a desempenhar que o professor se sente ou não pesquisador. A pesquisa obrigou-se a levantar a questão: como, então, montar o quebra-cabeça para compreender o que faz o professor sentir-se ou não pesquisador. A análise das respostas levou à conclusão a seguir. Dos professores que afirmaram sentirem-se pesquisadores, todos compreendem ser pesquisador com contextualizar-se, estarem informados, buscar algo novo para os alunos; não trazer apenas conteúdo, mas também cultura (no sentido erudito). Dos que afirmaram não serem professores pesquisadores, estão todos os que declararam não possuírem autonomia na produção de suas

aulas – tanto nas questões didáticas como materiais – e quarenta por cento dos que declaram possuírem autonomias restritas.

Conclui-se que o grupo que se declara professor-pesquisador não possui clareza dessa categoria, e dos que se declaram como não sendo professores-pesquisadores atribuem como condição para a efetivação desta categoria a liberdade de produção de materiais e didáticas de suas aulas. Compreendendo como professor pesquisador aquele que experimenta (aliando pesquisa, teoria e prática) em sua aula, se entende como critério para ser professor pesquisador aquele profissional que possui conhecimentos em metodologia de pesquisa, é conhecedor de estratégias, é um grande leitor do assunto de seu estudo, é capaz de utilizar mecanismos satisfatórios de coleta de dados. Ou como afirma Miranda (2006):

Um professor-pesquisador deve

- Apresentar uma experiência prática sobre os mecanismos de ensino e aprendizagem.
- Ter consciência sobre problemas recorrentes em sala de aula.
- Ter poder de reflexão e questionamento.
- Ser capaz de resolver problemas.
- Expressar criatividade em suas ações.

A partir das características expostas e referenciadas por Miranda (2006), nenhum dos professores entrevistados, inclusive os que afirmam ser, podem categorizar-se como professores-pesquisadores. Alguns possuem a clareza que, em decorrência de suas situações de relações de trabalho e empregabilidade, não são professores pesquisadores (cinquenta por cento dos entrevistados), outros ou por possuírem uma compreensão equivocada do que é professor pesquisador ou por querer acreditar ser, fugindo assim de uma realidade específica da situação de sua profissionalidade, iludem-se de serem também pesquisadores.

O cenário apresentado em relação às condições de trabalho docente, nas escolas da rede particular de ensino, apresenta professores que não estão incluídos como protagonistas nas decisões administrativas das escolas em que trabalham, apesar de a alguns serem dadas as oportunidades e liberdade de opinião e sugestão. Professores que possuem algumas pequenas contribuições nas decisões referentes às questões pedagógicas nas escolas em que exercem sua profissionalidade. Nas questões didáticas/pedagógicas percebe-se uma realidade de professores com autonomia na produção de suas aulas dentro do que é permitido

pelas escolas e alguns com alguma autonomia na indicação e/ou produção de seus materiais didáticos, mas que não possuem autonomia e nem influência na organização curricular. Dentro do que é estipulado pelo currículo educacional, alguns se percebem com a certa autonomia, mas ainda restrita na organização do conteúdo a ser trabalhado. Dentro deste cenário é que se situam os professores da rede particular de ensino da cidade de Santa Maria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todo trabalho humano, a educação é um processo de trabalho constituído de componentes como o objetivo de trabalho, as técnicas e os saberes dos trabalhadores, o produto do trabalho e, obviamente, os próprios trabalhadores em suas relações no processo de trabalho. Os professores, realizadores de trabalho humano, que possuem como objetivos a transformação do conhecimento dos estudantes – se situam enquanto trabalhadores da educação. E isso porque educação e trabalho estão estritamente vinculados entre si, como já foi abordado anteriormente, educar é um ato de trabalho. Neste vínculo entre educação, no seu aspecto formal – aquela construída em um ambiente específico para isso, à escola – e trabalho enquanto característica de transformação, se situa a categoria profissional de professor enquanto trabalhador da educação.

Delimitando, nesta pesquisa, a escola como ambiente específico da educação formal onde o professor se localiza como trabalhador da educação, mas sabendo que a escola assume configurações diversas a partir das redes em que estão organizadas, é que se buscou saber a relação de trabalho do professor em uma rede específica, a Rede Particular de Ensino.

A Rede Particular de Ensino, onde os sujeitos desta pesquisa realizam o seu trabalho como professores, ocupa determinado lugar na organização social. E a compreensão desse lugar social que a Rede Particular ocupa é de relevância para a compreensão das relações de trabalho efetivadas nela. Como sendo a primeira rede de ensino na formação do Brasil enquanto povo e nação, estruturou-se, historicamente, enquanto espaço de educação e ensino/aprendizado²⁶ majoritariamente da elite política e econômica dominante nestas terras. Obviamente que, assim como a sociedade foi se configurando e reconfigurando através de um movimento dialético – as relações políticas e sociais conflitantes entre si – a Rede Particular de Ensino também sofreu modificações ao longo de sua história. Nos

²⁶ Faz-se a diferença entre Educação, entendida em seu sentido mais amplo, e os processos de Ensino/Aprendizado. A Educação necessita do que é ensinado e aprendido também, entretanto, historicamente, as se estabeleceram apenas como espaço de ensino de conteúdos por parte de sua estrutura para o aprendizado de conteúdos por parte dos estudantes. Neste sentido que se afirma a escola como espaço de educação e de ensino/aprendizado.

tempos atuais a Rede Particular de Ensino se estabelece como alternativa educacional a Rede Pública, mas ainda se constitui hegemonicamente, como espaço de educação e de ensino/aprendizado de classes sociais específicas – aquelas que não estão na base da pirâmide social. Evidentemente que em uma sociedade de extremas desigualdades sociais a estrutura da Rede Particular de Ensino não foi algo simples. Em momentos históricos, com a universalização do ensino público e gratuito e a diminuição quantitativa dos “privilegiados sociais”, o número de estudantes da Rede Particular diminui a ponto de algumas escolas se obrigarem a fechar suas portas – principalmente àquelas que estavam voltadas ao público das classes intermediárias ou se situavam geograficamente nas cidades interioranas.

Na retomada do desenvolvimento econômico, desta vez associada ao desenvolvimento social, com a diminuição da desigualdade social, efetivada no Brasil a partir de dois mil e dois, onde se ampliou significativamente o poder de consumo da população através da ascensão econômica de uma camada numericamente significativa da população, mas ainda desvinculada da efetivação de políticas de educação pública de qualidade, obteve-se a retomada significativa da efervescência econômica da Rede Particular de Ensino. E isto, porque esta ascensão econômica possibilitou que as famílias busquem alternativas a uma educação pública que ainda não possui a qualidade desejada, e esta alternativa é justamente a Rede Particular. Porém, enquanto espaço de educação das elites, ainda desta forma se configura as escolas particulares.

A Rede Particular de Ensino, entretanto, está situada em uma sociedade cujo modelo de organização econômica, política e social – incluindo a organização do trabalho humano – é predominantemente capitalista-liberal. Conseqüentemente a organização da estrutura do trabalho dos trabalhadores que a compõe também abarcará a lógica do capitalismo liberal. Ou seja, os professores sujeitos desta pesquisa, estão situados como trabalhadores em uma Rede que estrutura a organização do trabalho humano por um modelo econômico específico. Modelo que se estabelece pela exploração do trabalho alheio, por isso alienando os trabalhadores do produto do seu trabalho.

Os professores também estão situados nesta mesma sociedade, sendo como trabalhadores da educação, organizados a partir do modelo capitalista-liberal. Porém, se o capitalismo se estrutura pela exploração do trabalho alheio, temos nas relações do trabalho da educação na Rede Particular de Ensino, dois grupos antagônicos entre si: A Rede Particular, que organiza os trabalhadores pela lógica capitalista – portanto, através da exploração do trabalho – e os trabalhadores que são organizados por esta lógica – portanto, sendo explorado em seu trabalho. Estes dois grupos sociais assinalados estão situados em classes sociais distintas: a que explora o trabalho alheio e a classe-que-vive-do-salário, portanto do trabalho assalariado. Sendo grupos sociais díspares, situados em classes sociais distintas, os seus interesses básicos, conseqüentemente, não são os mesmos, portanto antagonizam-se, situam-se em polos opostos da organização social, a classe patronal e a classe trabalhadora. Sendo assim, os professores, que exercem os seus trabalhos na sociedade capitalista-liberal, na escola particular, vinculado a Rede Particular de Ensino, sujeitos às formas de organização de trabalho desta sociedade, estão situados em uma classe social determinada, os trabalhadores assalariados, pois é enquanto trabalho assalariado que exercem a sua profissionalidade. Como trabalhadores assalariados, vinculados a Rede Particular de Ensino, que os professores, em seus discursos nesta pesquisa, atribuíram-se sentidos enquanto trabalhadores da educação.

Configura-se, assim, este movimento dialético, conflituoso, do que se estabeleceu como campo para a pesquisa, pois temos os trabalhadores da educação, com seus trabalhos organizados em uma sociedade específica (capitalista-liberal), em uma instituição estruturada para o processo de ensino/aprendizado da elite econômica e política da sociedade. Grupos antagônicos interagindo entre si, mas em um processo de interação verticalizada, portanto hierarquizada: classe patronal e classe trabalhadora; os proprietários das escolas que compõe a Rede Particular de Ensino – empresas, congregações religiosas, etc. – e os trabalhadores. Se estabelecendo hierarquizada, pois é fundamentalmente a classe patronal que se protagoniza enquanto gestora nessa relação, seja nas gestões das escolas ou da Rede, ficando como único espaço para o professor aqueles mínimos cedidos pela gestão (algumas vezes para passar a impressão de

gestão democrática) ou as negociações intermediadas pelo sindicato representativo dos professores.

Na sociedade capitalista o trabalho se efetiva na forma de emprego assalariado, os trabalhadores da educação sobrevivem dos salários pagos pela Rede Particular de Ensino. Salário que é definido – junto com demais questões das relações de emprego – não isoladamente por uma ou outra escola, mas – enquanto piso básico – nas negociações entre entidades representativas da classe patronal e dos trabalhadores. Percebe-se, através desta pesquisa, que o professor se aproxima, em definição, do trabalhador proletário. Trabalhador proletário entendido como classe antagônica a classe capitalista, e isto porque as escolas, como territórios onde os professores exercem sua profissionalidade, dentro da lógica capitalista, prestam serviços com características fortemente atreladas à lógica do lucro. Configura-se o trabalho abstrato, trabalho mercadoria, que “desumaniza o humano”. O trabalho é estabelecido, no capitalismo, como mercadoria trocada por salário.

O professor situa-se, então, alienado do produto do seu trabalho. Alienação, esta, expressa na dificuldade dos professores de conceituar o que é trabalho, de definir a relação entre trabalho e educação, de praticamente não estabelecer contatos com os estudantes – fundamentais para o trabalho do professor – muitas vezes, nem sabendo os seus nomes e quem são; de não perceberem claramente o que é sua profissão. Relevante é considerar que estes profissionais, a partir do que se evidenciou na análise de seus discursos, não possuem clareza sobre o significado das categorias trabalho e educação. Ao que se relaciona a educação, lhe foi atribuída à característica mecanicista de transmissora de conhecimento, ou a qualificam utilizando a categoria processo, atribuindo uma extensão entre o que se quer com a educação e o caminho que se percorre para se chegar aonde se quer.

Percebeu-se a divisão dos professores, em sua concepção sobre o trabalho, em quatro grupos distintos: o grupo que confunde a categoria trabalho com a sua profissão específica; o grupo que percebe a categoria trabalho a partir da teoria funcionalista; e o grupo (este significativamente menor) que consegue perceber a categoria trabalho em suas dimensão antropológica, em direção a que se desenvolve nos capítulos iniciais desta dissertação. Característica relevante é a maioria dos entrevistados não dissociarem trabalho de emprego, e possuírem uma

concepção de trabalho, definida nesta dissertação, como próprias do trabalho alienado, alheio aos indivíduos que o executam, pois assalariado, fetichizado. Por este motivo os professores se mostram alheios, estranhos ao resultado de sua própria atividade como trabalhadores da educação. Por isso a já referida proximidade com o trabalho proletário, pois possuem as mesmas características de alienação do trabalho que a classe proletária classicamente trabalhada nas obras marxiana. O que afirma a análise de que os professores estão fortemente vinculados, como trabalhadores, à classe-que-vive-do-salário, portanto a classe proletária. Proletária não da Indústria clássica do período da Revolução Industrial, mas dos bancos escolares, das salas de aula.

A dificuldade que os professores demonstram, para a reflexão das categorias trabalho e educação, transita na não compreensão de sua profissionalidade como trabalho no sentido de produção e transformação, o que os leva a não se perceberem situados no mesmo espaço do trabalhador em geral. Essa não percepção dificulta a sua identificação com a realidade concreta vivida pela classe trabalhadora no que está relacionado às reivindicações por melhoria de salário e de condições de trabalho. Por isto, a distância, evidenciada pelos professores em seus discursos, que esta categoria profissional mantém do sindicato enquanto entidade representativa de classe. Além da não identificação do professor com o sindicato, há o seu não reconhecimento de pertença a uma classe social específica: os trabalhadores. Os professores se atribuem o sentido de pertencentes a uma categoria profissional desvinculada da classe trabalhadora. Estando desvinculada da classe trabalhadora, nas relações de emprego estabelecidas na sociedade capitalista, atribuem-se outro *status* que não o de classe trabalhadora. Porém, também não há identificação com a classe patronal. Convivem, como professores da Rede Particular, com um público pertencente a uma classe na qual muitos gostariam de estar, mas não estão, e, ao mesmo tempo, não se identificam com a classe que estão mas não gostariam de estar. É, portanto, situado neste vácuo, constituído pela não identificação de classe, que constituem seu agir profissional.

O discurso dos professores evidenciou que a dificuldade de se identificarem como trabalhadores da educação devem-se as jornadas extensas de trabalho; a falta de um sindicato efetivamente representativo e com eficaz interação com os professores, e aos professores que não compreendem o papel social do sindicato;

professores desvinculados dos processos pedagógicos escolares; distanciados dos estudantes; vigiados pela instituição.

Em resposta a pergunta sobre os sentidos que os professores se atribuem como trabalhadores da educação na Rede Particular de Ensino na cidade de Santa Maria, RS, o discurso dos professores evidenciou que estes se atribuem o sentido de tarefeiro, cumpridor de metas, alguém que passa a ser visto como um empregado igual qualquer outro, porém sem o status que anteriormente lhes eram atribuídos. Percebem-se como um profissional vigiado, cumpridor de regras, muitos estão preocupados em ser bem visto pelos alunos, e se situam (principalmente os professores do Ensino Médio) com uma função preparatória dos alunos para as seleções (principalmente das universidades). Atribuem-se o sentido de serem profissionais sem autonomia, portanto apenas cumpridor do conteúdo programático. Um profissional coagido a agir conforme ideologias e princípios que não são os seus, com medo de falar sobre sua profissão a partir da escola em que trabalham, que escolhe as palavras; com receio de falar o que pensa. Mas que se percebem como não preparados pela academia para enfrentar as situações de trabalho e empregabilidade em que se encontram. Muitos se caracterizam como frios, vazios, sem amparo psicológico e profissional para enfrentarem as relações de trabalho, postas pelas entidades particulares de ensino para esta categoria profissional. Como qualquer trabalhador são recebedores de “ordens, elogios e broncas”. A pesquisa também demonstrou os professores da rede particular como quem tenta passar a imagem de um profissional contente, cumpridor da tarefa de preparar os estudantes, amigo dos estudantes, competente e entusiasmado com o que faz. Evidenciou-se dentro de uma totalidade, o contexto capitalista marcado por contradição entre duas classes antagônicas entre si e em constante conflito, através da historicidade nestas duas classes – historicidade compreendida enquanto movimento constate de organização e reorganização da realidade, geradores de fatos sociais -, e a realidade concreta, material dos professores enquanto trabalhadores da educação – venda da força de trabalho dos professores para a Rede Particular de Ensino, os sentidos que os professores se atribuem como Trabalhadores da Rede Particular de Ensino.

Como alternativas de processos pelos quais os professores poderiam sair deste processo de alienação de suas percepções como trabalhadores da educação: a transformação nas relações sindicato/professor; o repensar a formação do professor

nos meios acadêmicos focando o currículo também na realidade das relações de trabalho; e o conhecimento dos professores da forma como se configura as relações de trabalho.

Essas são as considerações finais desta pesquisa, apontadas por esta dissertação. Pesquisa e dissertação que encerram, neste momento, em seu aspecto formal, mas cuja compreensão das realidades dos professores como trabalhadores da educação permanecem abertas, não apenas como pesquisador, mas como trabalhador da educação e militante de entidades representativas da classe trabalhadora, naquilo que acredita-se ser uma das funções dos meios acadêmicos: pesquisar, compreender e atuar socialmente naquilo que foi compreendido. Inserindo-se em um processo de totalidade, e não de fragmentação do conhecimento acadêmico e intervenção social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho** – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial 2005.

_____. **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

BALBÉ, M. **A avaliação escolar como processo de exclusão**. In: BONETI, L. Educação, exclusão e cidadania. Ijuí: Editora UNIJUI, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, P. **Análise de Conteúdo**: a proposta de Laurence Bardin In: <http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>, acessado em 19 de dezembro de 2011.

BONETI, L. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2000.

CIAVATTA, M. **A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada**. Texto xerografado, fornecido pela própria autora, 2011.

CORBISIER, R. **Hegel – Textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

COSTA, A; MARAFON, A. **A constituição do professor como trabalhador**. Campinas: Revista HISTEDBR On-line, nº 36, 2009.

COSTA, L. **Percepção da Profissão Docente**. In: <http://www.odiarario.com/opiniaio/noticia/552686/percepcao-da-profissao-docente/>, acessado em 03/03/2013.

CRUZ, A. **A janela estilhaçada** – a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, Vozes, 2000.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DURIGUETTO, M. **A temática da alienação, origens e particularidades**. In: <http://www.unicamp.br/cemarx/marialucia.htm>, acessado em 13/12/2011.

ENGUITA, M. F. **A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Revista Teoria & Educação, n. 4, 1991.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES. FENEP. In: <http://www.fenep.org.br/>, acessado em 20 de dezembro de 2011.

FERREIRA, B. **Análise de Conteúdo**. In: <http://www.ulbra.br/psicologia/psi-dicas-art.htm>, acessado em 18/12/2011

FERREIRA L. **Análise Dialética e Marxismo na Pesquisa em Educação**. Texto xerografado, fornecido pela própria autora, 2011.

FERREIRA, L. S. **Educação, paradigmas e tendências: Por uma prática educativa alicerçada na reflexão**. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/417Soares.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

FERREIRA, L. S. **Gestão do pedagógico, trabalho e profissionalidade de professoras e professores**. Revista Iberoamericana de educación. n.º 45 (2007), p.217-228. Disponível em: <http://www.rioei.org/rie45a10.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo, Cortez, 1989.

_____. **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Educação e crise no capitalismo real: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. (orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Organização do trabalho na escola : alguns pressupostos**. São Paulo: Ática, 1993.

GENTILI, P. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, J; SAVIANI, D; SANFELICE, J. Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Autores Associados, 2001.

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministérios do Trabalho e Emprego. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm, acessado em 22/01/2012.

HOBBSAWM. E. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

KAMMER, M. **A Dinâmica do Trabalho Abstrato na Sociedade moderna – uma leitura a partir das barbas de Marx**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LANDINI, S. **Professor, trabalho e transtornos psíquicos**. Revista Teoria e Prática da Educação. Maringá: UEM, set/dez 2008.

LANGUER, A. **O trabalho como essência do homem**. Revista Eletrônica Vinculando. Cidade do México, 2004. In: http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/essencia_homen.html, acessado em 16 de setembro de 2011.

LEMOS, J. **Cargas psíquicas no trabalho e processo de saúde em professores universitários**. In: <http://fatorhumano.ufsc.br/files/2010/12/JADIR-CAMARGO-LEMOS.pdf>, acessado em 26 de agosto de 2011.

LOURENÇO, J. **Discurso de posse como presidente da FENEP**. In: <http://www.fenep.org.br/artigos/discurso-de-posse-presidente/>, acessado em 20 de dezembro de 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret Ltda: 2006.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENEZES, E.; SANTOS, T. "Escola confessional" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=243>, acessado em 25/9/2012.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHEL, M. D. **Ideologia e as Formas de Representações dos Indivíduos na Sociedade Capitalista**. (Monografia de Conclusão de Graduação) Pelotas, UCPel, 2003.

_____. **A Gestão Educacional no Discurso da Revista Nova Escola da Editora Abril**. (Monografia de conclusão de especialização em gestão educacional). Santa Maria, UFSM, 2011.

MIRANDA, M. **O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores**. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 5 ed, 2006.

MORAIS, V. **Operário em Construção**. In: letras.terra.com.br > V > Vinicius de Moraes, acessado em 23 de janeiro de 2012.

MOREIRA, E. **Análise de Conteúdo**: duas perspectivas metodológicas para interpretação de variáveis qualitativas e quantitativas. In: http://www.funesc.com.br/engenh2/textos/ecul_x02.htm, acessado em 19 de dezembro de 2011.

NEVES, J. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, V. 1, nº 3, 2º sem./1996.

OHLWEILER, O. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

OLIVEIRA, E. **Trabalho do professor – trabalho de Sísifo?** A heróica dimensão imaginária da docência. In: VIELLA, M. (Org.). Tempos e espaços de formação Chapecó: Argos, 2003, p. 197-218.

_____. **O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade**: Os professores no país das maravilhas. Ciências & Cognição, Ano 03, Vol. 07, 2006. Disponível em: <www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 20 fev. 2008.

OLIVEIRA, L. **A teoria do valor em Marx e a organização do trabalho coletivo na escola**: elementos para uma reflexão crítica. In: PARO, V. A teoria do valor em Marx e a Educação. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, M. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>, acessado em 03 de março de 2013.

ORGANISTA, J. **A centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PARO, V. **Educação como exercício do poder**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A natureza do trabalho pedagógico. In: R. Fac. Educ., São Paulo, Vol. 19, nº 1, jan/jun. de 1993

_____. **A teoria do valor em Marx e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

PETERSEN, A. **Ciências Políticas** – textos introdutórios. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

RANIERI, J. **Trabalho e Dialética** – Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, M. **História da Educação Brasileira** – A organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, R. **Considerações sobre a educação na perspectiva marxiana**. In: http://www.espacoacademico.com.br/044/44pc_santos.htm acessado em 16 de dezembro de 2011.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: Fundamentos Ontológicos e Históricos. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, jan/abr. 2007.

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE ENSINO. SINEP. In: <http://www.sinepe-rs.org.br/core.php>, acessado em 20 de dezembro de 2011.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO. SINPRO. In: <http://www.sinprors.org.br> acessado em 20 de dezembro de 2011.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DA REDE PRIVADA. SINTAE. In: <http://www.sintaers.com.br/>, acessado em 20 de dezembro de 2011.

TINQUET, P. **O Trabalho Pensado**. Porto Alegre: Extra Classe, ano 18, nº 172, Abril de 2013.

VIGOTSKI, L. **Pensamento e linguagem**. - 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ANEXOS

ENTREVISTAS DA PESQUISA

ANEXO A - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO UM:

1ª Pergunta: O senhor é professor somente na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: só na rede particular.

2ª Pergunta: A quanto tempo o senhor exerce a profissão de professor?

Resposta: Dez anos.

3ª Pergunta: Em quantas escolas o senhor exerce a profissão?

Resposta: Hoje em uma e em uma faculdade

4ª Pergunta: Qual é a sua carga horária total?

Resposta: Tá... mas aí eu conto a superior???

Pesquisador: Conta

Entrevistado: Então eu tenho (pausa de quatro segundos) trinta e (pausa de quatro segundos) cinco horas aulas.

5ª Pergunta: Em quantas turmas o senhor atua?

Resposta: Em (pausa de cinco segundos) oito.

6ª pergunta: Quantas séries diferentes o senhor atende?

Resposta: Ensino médio e ensino superior.

7ª Pergunta: Quantos alunos, mais ou menos, o senhor possui?

Resposta: Em torno de (pausa de três segundos) 250.

Pesquisador: Nas próximas perguntas eu solicito que o senhor pense em somente uma escola na qual atua, para respondê-las.

8ª Pergunta: Nessa escola, qual a sua carga horária?

Resposta: vinte e cinco horas

9ª Pergunta: Quantas turmas o senhor possui nessa escola?

Resposta: São (pausa de quatro segundos) oito turmas

10ª pergunta: Nessa escola, quantos alunos, mais ou menos, o senhor possui?

Resposta: duzentos e cinquenta.

11ª Pergunta: Quais as séries que o senhor atende?

Resposta: Primeira série do ensino médio, segunda série do ensino médio, terceira série do ensino médio e ensino superior.

12ª pergunta: O que é educação para o senhor?

Resposta: Educação para mim é desenvolver o trabalho, não desenvolver o trabalho (pausa de 8 segundos) O que é educação? (pausa de seis segundos) poxa, tem que pensar um pouco (pausa de nove segundos) o que eu vou te dizer? (pausa de cinco segundos). Educação para mim é tentar transmitir o que eu conheço para os alunos que talvez não tenham tanto conhecimento, né. É, é transmitir conhecimento, transmitir conhecimento.

13ª pergunta: Para o senhor, o que é trabalho?

(pausa de oito segundos) trabalho? (pausa de seis segundos) eu acho que... dentro da educação?

Pesquisador: Não

Entrevistado: há trabalho é (pausa de três segundos) há (pausa de cinco segundos) . Trabalho é a gente ter que acordar de manhã cedo né (risadas)... Não, deixa eu elaborar aqui (pausa de três segundos) o que eu vou dizer de trabalho? (pausa de oito segundos) acho que trabalho, para mim, é exercer a profissão que a gente escolheu, né???

14ª pergunta: Para o senhor, há alguma diferença entre educação e trabalho? Se há, qual é essa diferença? Se não há, por quê?

Resposta: (pausa de dez segundos) Bom, como eu disse que educação é transmitir o meu conhecimento, né, e o meu trabalho é ser professor, então, nessa lógica, para mim, não existiria diferença, mas, mas, há, eu creio que, como, pra mim, há, ser professor é um prazer, então eu diria para ti que educação e trabalho têm uma diferença.

Pesquisador: Qual seria essa diferença?

Resposta: Eu acho que a diferença está pelo prazer de ser educador, há, entendeu? Eu me encaro como educador e não como trabalhador.

15ª pergunta: Como o senhor se vê como professor nessa escola?

Resposta: (pausa de sete segundos) me vejo muito a vontade.

16ª pergunta: Como o senhor vê a sua profissão?

Resposta: (pausa de três segundos) eu gosto muito de minha profissão, mas eu acho que ela é muito desvalorizada, isso sim. Eu acho que é uma profissão que ela não, que ela poderia ser um pouco mais valorizada.

17ª pergunta: Como o senhor significa, percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Resposta: (pausa de oito segundos) como assim as atividades atribuídas aos professores? O que é lançado aos professores?

Pesquisador: Isso, como senhor significa, percebe essas atividades.

Entrevistado? Eu particularmente não acredito muito em reuniões pedagógicas, eu acho que seria mais interessante que cada professor fosse chamado individualmente diante de uma coordenação né, diante de uma orientação, né, porque muitas vezes pra mim, muito, muitos, muitos, muitas do que é passado pela coordenação pedagógica não são para todos os professores. Então, grande parte das atividades não contribui para o processo pedagógico, não contribui.

18ª Pergunta: Quais são essas atividades e em que momento que o senhor dá conta dessas atividades?

Resposta: Na escola existe o portal educacional, existe o blog, né? Eu acho que essas atividades, eu acho que essas atividades, para eu poder exercer, só em casa, porque na escola eu não tenho esse tempo, né. A escola não me dá, não me cede esse tempo para eu usar.

19ª pergunta: Essas atividades te oneram em termos de tempo?

Resposta: muito

20ª pergunta: O senhor se realiza em sua profissão cumprindo essas atividades?

Resposta: Não (essa resposta é a que foi mais rápida, surgiu na mesma hora em que eu terminei a pergunta e com certeza). Essas atividades não. Essas atividades não.

21ª Pergunta: A escola faz o senhor se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas tomadas por ela?

Resposta: (pausa de 8 segundos) eu acho que em parte sim, apesar de eu não concordar com algumas coisas, mas em parte sim.

22ª pergunta: O senhor percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na determinação didático-pedagógica da escola?

Resposta: No que diz respeito a minha disciplina sim.

Pesquisador: E ao todo da escola?

Entrevistado: um pouco, um pouco. Eu gosto de dar sugestões, algumas são acatadas.

23ª Pergunta: A partir da carga horária que o senhor possui nessa escola e das orientações da direção, coordenação, orientação educacional, como o senhor se sente diante dos seus alunos enquanto professor?

Resposta: Eu me sinto muito a vontade, gosto muito de trabalhar na escola, (pausa de três segundos) hãhãhã, diante de tudo, quer dizer, aos alunos? Eu frente aos alunos não tenho problema nenhum. Gosto de lidar com eles e quanto mais diversificada a turma para mim melhor.

24ª pergunta: O senhor percebe que suas ações possuem resultado na formação dos estudantes?

Resposta: Bastante.

25ª pergunta: Quais são esses resultados? Eles são os esperados?

Resposta: Sim, eu tive vários relatos de pessoas que entraram aqui, não gostavam de minha disciplina, e saíram daqui dizendo que iam fazer arquitetura porque gostaram da geometria e estatística espacial por exemplo, dentro da matemática. Isso, para mim, é muito gratificante

Pesquisador: algo final que o senhor gostaria de dizer sobre sua profissão e seu trabalho como professor?

Resposta: Eu não, eu não gostaria, eu não teria outra coisa para fazer hoje, não sei, não saberia fazer outra coisa, se não, se não ser docente, se não ser um professor.

Essa segunda parte é resultado de um diálogo informal estabelecido entre o pesquisador e o entrevistado logo após a entrevista, que foi gravado pelo pesquisador e autorizado pelo entrevistado a ser utilizado na pesquisa:

Ao conversarmos informalmente sobre as questões de trabalho e educação, o entrevistado relata:

Eu acho que é um dom ser professor, assim como um médico, também é um dom, né. Tem o cara que exerce a medicina e que é por dom. Mas eu já vi várias pessoas entrarem aqui na escola e serem conteudistas, e não terem o dom de serem professor, sabe, e darem certo. Assim como eu vi pessoas que não eram conteudistas e nem tinham o dom e entrarem em uma sala de aula e terem de sair, né. Por que, na verdade, tu trabalhares com 40 alunos em uma sala de aula, né, não é fácil e eu acho que não é para qualquer um, por isso que eu acho que é um dom. E a diferença entre trabalho e educação, agora pensando bem, pensando mais friamente assim, hãhãhã, educar eu acho que é quase uma... tu passa para o teu aluno de uma forma que não é, é, não é uma forma de trabalho. Como é que eu posso dizer, é uma forma... teu trabalho é chegar aqui as sete e meia da manhã, tá, chegar aqui as sete e meia da manhã e cumprir o teu horário. Agora dentro da sala de aula eu não

encaro como um trabalho, entende, por que quando tá transmitindo conteúdo, tu tá transmitindo e os alunos estão prestando atenção, tu tá vendo que existe uma, uma, uma recíproca, né, que eles estão prestando atenção, eu acho que aí não é um trabalho. Eu acho que aí que é educação, porque daí parece que tu tá transmitindo aquilo de uma forma espontânea também. E sabe, isso sai tão natural, não é burocrático, sabe, não é burocrático. Burocrático é tu chegar aqui sete e meia da manhã, sair meio dia e trinta né. É tu ter que participar de reuniões, isso sim pra mim é trabalho. Agora sala de aula, dentro da sala de aula eu acho que é educação mesmo. Trabalho e educação tem diferença, trabalho seria a parte de vir sete e meia aqui, sair meio dia e trinta, né, isso eu acho que seria trabalho, né, é tu saber que tu tens a responsabilidade de estar aqui, né. Agora eu entrar em uma sala de aula é uma coisa natural assim, sabe. O que eu faço como professor eu não vejo como trabalho, Mas como uma forma natural de, como eu vou dizer, de educação, de dom, acho que dom, dom. Acho que dom é uma coisa natural, acho que a pessoa tem isso, sabe.

Pesquisador: o senhor tem algum envolvimento com o sindicato?

Resposta: Não

Pesquisador: O senhor é sindicalizado?

Sim.

Pesquisador: Como é que o senhor vê a atuação do sindicato junto aos professores?

Olha, eu não tenho muito contato, eu precisei dele uma vez, uma vez só, sabe, quando eu pedi demissão lá de outro colégio, eu precisei sair de lá, enfim. O que eu posso dizer é que eles me deram suporte assim, sabe. Mas eu acho que eles, eu acho que eles pecam numa coisa, sabe, Eu acho que se tu comparar Passo Fundo, Caxias do Sul, são cidades que eu considero o estilo de Santa Maria, né, hãhãhã, eles poderiam atuar muito mais dentro, hã, com a carteria dos descontos, porque aqui a gente só tem em cinema né. Lá, por exemplo, se tu vai lá, é em restaurante, farmácia, lojas de roupa tem lá, vinte e tantas lojas, dez, vinte por cento de desconto tem lá. Aqui eu nunca vi.

Pesquisador: E com relação as questões trabalhistas, como o senhor vê a atuação do sindicato?

Resposta: Não eu acho que, eu acho que funciona. Precisei uma vez só, funcionou, funcionou. É que eu não tenho muito contato com eles, mas acho que funciona. Para mim o sindicato poderia ter uma outra atuação também, de formação.

Pesquisador: Tu vê a quantidade de alunos, de turma, de carga horária que tu tens como empecilho para a tua atuação como professor?

Resposta: sim. Sim pelo seguinte, eu gosto muito de ir na classe, pegar aqueles alunos com dificuldade e ir na classe, agora se tu pegares uma turma com quarenta alunos, a experiência que eu tenho hoje é que dez vão se dar bem, vinte vai mais ou menos e dez muito mal. Então, para eu chegar nesses dez, num período de cinquenta minutos, é complicado, então eu acredito que se houvesse um número menor de alunos, né, a gente poderia trabalhar melhor. Pois aqui não é cursinho pré-vestibular, não é cursinho pré-vestibular, né. Cursinho pré-vestibular, tu entra, vai lá, coloca o conteúdo no quadro e quem está prestando atenção tá prestando atenção, quem não tá não tá e deu, ensina os macetes. Agora escola não, escola tu responde pros pais, não é só o aluno, pros pais tu também tem que responder. Principalmente na escola privada

Pesquisador: Dentro do que o senhor falou que é a sua relação de trabalho com a escola, o senhor sente que a escola te reconhece enquanto trabalhador?

Resposta: Sim, mas muito mais que trabalhador a escola me reconhece como professor.

ANEXO B - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO DOIS:

1. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: Só na rede particular

2. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Resposta: a mais ou menos seis anos.

3. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: Duas

4. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Resposta: Em uma é onze, na outra é doze, dá 23 horas/aulas

5. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

Resposta: (pausa de sete segundos) três da oitava, três de primeiro, uma de segundo e uma de terceiro.

6. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

Resposta: aproximadamente acho que uns trezentos e sessenta alunos.

7. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

Resposta: Hoje saberia, no início do ano não.

8. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Resposta: (pausa de quatro segundos) sim, durante a tarde em uma das escolas temos projetos (pausa de quatro segundos) de acompanhamento.

9. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?

Resposta:

Resposta: Não (resposta dada de forma rápida e seca)

10. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?

Resposta: SINPRO/RS

11. O/a senhor/a é sindicalizado?

Resposta: Não

12. (Se não for sindicalizado) Por que o/a senhor/a não é sindicalizado?

Resposta: Vários motivos, principalmente a falta de atenção aos professores na hora devida.

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

13. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho?

Resposta: (pausa de oito segundos) doze horas

14. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: quatro eu acho.

15. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?

Resposta: (pausa de quatro segundos) Cento e sessenta alunos.

16. O que é educação para o/a senhor/a?

Resposta: (pausa de dez segundos e o pesquisador reforça a pergunta) Educação, na parte pedagógica, colégio, seria (pausa de quatro segundos) transmitir o máximo de conhecimento da mais (pausa de cinco segundos) simples maneira que o aluno possa compreender, né, e bu, e buscando um maior índice de aproveitamento deles.

17. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Resposta: Para a física trabalho é um processo de transferência de energia (risadas) (observa-se aqui que o entrevistado é professor de física, nisso o pesquisador pergunta: e o senhor assumiria esse conceito para responder o que é trabalho em todos os sentidos?) Olha trabalho (pausa de sete segundos) bom trabalho pode ter várias... não ter apenas um sentido, uma delas seria... uma forma de se auto sustentar. Outra forma, é de completar, digamos, (pausa de três segundos) algo na tua vida (pausa de seis segundos), e outra, também, que seria de (pausa de três segundos) uma realização que tu sempre buscou dentro de uma faculdade, de uma pós-graduação, uma aplicação dos teus conhecimentos.

18. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: (pausa de três segundos) pra mim, mas eu sei que tem muitos que fazem, digamos, do trabalho uma forma de vida, eu junto os dois. (pausa de três segundos) Eu faço do trabalho, e da educação, digamos, o que eu busco pra mim ser a pessoa que eu sou, pra concretizar várias coisas em minha vida, para meu sustento e para minha realização profissional.

19. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Resposta: (pausa de quatro segundos), olha, eu me vejo como professor que cobra, exige bastante dos alunos, porém eu dou o máximo possível de atenção pra eles para que essa cobrança possa ser feita. Não adianta eu cobrar e não preparar esses alunos, então eu preparo eles, no meu ponto de vista, da melhor maneira possível, para eu poder cobrar depois.

20. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Resposta: Muito desvalorizada. (intervenção do pesquisador que pergunta: desvalorizada em que sentido?) Professor, hoje em dia é considerado como um qualquer, e ao contrário, deveria ser considerado como uma das principais profissões, pois sem professor não tem médico, não tem advogado, então antes de qualquer profissão todas dependem do professor e o professor é o menos valorizado.

21. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

22. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Resposta: Elas possuem atividades pedagógicas que tem uma função, digamos, de aperfeiçoamento, de formação, de auxílio também em tudo o que o professor necessita, tanto em sala de aula quanto fora da sala de aula.

23. Quais são essas atividades? Em que momento o/a senhor/a as realiza? Elas o/a oneram em termos de tempo? O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Resposta: São seminários, são semanas acadêmicas, são manhãs de formação, são diversas outras atividades, palestras, reuniões que tão sempre informando, auxiliando, e colocando a par de tudo o que tá acontecendo. A maioria das vezes realizo essas atividades no colégio mesmo ou fora do colégio, a gente tem um período de atividades para isso (o repouso remunerado). (Ao responder se essas atividades o oneram em termo de tempo o entrevistado fez uma pausa de doze segundos para pensar, quando o pesquisador intervenho reforçando a pergunta o entrevistado frisou que esse tempo fora é “remurado”, ao pesquisador perguntar qual seria essa remuneração o entrevistado afirmou que “é o repouso remunerado”). O entrevistado também respondeu de forma direta com um sim que se realiza em sua profissão ao cumprir essas atividades.

24. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

Resposta: Sim, eles estão sempre colocando a par, solicitando o auxílio com alguma informação ou decisão.

25. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Resposta: Sim (o pesquisador intervém perguntando: por exemplo, poderia citar algum...) projetos.. é... modificações de estilo de aula...viagens...

26. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Resposta: Não, o material é em conjunto com a equipe pedagógica do colégio, é decidida qual o melhor material a ser utilizado, há certas recomendações, mas a gente não é engessado com somente um material com uma literatura específica.

27. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

Resposta: Professor pesquisador, pois tem que tá sempre pesquisando, se atualizando em relação ao seu ponto de vista. Assim eu to sempre procurando atualidades referente ao que é cobrado dos alunos e o que esses alunos serão cobrados no final do ano, seja em uma prova de seleção ou concurso.

28. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor? Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes? (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

Resposta: Olha eu, a gente se sente, eu me sinto, principalmente digamos, responsável por uma grande parte ou uma totalidade da aprendizagem deles. Eu me sinto também responsável por um bom aproveitamento desses alunos nas futuras provas de seleções. Então meu resultado, eu costumo medir, digamos, conforme, o rendimento desse aluno. Nunca a gente vai conseguir cem por cento dos alunos aprovados, mas a gente sempre tem um aproveitamento médio e daí é o que a gente busca sempre. Muitas vezes os resultados não são os esperados, muitas vezes se possui um ambiente de qualidade, resultados muito bons, e muitas vezes os resultados são medianos.

29. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Resposta: O que eu gostaria de dizer é que o professor precisa ser muito mais valorizado.

30. O senhor faria alguma diferença como trabalhador e como professor?

Resposta: Não porque eu me considero um só. A minha profissão é a minha vida, é o meu ganha pão, é o que eu pretendo ser sempre.

ANEXO C - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO TRÊS:

01. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: também na rede pública.

02. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Resposta: dezoito anos

03. O/a senhor/a começou a profissão de professor em qual rede (privada ou pública)?

Resposta: Na rede particular

04. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: três escolas.

05. Qual a sua carga horária total de trabalho?

(Pausa de doze segundos fazendo contas em voz baixa para responder) trinta e cinco horas acho que dá, quarenta horas.

06. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

Resposta: (pausa de nove segundos) mais de doze turmas, mais de quinze turmas.

07. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

Resposta: (Pausa de cinco segundos) trezentos, em torno de trezentos alunos.

08. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

Resposta: Não

09. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Resposta: (pausa de treze segundos para responder) Não...

10. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?

Resposta: Não (pesquisador: Por quê:) Entrevistado: "(Sic) tanto os resultados do PS como do ENEM são muito cobrado pelas escolas, pois os resultados das escolas nesses dois é um dos fatores que indica quantos alunos novos irão procurá-la no ano seguinte. Quanto mais alunos aprovados na Federal, quanto maior a nota no ENEM, maior o número de alunos que a escola vai ter, maior o seu status na cidade. Como são processos que cobram conteúdos diferentes o professor tem que se desdobrar para conseguir dar conta... Por isso considero que a carga horária não é suficiente... Nós somos cobrados, mas não nos dão cargas horárias suficientes para fazer o trabalho."

11. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?

Resposta: Sim, o SINPRO

12. O/a senhor/a é sindicalizado?

Resposta: sim, sou sindicalizada.

13. (Se for sindicalizado) O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato? O que o senhor sabe sobre o sindicato?

Resposta: Na verdade não tenho participação no sindicato. Eu acompanho pelo site deles, o que eles mandam assim para os professores pelos e-mails, acompanho pouca coisa assim, mas não sou muito de ir lá, de frequentar, só quando tenho algum problema, alguma coisa.

14. (Se não for sindicalizado) Por que o/a senhor/a não é sindicalizado?

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

15. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho?

Resposta: (pausa de cinco segundos) quinze

16. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: (pausa de onze segundos para responder) dez turmas... agora assim de rápido eu não consigo fazer cálculo.

17. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?

Resposta: (pausa de quatro segundos) duzentos e poucos alunos.

18. O que é educação para o/a senhor/a?

Resposta: (pausa de quatro segundos) a educação (pausa de mais quatro segundos) assim no sentido geral, né. Assim hã, a educação pra mim é uma forma que, que nos temos de tentar fazer parte, ajudar a sociedade em que a gente vive. Passar conhecimentos, valores, para determinadas gerações, tanto gerações da criança, né, até os adultos que pararam de, de estudar e depois retornaram. Eu acho que educação é isso, é uma forma de ajudar a sociedade a ser, vamos dizer assim, a ser mais justa, mais humana, acredito nisso assim.

19. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Resposta: (pausa de três segundos) trabalho é uma coisa (pausa de quatro segundos) para mim trabalho é uma coisa boa que, que fortalece a pessoa, faz a pessoa crescer, é uma coisa que ajuda, que faz a pessoa crescer, de tu fazer algo para a sociedade, uma coisa que também que te satisfaz, porque o trabalho tu tem que te sentir bem também no teu trabalho, gostar daquilo que tu tá fazendo e também a parte hã da, da remuneração também, né, que é uma forma de, pra ti poder te sustentar também.

20. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: (pausa de nove segundos) na verdade, o que eu acabei de falar eu digo que o trabalho é uma coisa que tu tens que gostar de fazer, né, mas muita gente não vê como isso. E a educação, só tá na educação quem realmente gosta, que a educação tem muitos porém que as vezes pode fazer a pessoa desistir, se a pessoa não tem o dom da educação ela não... pra ser educador, né, ela desiste na metade. (intervenção do pesquisador: Educação e trabalho seriam coisas diferentes?) seriam, é

seriam, seriam. (Intervenção do pesquisador: então não seriam as mesmas coisas educação e trabalho?) (após oito segundos de silêncio) é... pensando bem.. se eu for pensar na questão do, do que eu acabei de falar a, a o meu trabalho me engrandece como pessoa, e eu sou educadora, né. Já não sei como te responder, sinceramente.

21. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Resposta: Bem, eu me vejo uma boa professora, que interajo com os alunos, que não passo apenas o conhecimento, tento trazer um pouco além do que tá nos livros, tento trazer um pouquinho mais de cultura, trabalhos com eles as questões de valores também, há muitas discussões de valores, porque aquilo é bom, porque não é bom, trabalho relacionando com o dia-a-dia deles. Eu me considero, nessa instituição, uma boa professora.

22. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Resposta: (pausa de cinco segundos) desvalorizada, muito desvalorizada pela sociedade, pela família principalmente. Como se o nosso trabalho não fosse necessário. É apenas uma (pausa de seis segundos), como que eu posso te falar, é como se fosse que eles tem que passar pela escola, apenas por isso, mas que não é, aquilo que nos estamos tentando passar na escola não é importante, é só uma fase que eles tem que passar para terminar de uma vez. Né, e eu vejo que não é assim, mas as famílias veem isso, e também desrespeito no sentido que todo mundo sempre acha que sabe mais que o professor né, que entende mais da coisa que o professor.

23. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: (pausa de cinco segundos) se nos estamos preparando, eu penso assim, se a gente tá preparando os nossos alunos para a sociedade, são futuros trabalhadores. Terão uma profissão ou não. Então nesse sentido nos estamos preparando eles para enfrentar o mercado de trabalho competitivo, trabalho num mercado de trabalho que exige inúmeras habilidades que as vezes eles não tem conhecimento disso. Então nesse sentido eu vejo a relação entre trabalho e educação.

24. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Resposta: Nem todas as atividades, eu acho que muitas não contribuem, apenas ajudam a aumentar o estresse do, do dia-a-dia. Mas sempre tem o lado bom, tem algumas atividades boas e outras que não são necessárias, que poderias dar mais foco no trabalho.

25. Quais são essas atividades? Em que momento o/a senhor/a as realiza? Elas o/a oneram em termos de tempo? O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Resposta: (pausa de dez segundos para a resposta) Blog, pode ser? Blog. Realizo essas atividades quando estou em minha residência, em horário que não estou trabalhando, em horário que era de lazer. (Essas atividades te oneram em termos de tempo?) (pausa de oito segundos) sim (respondido com tom de angústia e tristeza). (O pesquisador questiona se a entrevistada é remunerada por estas atividades) R. Existe, hãhã, na verdade existe uma lei que tem que ser pago umas determinadas horas a mais para essas atividades, mas não chega a ser o necessário né, pelo trabalho que a gente tem dentro da, em casa, fora do ambiente de trabalho. (O pesquisador questiona se a entrevistada se realiza em sua profissão ao cumprir estas atividades) R. (pausa de sete segundos) as vezes sim e as vezes não. Não posso ter dizer que é um Naaooooo direto ou um sim, não posso ser, ser certa numa coisa. Algumas sim, outras eu vejo que é perda de tempo, que não me acrescenta nada

26. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

Resposta: Administrativas não, algumas pedagógicas.

27. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Resposta: Não, não percebo!

28. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Resposta: Não, eu tenho a autonomia, eu posso escolher o material.(o pesquisador questiona se os materiais são produzidos ou se a entrevistada compra pacotes didáticos prontos) R. compro pacotes didáticos.

29. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

R. Professora pesquisadora. (Aqui o pesquisador questiona o que é ser professor pesquisador) R. Que vai além daquilo que é necessário colocar em sala de aula. Aquele conhecimento básico, eu vou além, eu sempre procuro relacionar, eu sempre procuro trazer uma parte da história, sempre procuro não ficar simplesmente no conhecimento pelo conhecimento. Trazer algo mais para eles, então pra isso a gente precisa pesquisar né.

30. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Resposta: (pausa de seis segundos) há, (pausa de mais sete segundos) frente aos alunos, né. Frente aos estudantes, como eu me sinto? Eu me sinto responsável por eles, muito responsável por eles. Cada atitude, cada palavra pode ser que seja um baque pra eles, pode ser uma coisa que eles não estejam preparados. Mas eu acredito que eu seja uma professora também que, frente aos alunos eu consigo passar respeito, dedicação, eu vejo que eles me veem assim.

31. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes?

Resposta: Sim. Tenho consciência disso.

32. (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

Resposta: (pausa de cinco segundos) cinquenta por cento não é (resposta com tristeza) vamos dizer assim, que cinquenta por cento é, cinquenta por cento não é. Que a gente não consegue atingir a todos, né?

Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Resposta: (pausa de sete segundos) Que é um trabalho difícil. Ser professor não é fácil, mas é muito prazeroso, porque quando tu vê que um aluno aprende, tem uma troca de conhecimento, isso é muito bom, gratifica a gente, né. É um reconhecimento (ênfase) do próprio aluno. Então, eu acho que professor é isso, né? Se for depender de outras coisas é difícil, mas é isso que gratifica a gente.

ANEXO D - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO QUATRO:

01. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: Nas duas, na rede pública é na municipal e na rede particular.

02. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Resposta: Há vinte e cinco anos

03. (Se tiver experiência com as duas redes) O/a senhor/a começou a profissão de professor em qual rede (privada ou pública)?

Resposta: Particular

04. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: atualmente em duas municipais e uma particular, e além das escolas no cursinho pré-vestibular.

05. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Resposta: Considerando as escolas e o cursinho dá umas (pausa de cinco segundos) quarenta horas, quarenta e oito horas

06. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

Resposta: (o professor passa a contar com os dedos as turmas) doze.... doze turmas...

07. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

Resposta: Há.... varia muito... dá uns... dá uns seiscentos, uns seiscentos estudantes.

08. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

Resposta: Dos colégios sim, do cursinho fica meio complicado (Pesquisador: de todos os colégios?) de todos os colégios, tenho boa memória para nomes....

09. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Resposta: Dos colégios municipais sim (resposta rápida e com certeza) (entrevistador: e da rede particular?) (meio receoso em sua resposta) é.... aulas tira dúvidas, reforço....

10. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?

Resposta: haha..... (pausa de oito segundos) às vezes não, né? Ainda mais agora que trocou o programa de vestibular, né?

11. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?

Resposta: O SINPRO

12. O/a senhor/a é sindicalizado?

Resposta: Não, já fui.

13. Por que o/a senhor/a não é mais sindicalizado?

Resposta: (Pausa de dez segundos para responder) Por que não, não, não precisava mais do que eles oferecem lá, acho que os descontos, e eu fiquei assim meio despontado, né.

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

14. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho?

Resposta: treze horas aulas

15. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: quatro

16. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?

Resposta: dá uns cento e trinta, mais ou menos.

17. O que é educação para o/a senhor/a?

Resposta: (pausa de dez segundos, após retoma com uma risada) é, é algo bem complexo né? Mas é um meio como haha um meio como a gente consegue fazer com que o educando, né, hã, se transforme, aprenda, né, hã (pausa de cinco segundos) e seja alguém, posteriormente.

18. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Resposta: (pausa de cinco segundos) trabalho (pausa de quatro segundos) é um meio pelo qual hã, se pode transmitir os conhecimentos, sendo remunerado para isso, né?

19. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: (pausa de oito segundos para a resposta) trabalho é o meio, pelo qual a gente vai educar o educando. Trabalho é uma ferramenta, é um meio e educação é a forma como ele aprendeu. (pesquisador: então essa seria basicamente a diferença? Ou não seria?). Não, basicamente, trabalho é uma coisa e educação é outra pra mim. (pesquisador: então, para o senhor trabalho e educação são coisas diferentes?) São coisas diferentes.

20. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Resposta: (pausa de sete segundos para a resposta) Eu me vejo como uma pessoa, ou alguém assim, que é importante dentro da minha disciplina (resposta dada de forma pausada em que dá a impressão que o entrevistado busca as palavras certas para a resposta).... é.... é porque a gente estudou para transmitir conhecimento, né.... e é fundamental que o aluno aprenda o que tá dentro do conteúdo programático para que ele passe num concurso, numa prova, num vestibular enfim....

21. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Resposta: (pausa de dez segundos para a resposta) Bom, hoje, né, eu vejo um pouco não tão valorizada... mas eu acho que quem tem que dar o valor é o próprio profissional, né. (pesquisador: então, ao dizer isso o senhor quer dizer o quê?) que deveria ser bem mais valorizada como os médicos são, como os advogados são, que sem os professores não tem essas outras profissões (pesquisador: o senhor fez uma afirmação, que quem dá o valor é o próprio profissional) profissional (pesquisador: então, com isso....) e os alunos também... para isso teria que ter as outras instâncias, as outras esferas, né, o Estado, o governo, governantes.

22. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: (Pausa de dez segundos para a resposta) ambos se complementam, creio, né. (pesquisador: qual seria essa relação?) (pausa de cinco segundos) hã... temos que pensar um pouquinho (pausa de treze segundos) a partir do momento em que escolhe, né, o magistério a educação vai ser um complemento do trabalho de quem exerce a profissão, e sem os educandos nós não teríamos esse trabalho.

23. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Resposta: (pausa de dez segundos, o professor pede para que se repita a pergunta, mais uma pausa de oito segundos e o professor pergunta que tipo de atividades pedagógicas, o pesquisador dá exemplos: blogs, reuniões pedagógicas, etc....) contribui na medida em que é uma troca de experiências quando se tem as reuniões, quando o colégio se propõe a ir se adequando de acordo com a evolução técnica, tecnologia é fundamental hoje de se usar dentro, e a gente vai ter que ir adequando. O colégio, quando proporciona, contribui para o processo de ensino aprendizagem.

24. Quais são essas atividades?

Resposta: as reuniões, quando o colégio implanta uma ferramenta as vezes por sugestões dos próprios profissionais.... basicamente é isso.

25. Em que momento o/a senhor/a as realiza? Elas o/a oneram em termos de tempo?

Resposta: Não.... não.... Não porque é durante as aulas o uso das ferramentas.

26. O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Resposta: sim, porque é um constante momento, assim, de estudo. Porque para se implantar uma atividade tem que ler bastante, e então é um momento de aperfeiçoamento.

27. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

Resposta: Nessa escola específica em que eu estou pensando, sim.

28. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Resposta: Não só minha, mas dos demais colegas que propõe, sugerem e a direção acaba implantando.

29. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Resposta: Não. Totalmente autônomo. O material é eu que produzo e ministro conforme eu elaborei.

30. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

Segunda opção. De forma automática sempre de acordo com o conteúdo programático, não foge daquilo. Quando muda o programa do vestibular a gente vai se adequando e ministra as aulas a partir do momento que, que elaborou o polígrafo.

31. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Resposta: Com esse novo programa que vem agora, a carga horária ficou aquém do esperado, né, no caso. Precisaria de mais uma hora aula a mais. Então me sinto, né, na verdade, né, impotente se não mudar a carga horária.

32. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes? (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

Resposta: Pelos resultados que a gente tem depois, no ano seguinte, no caso, acompanha os resultados que a COPERVS manda, né, aí o resultado é bom, positivo.

33. Esses resultados são os esperados?

Resposta: Sim

34. Mas esses resultados são em termos da formação dos estudantes em termos daqueles que conquistam conhecimento ou apenas porque eles entraram na universidade?

Resposta: Os dois, porque a gente nota sempre um conhecimento enorme dentro deles no sentido do amadurecimento, né, do progresso que eles adquirem ao longo do ano. Então não é só o resultado final, que é a entrada na universidade. Eles crescem como pessoas ao longo do terceiro ano.

35. Como professor, o senhor se vê como trabalhador também?

Resposta: também, como trabalhador da educação, como profissional da educação.

36. E como o senhor conceituaria o trabalhador da educação?

Resposta: (pausa de dez segundos) (intervenção do pesquisador com a pergunta: há alguma diferença entre o trabalhador da educação e um trabalhador de outras áreas?) é que o nosso trabalho é assim, ó, ele é mais intelectual, né, é não é aquele trabalho que tu chega em casa, para, descansa, né, consegue dormir a noite inteira, não é um trabalho braçal, né, o nosso trabalho é mais intelectual. Então, constantemente a gente acorda pela noite, né, o cérebro não para, não descansa, mas eu me sinto realizado, por isso que eu escolhi essa profissão.

37. Quando eu falo para o senhor sobre trabalho, o senhor pensa trabalho a partir de qual conceito?

Resposta: Trabalho é um meio de sobrevivência. É uma ferramenta que a gente se utiliza para realizar os objetivos a que se propõe, e sobreviver também, né.

38. E é nesse sentido, como meio de sobrevivência que o senhor vê o seu atuar como professor como meio de sobrevivência também?

Resposta: Também

39. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Resposta: Dizer que estou realizado e não trocava essa profissão. Escolhi isso e vou até o final.

ANEXO E - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO CINCO:

1. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: somente na rede particular

2. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Espera de 5 segundos...15 anos

3. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Duas escolas

4. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Espera e pensa para responder 2 segundosdezenove horas semanais

5. Em quantas turmas o/a senhor/a atua? Oito turmas
6. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?
- Em média...espera e pensa uns segundos...- duzentos e trinta alunos.
7. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?
- normalmente partir da segunda semana eu já consigo determinar o nome de todos.
8. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado? - sim !
9. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho? - espera ...- não!
10. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?
- sim o SIMPRO
11. O/a senhor/a é sindicalizado? - Sim
12. (Se for sindicalizado) O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato? - Sim
13. O que o senhor sabe sobre o sindicato?
- ah que através do sindicato nos temos algumas possibilidades de atuação no meio de....professores do grupo de professores ah.. além de, disponibilizar para o professor algumas vantagens que são próprias da profissão, os cuidados coma profissão, a possibilidade de qualquer envolvimento com a escola ah que seja necessário que tenhamos alguma proteção algum respaldo o sindicato também se coloca a disposição
14. (Se não for sindicalizado) Por que o/a senhor/a não é sindicalizado?
- Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:**
15. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho? - quatorze horas
16. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha? - quatro
17. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?
- espera um tempo.....parece contar. – Cento e dez alunos.
18. O que é educação para o/a senhor/a?
- Educar é construir um ser humano. Através da educação a gente não trabalha só com conteúdo, a gente trabalha com toda uma formação: formação moral, valores, ah identidade, crítica, alunos que sejam atu... seres humanos que seja atuantes no meio que agente vive e não somente expectadores
19. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?
- Bom...(espera um de 2 segundos)...ah eu acho que pro professor, como professora trabalho pra mim é buscar atingir das melhores maneiras possíveis as necessidades dos alunos. (Espera 2 segundos)...- o que eles veem buscar dentro da sala de aula, o que eles precisam fora da sala de aula, por que a gente sabe que muitas vezes nós assumimos os papéis de pais, irmãos, amigos, então o meu trabalho como professora é um trabalho que dignifica o ser humano, me dignifica e assim todo tipo de trabalho que gente executa. Ele deve ser feito na íntegra e com total respaldo.
20. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?
- há, uma grande diferença entre educação e trabalho. – eu acredito que a educação, o trabalho ele é aquilo que eu exerço, é a minha prática, é o meu desenvolver, é a minha construção. E a educação eu lido com , além do lado prático o lado humano , a sensibilidade. Ah educar alguém não é nada fácil. trabalhar talvez seja mais fácil.
21. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?
- eu me vejo como uma professora presente na vida dos alunos não só em sala de aula, mas fora dela. De que maneira: - eu, eu tenho a tendência a mi envolver emocionalmente com os meus alunos e com os problemas deles. Então eu me faço presente na vida deles. Eles recorrem a mim nos corredores, recorrem a mim ...ah pelas redes sociais, e eu acho que isso faz com que o meu trabalho vá além da sala de aula.
22. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?
- espera uns 3 segundos...- eu acredito que a profissão de professor embora desvalorizada por grande parte da sociedade ela é uma profissão de extremo valor pra gente que executa, e pra quem realmente sabe enxergar a dimensão de ser professor. Então deveria ser muito mais valorizado não somente financeiramente, mas pelo todo que a profissão exige e pelo que a gente dá como professor.
23. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?
- Há uma relação conjunta, contínua entre trabalho e educação. (Marcelo pergunta: qual é essa relação). – A relação entre trabalho e educação ela se dá da seguinte maneira. Ah..espera uns 2 segundos. – Eu construo as minhas aulas, eu monto as minhas aulas, eu planejo as minhas aulas. Esse é o meu trabalho. E a educação é a maneira como eu passo isso tudo pro meu aluno. É a

maneira como eu interajo com ele, é a maneira como eu faço com que ele perceba, que o meu trabalho ele tem sido construído no dia a dia.

24. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola?

- e eu acho que são extremamente valorizadas e elas dão ao professor ah grande autonomia...espera um segundo...- elas permitem que o professor embora cobrado participe interaja nas atividades, ele também tem autonomia tem autonomia nos pensamentos, nas ações, ah como cidadão e tem livre arbítrio dentro de determinadas regras, mas ele tem livre arbítrio nas escolhas e nas, na maneira como se manifesta.

25. Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

- sim. Elas contribuem muito. (Entrevistador pergunta: - como que elas contribuem?). Elas contribuem porque a gente começa a perceber, que como ser humano a gente tem uma necessidade de troca. (voz muito baixa do Marcelo).- de mostrar o que a gente pode, o quanto a gente pode, e com isso a gente permite que o nosso aluno faça o mesmo tipo de troca...ele tem autonomia nos pensamentos, nas críticas, nas intervenções, nós não limitamos, eu não acredito que como educadora eu possa limitar os pensamentos do meu aluno, nem manipulá-lo. Então esse tipo de atividade eu acabo ah permitindo que o aluno também cresça criticamente.

26. Quais são essas atividades?

-existem atividades de planejamento. só que não são planejamentos tradicionais. São planejamentos em que nós nos reunimos, num grande grupo na sala e há um debate uma troca de saberes de visões de críticas e ai a partir dessa coletividade a gente constrói um parecer em comum. Então não há determinação de alguém, há uma formação de todos. E acho que isso em sala de aula é possível com o conhecimento, eu posso permitir que o meu aluno, ele formule conhecimento através das próprias experiências, através das visões que ele tem, da crítica, isso é pra mim ah de extrema importância.

27. Em que momento o/a senhor/a as realiza?

- Bom em sala de aula dentro da minha disciplina que é a língua portuguesa é muito possível fazer isso porque nos trabalhos com textos atuais. Então dentro de uma leitura, de um vídeo, dentro de uma música, eu consigo trazer pro meu aluno a possibilidade dele ah desenvolver saberes, dele desenvolver o senso crítico, e dele formular questionamentos, interagir com os colegas e comigo.

28. Elas o/a oneram em termos de tempo?

- Muito!

29. O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

- Sim! Bastante (Marcelo pergunta: mesmo te onerando em termos de tempo?). – Mesmo. Porque a gente sabe que o trabalho como, como educador ah ele vai além das paredes da sala de aula, nos fazemos isso o tempo inteiro.

30. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

- Administrativas não! Pedagógicas sim!

31. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola? -Sim

32. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

- Não eu produzo meu material, a única exigência é que se siga o padrão de formatação, e padrão da escola, mas ah de conteúdo à liberdade não adotamos o livro. (Pesquisador: a exigência é de configuração do material então). Cris responde: - perfeito. (Pesquisador: não de proposta pedagógica.) Entrevistada: não de proposta pedagógica. (Marcelo comenta: é a tua proposta.) Entrevistada fala: - é a minha proposta. Tenho liberdade pra agir na formação das minhas aulas, da maneira que eu, que me convier.

33. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

- eu acho que eu sou um tanto quanto pesquisadora, porque na verdade quando surge alguma temática, automaticamente eu busco na atualidade, vídeos, ah recursos que complementem. Acho que nenhum de nós é totalmente pesquisador, e automaticamente nem todo é altamente, é automático na sua produção. Mas a necessidade do aluno hoje ela é grande de que a gente tenha essa troca do, com o meio que a gente supra as necessidades de cada um. e ai a gente busca tanto quanto pesquisadora.

34. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

- eu acho que os, que os estudantes eles são extremamente receptivos, eles, eles tem uma visão ah diante da minha e da maneira como eu ajo com eles, ah, de valorização . Eles respeitam os limites, eles adolescentes né, a gente que por natureza, o adolescente ele gosta de romper com algumas barreiras e alguns, algumas determinações. Mas eu me sinto muito valorizada por eles, seja humanamente, seja profissionalmente.

34. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes?

-sim.

35. (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

- São. Eh e isso se comprova ...espera um segundo... Santa Maria, falando em Santa Maria que, o, a, a prova é seriada é um dos focos nas escolas...espera um segundo. – Nessa escola que a gente ta conversando, que eu to usando como um referencial, houve o aumento do número de alunos aprovados pelo PS, então significa que de alguma forma o trabalho exercido também mais sucesso atingiu os objetivos, construiu um ser humano que soube lidar com o inesperado da prova, porque na verdade, a disciplina de português ela traz, bom , eu faço com que vá para as salas de aula não só a gramática. Mas tudo o que eles podem encontrar numa prova, são os conteúdos diversos, a interdisciplinaridade, o conhecimento de mundos, nisso eu acho que eu atingi sim, os objetivos que eu previa.

36. Enquanto professora, tu te percebe enquanto trabalhadora na ideia clássica de trabalhador ?

- acho que sim. Acho que eu sou uma trabalhadora, porque eu construo as aulas. Eu não faço aulas ah no momento. Eh (espera um segundo)...elas são projetadas, de alguma maneira são planejadas. Elas são planejadas semanalmente pra que elas consigam suprir as carências da semana anterior. Então o meu trabalho na construção ele existe.

37. E como tu percebe as relações de trabalho dentro dessa escola que tu esta?

- São muito boas. (Pesquisador pergunta? – não são conflitivas?) – não são conflitivas. O grupo de professores é agregador. Espera um segundo...- a supervisão, embora muitas vezes ela seja tendenciosa, e isso é visível, que ela tem preferência por algumas pessoas e alguns métodos de trabalho, ainda assim ela, deixa a vontade ela é receptiva sim.

38. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

- Acho que embora desafiador, o trabalho do professor, ele é gratificante no momento em que a gente tem um aluno que consegue atingir a formação dele como ser humano... (espera dois segundos)... Só isso, isso já é muito.

ANEXO F - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO SEIS:

01. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: só na rede particular

02. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Resposta:26 anos

Resposta: Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: ah 4 escolas e uma em que eu sou freelancer, e em cursos especializados.

03. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Resposta: ah dezoito horas

04. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

Resposta: eu to trabalhando três turmas numa escola, quatro turmas em outra, há numa terceira três turmas, e no ensino médio quatro..(Pesquisador: dezoito horas é o total) Entrevistada: é. (Pesquisador: com todas as turmas.) Entrevistada: com todas as turmas.

05. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

Resposta: há, na média de duzentos e cinquenta.

06. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

Resposta: ainda não. Tem só uma semana de aula, estou bem prejudicada neste sentido. (Pesquisador: e a senhora tem facilidade ou dificuldade de memorizar todos esses nomes, contando que são vários estudantes, de várias turmas diferentes?). Entrevistada: ha certa dificuldade. Que eu forço né, pra gravar.

07. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Resposta; há aula extra quando necessário. Há na, no caso na parte de professores, hãaa são aulas esporádicas, mas se for o caso eles me chamam dia de semana ou final de semana. (Pesquisador: solicitado pela senhora, tem esse tempo a mais?) Entrevistada: sim, em uma escola sim. (Pesquisador: nas outras escolas não teria?) Entrevistada: não, não teriam.

08. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?

Resposta: no meu caso acho que não. Porque se eu quero fazer uma visita a um museu né, obras de arte, exposições, eu tenho obrigatoriamente pedir, dentro do projeto montado hora, horário extra.

09. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?

Resposta: o SIMPRO

10. O/a senhor/a é sindicalizado?

Resposta: Sou.

11. O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato?

Resposta: Não, não.

O que o senhor sabe sobre o sindicato?

Resposta: Ah que eu já tive oportunidade de ser, há transferida de Caxias do Sul, que eu iniciei lá minha carreira, e na hora dá, fechamento de conta, tudo a gente teve o apoio, ah fui muito bem Acompanhada né, neste sentido. E acho que, é um apoio e uma segurança pro profissional.

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

12. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho?

Resposta: eu tenho oito horas aula.

13. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: três turmas

14. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?

Resposta: há oitenta, oitenta.

15. O que é educação para o/a senhor/a?

Resposta: espera dois segundos...é um processo (...) nas áreas no caso da arte né, envolvendo criatividade envolvendo o conhecimento, há toda aquela bagagem né, que vem da família, é um processo que não é único do, da nossa tarefa né, ela é um a família tem que tá engajada né, ele é um processo amplo,

16. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Resposta: trabalho é quando agente sente o peso. O peso da tarefa. (Pesquisador: seria isso trabalho pra senhora?) Entrevistada: há na minha área eu não considero trabalho...espera um segundo. Considero uma opção, como eu gosto muito, não é uma tarefa árdua. É uma tarefa né, como execução, mas como no caso realização pessoal não é um trabalho árduo.

17. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: com certeza. (Pesquisador: qual seria essa diferença?) Trabalho, eu acho que qualquer outra pessoa poderia dizer que trabalha né. Sem focar a sua, a sua profissão. Mas no caso a educação existe um caminho uma sequencia né deee trabalho, de atuações da gente em relação a outra pessoa porque ai entraria ate aquela parte doas valores , da emoção, do sentimento. Não é apenas o conteúdo que eu não considero, educação não é apenas conteúdo.

18. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Resposta: há nesta escola de ensino fundamental que, no caso eu atuo eu estou me sentindo bem, muito bem. Há estou fazendo um trabalho, uma, uma, um projeto, uma metodologia que foi aprovado no caso, já tenho experiência nesse, de outros anos né, de trabalho de atuação, e acho assim que eu to bem realizada.

19. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Resposta: professor em geral há é uma opção de vida de, caminho né, profissional, mas nem sempre eu enxergo as pessoas realizadas...espera um segundo. No seu eu né, como profissão porque esse, é uma, uma profissão que demanda de muita tarefa e nem sempre tem o retorno e a satisfação com que se , com que se vê, não é ? Com que se vê acontecendo na educação, tanto nas políticas, nas questões internas da instituição, que deixa muitas vezes o profissional insatisfeito. Então tem os senões né.

20. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: tem, no nosso caso sim, como professor tu ta educando, mas pra ti, a tua tarefa é um trabalho, né. Agora se tu pega, não pode dissociar, se tu pegar outro tipo de profissão, diminui a educação aumenta a tarefa.

21. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola?

22. Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Resposta; sim, esta mais enxuta, esta mais objetiva, esta sendo cobrado uma atuação maior melhor da família, inclusive pra, a nosso respaldo, as coisas estão mudando. Então eu considero assim, que de uns dois anos pra cá, a coisa esta crescendo há essa qualidade.

23. Quais são essas atividades?

Resposta; as reuniões com os pais no início do ano, se tornaram reuniões com profissionais apoiando, há, psicólogos, pedagogos, especialistas, né, em áreas, fonoaudiólogos então os pais estão vendo assim, que a gente não ta caminhando sozinha, além da escola existiam profissionais que qualificam aquela tarefa da reunião. Como exemplo a reunião, né. Entre outros.

24. Em que momento o/a senhor/a as realiza? É no momento restrito em que a senhora é contratada, ou a senhora usa momentos extras pra isso? momentos pessoais pra isso ?

Resposta: na atuação toda da escola? (Pesquisador: na atuação toda, nas atividades todas que são exigidas dos professores. A senhora consegue realizar as atividades todas somente no momento, no período em que a senhora é contratada pra isso? Ou a senhora utiliza..) resposta: não. Exatamente, reuniões são extras, são horários extras né, há, outras questões, por exemplo, se eu saio com alunos pra um passeio, um museu, eu tenho que fazer hora extra. Ai é combinado antecipadamente. Isso ai dentro da escola é ante, antecipado. (Pesquisador: e todos os momentos extras a senhora é remunerada ? ou a senhora tem que fazer atividades pra escola, não sendo remunerada?) Resposta: nesses momentos que eu planejo dentro do, da minha proposta, é dentro da minha proposta. Se tem uma reunião é pago. Exemplo, né bem diferente.

25. Elas o/a oneram em termos de tempo?

Resposta: sim, oneram, mas eu acho assim, oh, que dentro do meu processo, só sala de aula, e eu vou deixar de fazer uma atividade que vai completar e crescer esse conhecimento essa atuação, essa formação pessoal, eu vou na, na atividade. Eu vou, eu faço mesmo sabendo que ali, eu não estaria sendo remunerada.

26. O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Resposta: muito. Por que eu acho que o meu conceito de educação seria essa liberdade essa atuação ampla né, que vai formar outros dentro de uma proposta, de um objetivo de conteúdo.

27. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

Resposta: ...muitas vezes a gente até... não é consultado por questões de tempo...Tá, mas em geral a gente opina em tudo... até na oração. (Pesquisador: então a senhora se sente parte tanto das instituições administrativas, quanto das pedagógicas?) resposta: exatamente.

28. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Resposta: sim... percebo, já fui atendida em várias propostas por exemplo uma sala especial pra atuar em artes, fazer a sujeirinha como se diz, fazer os trabalhos extras com tinta e argila, etc, tem uma sala que foi montada pra mim.

29. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Resposta: não, não, eu tenho autonomia total, a minha lista sou que monto, há sempre houve uma doação de livros de qualidade, e a biblioteca a disposição né, então eu acho que nesse ponto não tem nenhum senão.

30. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

Resposta: olha eu considero pesquisador, porque eu chego a ficar mais de semana com uma ideia e vou indo em busca né, dessas proposta que eu quero atingir o objetivo, ate que eu monto a minha, a minha aula aquela, ou aquele projeto, e a partir dali vamos atuando.

A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Resposta: olha em outros momentos posso dizer que a gente tava perdendo a qualidade da figura do professor, mas como eu também não me abati e fui em busca das minhas reivindicações com a direção e supervisão há houberam reuniões, outros professores se engajaram e a gente percebe que gradativamente retoma-se a posição da nossa qualidade de trabalho perante os alunos, numa sociedade que os valores são muito diversos.

31. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes?

Resposta: sim. inclusive algumas crianças que saíram e me disseram que tinham saudade, crianças que me escrevem, batem papo no face, porque a gente atua virtualmente, de longa distancia há com eles ate hoje, três anos, quatro anos já distantes e a gente percebe que eles não perderam aquela ligação e as lembranças daquilo que a gente construía juntos.

32. Esses resultados são os esperados?

Resposta: satisfazem, engrandecem o trabalho da gente, motiva a gente a ser mais ainda eficiente ou coerente com a proposta, acho que realmente a vida da gente tem que ser esse conteúdo essa força de valores, né, de amizade de companheirismo, então eu considero que a gente fica satisfeito no final de tudo.

33. Algu a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Resposta: Há não é tudo flores e amores como eu digo né, não é tudo calmo e tranquilo é muito puxado, porque tu tá lidando com um momento que é muito livre, e muitos estudantes tem aquele conceito de liberdade com indisciplina, a gente tem que ser muito forte, eu tenho já uma personalidade marcante, e faz com que a gente entre em embates né buscando o apoio né, no caso, da supervisão e tudo, pra colocar o aluno no devido né, espaço com, sem aquela rebeldia muitas vezes.

ANEXO G - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO SETE:

1. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: somente na rede particular de ensino

2. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Resposta: trabalho como professor desde dois mil e seis.

4. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: atualmente em duas escolas.

5. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Resposta: cerca de trinta horas semanais.

6. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

Resposta: Quatorze num dos colégios, mais oito são vinte e duas turmas.

7. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

Resposta: Oitocentos a novecentos alunos.

8. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

Resposta: hum não. Leva um certo tempo ate saber o nome de todos eles. Nas provas, por exemplo, Me limito a entregar as provas ou testes, passar o gabarito correto e fazer um ou outro comentário sobre questões que a gente escuta os alunos dizerem que acharam difícil, mas as vezes a gente nem sabe quem fez a pergunta sobre a prova, olha o aluno, escuta a sua voz, a sua pergunta, mas não sabe o seu nome. A não ser se for um daqueles alunos que mais se salienta em sala de aula, se não, não.

9. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Resposta: Somente durante as reuniões pedagógicas. (Pesquisador: com os alunos não?)
resposta :não.

10. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?

Resposta: Não, com toda a certeza não. Filosofia é um período só, é muito pouco.

11. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?

Resposta: O SIMPRO?

12. O/a senhor/a é sindicalizado?

Resposta: Sim, sou.

13. O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato?

Resposta: não, não participo nada, só acompanho as informações que me são enviadas pelo, por email.

14. O que o senhor sabe sobre o sindicato?

Resposta: Muito pouco. Ate porque eu sindicalizei, foi no final de dois mil e doze.

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

16. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho?

Resposta: quatorze horas semanais.

17. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: São quatorze turmas.

18. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?

Resposta: cerca de quinhentos estudantes.

19. O que é educação para o/a senhor/a?

Resposta: educação, educação pra mim é a única solução pra que nós possamos ter um mundo melhor, porque além do conhecimento técnico, além do conhecimento pedagógico, também

principalmente na área da filosofia, é a oportunidade de fazer com que as pessoas compreendam o que é ético, o que é moral, o que é ser um cidadão, um ser político na sociedade.

20. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Resposta: Trabalho. Muito além, espera um segundo.. .da remuneração do final do mês, que é indispensável, é com toda certeza a chance de ter uma função social dentro da sociedade.

21. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: Não. (pesquisador: por quê?) resposta: Não há diferença porque, a educação... é uma, na verdade deveria ser um dever de todos os seres humanos né. E isso acaba sendo, esse dever acaba se manifestando no trabalho. Então quer dizer, todos os trabalhos, todas as profissões tem a obrigação de educar.

22. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Resposta: Eu me sinto muito bem, é uma escola que, privilegia também a formação humana como um todo, além da excelência acadêmica, e eu acredito que, de alguma forma todos os professores são vistos são olhados.

23. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Resposta: Não consigo me ver fazendo outra coisa... né, também dentro da minha, do meu histórico pessoal me parece que essa foi a forma de eu dar continuidade a uma vocação que era trabalhar com pessoas, estar próximo das pessoas.

24. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: sim com toda certeza. (Pesquisador: e qual seria essa relação?) resposta: a relação é que dentro dessa, eu entendo o trabalho como uma função social do ser humano. Entendo o trabalho como uma forma sentir se alguém competente, capaz, de deixar sua marca no mundo, e a educação, acaba sendo a hã, a ferramenta que facilita, que proporciona a chance de deixar uma marca no mundo.

25. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola?

26. Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Resposta: sim.

27. Quais são essas atividades?

Resposta: Atividades que são atribuídas e que contribuem para o processo pedagógico. Hã, muitas, muitas reuniões pedagógicas, material disponibilizado, alguns cursos ou mesmo algumas facilidades para participar de congressos, principalmente congressos que acontecem em Porto Alegre. (telefone celular toca) então atividades hã o congresso, o congresso do SINEP eu tive a oportunidade através da minha escola de ir pra são Paulo também num simpósio que aconteceu lá, então são algumas dessas atividades que contribuem para, o processo pedagógico.

28. Em que momento o/a senhor/a as realiza?

Resposta: Quase sempre no período de recesso entre os alunos, ou então o colégio providencia alguma substituição para que eu possa viajar também para o simpósio.

29. Elas o/a oneram em termos de tempo?

Resposta: Sim. Esse é um custo que eu tenho, algumas das atividades são remuneradas, mas claro, o tempo não tem como resgatá-lo. (Marcelo pergunta: O senhor disse que algumas dessas atividades são remuneradas?) Paulo responde: sim, algumas não todas. (Pesquisador: Então tem atividades que o senhor realiza sem serem remuneradas) resposta: com toda certeza. (pesquisador: e o que lhe onera mais em termos de tempo, as que são remuneradas Ou as que não são remuneradas?) resposta: as não remuneradas. Preparação de aulas, provas, correções, são todas atividades não remuneradas e que, gastam mais tempo.

30. O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Resposta: com toda a certeza.

31. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

Resposta; Em parte. Espera um segundo. (Pesquisador: Por que em parte?) resposta: Porque algumas das atividades, algumas das decisões administrativas veem, como é uma rede de escolas, veem, da mantenedora, e isso nos é, né, nos é imposto. Outras atividades, outras decisões pedagógicas são decididas durante as reuniões e ai então. Então em partes eu me sinto parte das decisões.

32. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Resposta: também em partes, principalmente, na área da filosofia, tanto que eu tive a oportunidade de juntamente com outros professores construirmos, hã o plano de trabalho desse componente.

(Pesquisador: E onde que o senhor não percebe essa influência? Dentro da proposta didático pedagógica?) resposta: eu percebo que as vezes, né, como por exemplo, houve um aumento significativo na carga horária, de quase todos os componentes, e a minha voz não foi forte o suficiente para aumentar a carga horária da filosofia.

33. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Resposta: Não, quanto a isso é tranquilo. Eu que escolhi o material didático que esta sendo usado durante as aulas. (pesquisador: o conteúdo que o senhor trabalha é determinado pelo senhor, ou o senhor segue algum currículo externo, como por exemplo a proposta do PES?) resposta: Infelizmente eu sou mais um dos reféns da UFSM, do ENEM, da UMBRASIL, que são instituições que determinam aquilo que deva ser trabalhado. É bem verdade que como professor, eu procuro sempre, dentro daquilo que eu acredito, fazer com que esse conteúdos também esteja a serviço daquilo que eu acredito. (pesquisador: então num sentido mais amplo se eu pergunta-se quem que determina o que o senhor tem que ensinar em sua disciplina, o senhor me responderia que não é o senhor?) resposta: Não, infelizmente não. Cem por cento não.

34. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

Resposta: Na grande maioria do tempo elas acontecem de forma automática, em função da grande demanda e do pouco tempo que isso exige.

35. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Resposta: Eu percebo que este componente tem recebido uma importância maior nos últimos tempos, seja em função principalmente há, da sua exigência da UFSM, eu me sinto bem frente aos alunos e frente a coordenação pedagógica

36. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes?

Resposta: com toda a certeza. Mesmo que isso leve um certo tempo, dentre as coisas que eu acredito em educação é que, é uma semente que é plantada e que vai frutificar depois. Digo isso porque eu encontro alunos que durante o período escolar foram alunos que não me pareciam estar acompanhando a proposta, e que depois, um tempo depois voltam ou comunicam-se pelas redes sociais, falando coisas que foram debatidas durante o período das aulas.

37. (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

Resposta: Há não sempre, nem sempre. Muitas vezes fica a expectativa, fica a, a percepção de que poderia ter sido melhor.

38. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Resposta: Não era isso.

ANEXO H - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO OITO:

01. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública?

Resposta: só da particular

02. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Resposta: Doze anos

03. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: Duas.

04. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Resposta: trinta e nove horas semanais.

05. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

Resposta: Faze uma conta aqui: sete, quatro, onze, doze turmas.

06. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

Resposta: Faze uma conta como média...(pensa para responder enquanto conta em voz baixa durante uns seis segundos). Acredito que em torno de quinhentos alunos.

07. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

Resposta: Grande parte, não de todos.

08. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Resposta: espera dois segundos... não. Espera mais um segundo..Não.

09. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?

Resposta: espera dois segundos...xiii é complicado, mas em princípio, depende muito da escola, mas há em uma das escolas em que eu trabalho, não. E na outra relativamente, mas também não é completamente contemplado. Poderia ser ampliado os períodos. Disponibilizado.

10. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?

Resposta: sim, sim.

11. O/a senhor/a é sindicalizado?

Resposta: o SIMPRO

12. O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato?

Resposta: é participação direta não, eu me informo sobre, sobre o que ta acontecendo no sindicato, sobre o que acontece enfim, decisões do sindicato por meio de email, eles entram em contato com a gente através do endereço eletrônico e mensalmente eu recebo o jornal do sindicato também. Mas diretamente, nunca, nunca participei do sindicato.

13. O que o senhor sabe sobre o sindicato?

Resposta: é na verdade o que a gente sabe é o seguinte: coo todo sindicato, ele tem suas responsabilidades, como todo sindicato né, por enfim, há, há trabalhar as questões dos nossos direitos né, zelar pelos nossos direitos, buscar pela regulamentação do nosso trabalho, e zelar por essa regulamentação, negociar com os nossos empregadores, com o SINEP particularmente, enfim, trata das questões referentes a, judiciais a trabalhistas, né. Deveria fazer isso. Deveria também prestar assistência jurídica...espera um segundo. A princípio é isso que agente sabe deles né, mas a gente não tem contato mais estreito ate porque efetivamente a gente não percebe a possibilidade de inserção dele nas instituições de ensino, ou se isso é feito de uma maneira muito (deficiente) assim oh.

14. (Se não for sindicalizado) Por que o/a senhor/a não é sindicalizado?

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

15. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho?

Resposta: hum, dezesseis horas aula semanais

16. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha?

Resposta: Quatro.

17. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha?

Resposta: Cento e vinte.

18. O que é educação para o/a senhor/a?

Resposta: É um conceito bastante amplo, na verdade o conceito de educação. O conceito de educação ele não passa só pela escola. O conceito de educação na verdade ele é um conceito que veem anterior a escola, mas tem haver com um conjunto de valores, tem haver com formação e tem haver também com aquisição ou construção do conhecimento. Mas queria dizer exatamente qual dos termos, mas tem haver com isso, tem haver com a formação intelectual, e também com a formação do cidadão como indivíduo, cidadão pensante e participante da sociedade ativa. Dentro da realidade das escolas particulares, e particularmente da realidade da escola a qual eu to me referindo há a gente percebe assim que, muitos desses, desses parâmetros assim, que a gente toma como parâmetros, que eu particularmente tomo, pra, pra, como referência do conceito de educação muitas vezes acaba negligenciado, mas é um conceito bastante amplo e bastante abrangente assim na verdade se a gente for parar pra pensar que envolve muita coisa e as vezes transcende o trabalho do professor em sala de aula, mas tem haver co isso obviamente há, sim, isso.

19. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Resposta: há, bom, também é um conceito bastante amplo né. O conceito de trabalho ele tem haver coma atividade humana né, no meu entender remunerada, acho que há enfim, há, a profissão do professor obviamente é uma maneira de tu trabalhar, de tu enfim, ter acesso um meio de sobrevivência e subsistência e se remunerado por isso. Espera um segundo. Mas enfim, trabalho, trabalho espera um segundo...acho que de maneira geral é isso, é a atividade humana remunerada. Alguma coisa que tu faz que tem haver obviamente satisfação pessoal, mas que tu faz estritamente ou especificamente pra tu ganhar tua subsistência e ser remunerado por isso.

20. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?

resposta: é na verdade o trabalho do professor é, em grande parte promover a educação, mas existe uma diferença entre os dois conceitos. Existe uma diferença entre dois conceitos, acho que trabalho é um conceito mais individual e educação é um conceito mais há, mais há coletivo. Acho que trabalho existe o trabalho do aluno, existe o trabalho do professor, existe o trabalho da família. E o conceito de

educação envolve acho que coletivamente o trabalho de cada um desses grupos assim, acho que é isso.

21. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Resposta: Cara, assim, particularmente assim, tem uma coisa bastante há bastante, grave, até pra fala com relação a isso, no que toca isso assim, no que tange a isso assim, porque há a gente que a profissão do professor ela é extremamente desprestigiada. A gente passa por um momento em que se questiona muito a valorização da educação que, que se toca muito nesse assunto, a gente percebe né, essa questão frequentemente na mídia enfim, mais há nas escolas particulares existe uma imagem associada a imagem do professor que é um pouco menos, vamos falar assim, um pouco menos desgastada, que a imagem do professor da rede pública, mas isso nem sempre é verdade, porque por exemplo o professor da rede particular, ele sofre muito emocionalmente por sinal. Ele é em muitos momentos coagido a agir de acordo com uma ideologia ou de acordo com princípios que se tornam extremamente vicioso ou com aqueles que ele concorda né, há e o processo educacional e efetivamente tu tem que lidar com isso e muitos casos tu não tem amparo, não tem amparo do sindicato, tu não tem amparo psicológico, tu não tem amparo ate estrutural porque tu não foi preparado pra isso na universidade, tu acaba muitas vezes te machucando, tu acaba, tu acaba, fazendo o teu trabalho numa maneira extremamente fria, né. O que é pro processo, e ai eu falo do processo ensino aprendizagem, é uma coisa, eventualmente bem danosa. Claro que a gente sabe que não existe né, necessariamente este processo, se o professor não for uma pessoa apaixonada pelo que faz, mas isso contribui muito com pra esse, pra essa, pra esse desgaste, pra esse esvaziamento né, dá, dá situação.

22. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Resposta: eu vou dizer o seguinte assim sobre a minha profissão de professor: é inicialmente quando eu escolhi a profissão assim, eu tinha, e logo que eu comecei o magistério, eu tinha algumas dúvidas sobre o que eu fazia. Eu sempre, eu sempre na verdade percebi que tinha talento pra fazer o que eu faço. Eu sempre percebi isso, assim. Mas eu tinha algumas dúvidas assim. Ao longo do tempo eu percebi que essas dúvidas elas foram gradativamente sumindo, e hoje eu tenho certeza do que eu faço. Gosto muito do que eu faço, e particularmente assim, quem não quer dar aula que não comece, tu não vai conseguir parar. Eu acho que assim oh, tu influencia e muito, pelo mínimo que pensa uma sociedade, com uma simples postura em sala de aula, com um simples olhar pro aluno, com uma simples ideia que tu pode colocar no ambiente da sala de aula. Acho que na verdade dentro do magistério hoje, isso é uma coisa que eu percebo, a gente tem uma, tem uma imagem do professor, que a mim me incomoda muito, que é o professor que tem que ser, animado, jovem, cheio de energia. Professor, na minha, na minha opinião, e eu vou particularmente, é, propor fazer isso, procuro fazer isso, procuro da uma postura social bem, bem rija até, tem que ser alguém que te estimule intelectualmente, que te estimule a crescer, que te estimule a instigar, que te estimule a perguntar. Que desenvolva em ti, e particularmente a profissão tem muito a ver com isso, te estimule o pensamento científico questionador, e te alfabetize cientificamente, e não te alfabetize pra, pra, enfim ser capaz de, de ser um cidadão consciente, não só no meu caso ser um professor consciente em relação a ciência, mas com relação a vida, seja capaz de ler um jornal e te interessar, seja capaz de ser crítico quando for crítico, enfim, de ser o mais abrangente possível. Mas é uma profissão gratificante em certo sentido assim, mas eventualmente a gente se sente né, há, perdido nesse processo, porque infelizmente é uma questão cultural bem grave no nosso país.

23. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

Resposta: Alguma relação entre trabalho e educação? Alguma relação entre trabalho e educação? Olha há dentro do que eu falei antes existe uma relação bem estreita entre trabalho e educação, né. Eu particularmente entendo que tu não vai conseguir produzir, ou atingir os objetivos né, do processo educacional sem trabalho. Acho que isso, particularmente, que é bem, bem danoso à nossa sociedade. É especificamente as pessoas da nossa, que a gente percebe isso, não sei se é uma impressão minha, mas ou da minha experiência, as pessoas elas buscam sempre o que é mais fácil. Elas não entendem o processo educacional como um investimento. E esse investimento é um trabalho. Então existe uma relação só que, é um investi; uma relação que eventualmente também, né. Uma relação que muitas vezes elas negligenciam e não deveriam continuar assim.

24. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola?

25. Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

resposta: espera de três segundos...de maneira nenhuma. De maneira nenhuma, espera mais dois segundos...acho que essas atividades que a gente realiza, são atividades meramente de transmissão de, de, de, de conteúdo, de transmissão de, de conhecimento, não há uma preocupação, de

formação pedagógica ou de instrução pedagógica mais aprofundada, ate porque eu acredito que não tenha ninguém capacitado pra fazer isso. Então as atividades que a gente faz são meramente atividades, assim, de transmissão de conhecimento. É claro que a gente como agente individual do processo, a gente procura de alguma maneira orientar os alunos. Fazer com que eles tenham a capacidade de atingir os objetivos da escola, mas esses objetivos são extremamente estreitos assim, se tu parar no processo, parar pra pensar no processo educacional mais amplo. Então, de maneira nenhuma, acho que o conjunto de atividades que atribui pra gente é dá o conteúdo, é isso.

26. Quais são essas atividades?

Resposta: olha, basicamente a orientação que a gente tem, que eu tenho particularmente nas minhas atividades é: dê o conteúdo, cumpra o currículo e cumpra as metas. Então é isso, sabe, então não tem muito o que fazer. É isso.

27. Em que momento o/a senhor/a as realiza?

Resposta: É essas atividades a gente realiza cotidianamente é no período de aula, no tempo de sala de aula é integralmente voltado pra isso. É integralmente voltado pra gente é disciplinar os alunos pra estudarem, pra que eles sejam pessoas, né, que se concentram, estudem, façam as atividades e que tenham lá na frente um melhor aproveitamento possível nas provas de seleção que, eles vão, que eles vão encontrar. Eu particularmente acho que é particularmente acho que isso é parte do processo, mas não é só isso que é parte do processo, porque destranca o pensamento crítico deles. Particularmente no caso da minha, da minha disciplina, tu, tu não mostra o por que aquilo. Tu não pode, porque efetivamente pra esse tipo de coisa, tu não é orientado, tu não tem tempo, não sei se é desejável. Né? Então é isso.

28. Elas o/a oneram em termos de tempo?

Resposta: na verdade não onera em termo de tempo, porque é o perfil da escola. Então éeee o que tu tem que fazer. Ali tu ta sendo estritamente profissional, tu não tem nem o que fazer com relação a isso. Então assim, não onera porque é a tua atividade; Não que tu concorde, mas tu é profissional tem que fazer aquilo ali, e te adéqua ao perfil. Mas onera, não né ?!

29. O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Resposta: bom, é o que, que eu penso sobre, sobre, sobre, sobre isso é seguinte: assim...espera um segundo. Eu acho que, é esse é um, é uma, é uma, é uma questão bastante polêmica assim. Mas eu acho que a gente ta esvaziando muito, tá, a formação mais aprofundada dos nossos alunos. Então, eu particularmente nesse sentido eu, eu me sinto ainda instigado a estudar, instigado a aprender, eu me sinto instigado a, aa buscar mais, e tal. Só que a gente sente falta de outras coisas. A gente sente falta especificamente de poder usar efetivamente o que aprende, efetivamente éee o que tem pra passar pros alunos. De dá um sentido mais amplo aquilo. Quando agente sabe que é uma escola de nível médio, eventualmente agente é subutilizado no nosso potencial. Então assim: tem um lado bom, né? Que é o lado de tu se sentir gratificado por poder né, transferir especificamente uma parte do teu conhecimento, mas em certo sentido, também é ruim porque tu não consegue usar tudo que tu sabe. Porque tu não consegue, usa aquilo que tu ta passando pra dar um significado

30. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

Resposta: espera três segundos para responder...Olha é espera mais dois segundos...Em tese sim, mas eu prefiro pensar que não. (Pesquisador: por que ?) resposta: é aquela coisa né, que eu vou te dizer, as pessoas perguntam tua opinião, mas na verdade elas não querem saber tua opinião. Mas querem te ver feliz, né.

31. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Resposta: hum se eu percebo alguma contribuição na proposta pedagógica da escola? Olha eu poderia assim, eu, eu, prefiro pensar que não. Espera de dois segundos...(Pesquisador pergunta: Por que?) resposta: não, eu prefiro pensar que não, eu particularmente, nesse caso né, acho assim oh se eu tivesse que fazer as coisas eu faria de um jeito completamente diverso. Eu particularmente assim, com essa questão do conteúdo, trabalharia com essa questão da, da, de, de, de aprofundar isso, de cobrar dos alunos e tal. Mas eu faria é muito mais, eu procuraria né especificamente, chegar a algum ponto que dar-se um (16: 13 há 16: 15 trecho inaudível pelo barulho externo) de trabalho com eles em laboratório, de enfim né, permitir mais coisas sobre isso e particularmente ne. Na verdade eu, eu, eu me sinto muitos momentos eu não me sinto numa escola, eu me sinto numa empresa. Numa empresa não tem uma proposta pedagógica, tem uma proposta empresarial. Então eu prefiro acreditar que não.

32. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Resposta: sim. Na verdade agente produz o nosso próprio material. A exigência é que a gente ocupe esse material. Mas a gente tem autonomia pra elaboração dele. Tem autonomia pra elaboração de

provas, Tem autonomia pra elaboração das avaliações. Quanto a isso não há nenhum problema, Nesse sentido eu acho que é, que é bem interessante inclusive. Se bem que há uma, uma polêmica ai que, que eu sempre venho levantando: há autonomia nisso ai, tem que dizer. Mas eu sou sempre favorável a não adoção do material próprio. Eu sou favorável a adoção de um livro. Ponto. (do 17:15 ao 17:17 não é compreensível, devido ao barulho externo)...poucas escolas estão me permitindo eu fazer a adoção do livro que eu quero. Inclusive tem uma outra escola, não esta que eu faço adoção de um livro, mas não é o livro que eu quero. Não é como eu quero. Então tenho essa liberdade então, ali até tenho. Até tenho pra produzir e tal, mas eu não concordo muito com essa produção.

33. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

Resposta: De forma automática a partir das exigências postas pela escola. (pesquisador: por que ?) resposta: porque é o caráter da escola. Ela te cobra e tu passa o texto. Não tem muito o que fugi dali. Tu tem metas pra atingir, tu tem objetivos, tu tem indicadores. E é uma gestão extremamente empresarial que, eu acho danoso pro processo do ensino aprendizagem. Existem várias teorias por ai, que você tem que colocar é mentalidade administrativa dentro da educação, concordo que pra muitas coisas tu tem que, efetivamente profissionalizar, mas pra muitas coisas não. O processo não é unicamente a partir de ti, não é unicamente uma coisa tua né. Depende de varias coisas como eu disse antes, no meu entender é um processo, que passa pelo trabalho do aluno e pelo teu, e isso é ótimo, extremamente (não audível em 18: 30).

34. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Resposta: espera dois segundos...bom, é (faixa 18:45 a 18:46 inaudível) dentro do caráter que a escola dá, o período de aula, na carga horária que eu tenho, é suficiente né. Então pra isso assim é relativamente confortável, não tem, não tem grandes problemas assim. Então veja que nos temos flexibilidade pra tu variar, né. Esses, especificamente essa carga horária em caso de necessidade. Precisar por exemplo trabalhar alguma coisa a mais, trabalha não vai ser remunerado por isso, entendeu. Então tu vai cair num negócio que tu fica numa ciranda assim, meio complicada. Efetivamente, ninguém vai levantar de manhã pra dar aula de graça.

35. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes?

Resposta: em parte, em parte sim. Em parte tá. Mas eu acho assim que agente deveria ser responsável por mais, especificamente, situar num, há, com os operadores, o conhecimento. Há, mas eles não sabem pra que aquilo. Então assim pra que o conhecimento; pra que, que eu to fazendo isso? Pra que, que serve? Qual é o valor do significado disso tudo; Aonde a gente quer chegar com tudo isso? Especificamente, eu devo fazer isso mesmo ? Então isso, a gente em parte atinge né, porque percebe que em muitos casos eles tem uma boa, uma boa bagagem de conhecimentos, mas não vêm pra que. E efetivamente até tu não ver pra que, tu não dá valor. É isso.

36. (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

Resposta: é na verdade assim oh, faz parte hoje, e a gente sabe da nossa sociedade a expectativa de que os alunos ingressem numa universidade, né. Mas isso, no meu entendimento como professor, é muito pouco. Tá, tu que só isso, bom, né tem varias maneiras mais fáceis de fazer do que tu pagar uma escola particular, entendeu. Pode fazer né, criar uma alternativa, próprio ENEM, em fim, entrar por cota, ou qualquer coisa assim. Eu acho né, que isso não é todo né. Se tu parar pra pegar os alunos assim, oh e analisar quais deles são capazes de, de, de, de algum problema, existe uma diferença entre problema e exercício que é interessante se questionar aqui. Tu dá um exercício pros alunos, resolvem tranquilo. Agora tu dá um problema original pra ele, uma situação real de vida. Quantos deles são capazes de ter uma solução original pro problema. Acho que isso é o principal da produção professor. Tornar a fazer com que os caras sejam pensantes e eles efetivamente não são. São reprodutores de conhecimento.

37. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Resposta: Tem muita coisa, na verdade reinterar aquilo que eu falo. Eu particularmente tenho convicção do que eu faço, gosto muito do que eu faço, acho que, particularmente, cheguei num momento em que eu não questiono mais isso, não tenho mais porque fazer isso, não tenho mais nenhuma dúvida em relação a isso. Acho que vou seguir fazendo isso e posso dizer o seguinte: né, há, nunca, inicialmente nunca foi, não era esse o objetivo mas, a partir de um momento que tu te engaja nisso e tu compra a ideia, tu te torna um, uma pessoa idealista com isso. Percebe que tu tem uma importância muito grande lá na sociedade e isso é um, tu não pode abandonar isso, de maneira nenhuma, tu não pode deixar de seguir batalhando por esse tipo de coisa, batalha por um ensino

melhor, por um ensino, no meu caso de ciências melhor, ou, ou enfim por uma educação melhor de maneira geral e mais ampla. É eu particularmente gostaria assim, de, de, de ver que a gente, como profissional da educação tem mais prestígio, que a gente é efetivamente mais prestigiado. Mais eu particularmente tenho uma, uma coisa assim que eu posso dizer com relação a isso, quando as pessoas me perguntam o que, que tu faz, e é com muito orgulho que eu posso dizer: sou professor, eu sou professor e eu percebo isso como uma coisa bastante ampla assim. E isso me enche de grande satisfação poder dizer.

ANEXO I - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO NOVE:

01. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública? Somente na rede particular.

02. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor?

Há vinte anos. Qual a sua carga horária total de trabalho?

Trinta e seis horas em sala de aula

03. Em quantas turmas o/a senhor/a atua?

(dez segundos contando as turmas) dezesseis... dezesseis turmas....

04. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha?

(sete segundos contando) vou colocar uma média... é apenas uma média... dá em torno de seiscentos... seiscentos alunos mais ou menos...

05. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?

(Resposta rápida e seca) não.... não sei.... Chego em sala de aula, mal dá tempo de fazer a chamada, que é uma das formas que facilita sabermos os nomes dos alunos, começo o conteúdo, dá o sinal e já saio para outra sala. Não, não há como saber o nome de todos não

06. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?

Sim... a gente sempre dispõe do tempo para preparar aula, buscar alguma coisa nova, preparar as provas... eu acho que se tem o dobro, se não mais, do tempo em sala de aula, em casa, para ver tudo né... essa parte toda... quase que o dobro, mais do que o dobro digamos. (entrevistador: então o senhor está dizendo que gasta mais do que o dobro do tempo em casa preparando atividades do que em sala de aula aplicando, e com os alunos o senhor não tem outro tempo além do tempo de sala de aula?) Entrevistado: Não, somente aquele tempo determinado em cada escola, ne, na carga horária.

07. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho? Acredito que sim

08. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino? Sim, o SIMPRO,

09. O/a senhor/a é sindicalizado? Sim.

10. (Se for sindicalizado) O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato?

Não... somente como associado.

11. O que o senhor sabe sobre o sindicato?

Eu acredito que, no momento em que eu tou sindicalizado, por exemplo, eu tenho mais como perceber, na, como eu vou te dizer assim, na minha conduta de trabalho, de regras, pra ver se eu estou cumprindo com minha parte, sei as coisas mais atuantes da minha vida profissional. ,

12. (Se não for sindicalizado) Por que o/a senhor/a não é sindicalizado?

Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:

13. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho? dezoito

14. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha? nove

15. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha? Dá em torno de uns... 280, 300...

16. O que é educação para o/a senhor/a?

Olha, para mim educação é algo que vem desde família, é um todo do ser humano, algo completo entendeu... não é só aquela de sala de aula, aquela de sala de aula é uma educação mais formal... eu acho que a educação ela é informal, ela é formal, ela atua em todos os aspectos da vida, do dia-a-dia.

17. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?

Para mim o que é trabalho???... Há, é o tempo de trabalho, diferente do momento de lazer, ou seja, tudo o que eu estou fazendo, executando, é uma forma de trabalho...

18. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho?

Dez segundo pensando... eu acho que há...

19. Qual é essa diferença?

Olha, trabalho é algo que tu apenas vê, após alguma remuneração, e educação vai além disso.

20. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Olha, eu acho que eu me vejo super bem, né, eu cumpro com as regras da escola, cumpro com o conteúdo programático... eu percebo assim, que os alunos, que eu tenho uma boa aceitação perante os alunos e isso se torna bastante importante, pois não é só eu trabalhar, eu tenho que ter uma forma de ver bem, de direção, de coordenação, de colegas e dos próprios alunos, quer dizer, é um convívio diário, geral, assim de todas as esferas dentro da escola. .

21. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Boa, nada mais do que isso, não posso dizer....

22. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Eu acho que sim.

23. Qual seria essa relação?

A relação é essa que, no momento em que eu tou tentando educar uma pessoa, ou formar essa pessoa, também é uma relação de trabalho.

24. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Ai, é bastante atividades

25. Essas atividades contribuem para o processo pedagógico?

Muito... (entrevistador: todas elas?) praticamente todas

26. Quais são essas atividades?

Atividades, por exemplo, formação continuada, digamos, conselhos de classes, e os projetos interdisciplinares...

27. Em que momento o/a senhor/a as realiza?

Algumas em casa, outras na escola...

28. Elas o/a oneram em termos de tempo?

Oneram... eu tenho que realizar todas, praticamente, fora do horário da escola.

29. O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

30. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas? Sim

31. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Sim (entrevistador: qual seria essa influência?) Há, é questão assim, do material, da gente seguir a integra o programa, por exemplo, dos PSs, isso é bastante fundamental para a escola.

32. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Total autonomia... eu sigo o programa do PS. A autonomia se dá apenas na escolha de materiais, porque o conteúdo é o do PS. Querendo ou não nos temos que seguir, uma vez que as escolas do ensino médio, né, elas são cobradas em cima desse conteúdo.

33. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

Segundo momento, esses das formas automáticas.

34. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Olha, eu acho que eu me sinto bem. Que a gente tem toda uma autonomia, entendeu,

35. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes? Sim

36. Esses resultados são os esperados?

São... Olha, o primeiro resultado, eu acho, é a questão da conduta deles, o crescimento pessoal deles, e muitas vezes até as aprovações nos vestibulares,

37. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

Eu acho que é o seguinte, eu quero dizer a questão por exemplo, da remuneração, eu acho que todo e qualquer profissional, professor por exemplo, fala que a gente deveria ser bem melhor visto, tanto na esfera, digamos, pública, como na esfera também particular. Quer dizer, é uma valorização melhor, uma vez que a gente tem o dobro, se não até mais, de atividades para fazer em casa e a gente recebe uma remuneração apenas do trabalho de sala de aula, dentro da sala de aula, perante frente o aluno.

41. Como professor, o senhor se percebe como trabalhador?

Acho que sim, é uma forma de trabalho.

42. E como o senhor se percebe enquanto trabalhador como professor? Como um trabalhador formador de futuros profissionais, de pensadores.

ANEXO J - PESQUISA COM ENTREVISTADO NÚMERO DEZ:

01. O/a senhor/a é somente professor na rede particular ou também na rede pública? Somente na rede particular
02. Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha como professor? Oito anos
03. Em quantas escolas o/a senhor/a trabalha? Três escolas
04. Qual a sua carga horária total de trabalho? 36 horas
05. Em quantas turmas o/a senhor/a atua? Vinte e oito turmas
06. Com quantos estudantes, no total, o/a senhor (a) trabalha? Em torno de oitocentos e poucos
07. O/a senhor/a sabe o nome de todos esses estudantes?
 Obvio que não... não tem como saber... a disciplina tem pouca carga horária, o que obriga a pegar bastante turma fazendo com que eu tenha muitos alunos convivendo pouco com eles... muitos eu não lembro nem o rosto... Há alunos que passam por mim na rua, me cumprimentam: e aí professor, olá professor... Muitas vezes só sei que é aluno porque me chama de professor, mas não sei nem quem é o aluno e nem de que escola
08. O/a senhor/a possui algum outro tempo, além do período de aula, para algum tipo de acompanhamento pedagógico em relação ao conteúdo trabalhado?
 Não... é somente a carga horária disponibilizada pela escola.
09. O/a senhor/a acha que o período de aula é suficiente para seu trabalho?
 Obvio que não... cobram que a gente tem que trabalhar o conteúdo dos processos seletivos (ENEM, PS), e ainda o tal de preparar para a vida.... mas como fazer isso nas condições que se tem num raro convívio com os alunos em apenas uma hora/aula por semana???
10. O/a senhor/a sabe dizer qual é o sindicato que representa os professores da Rede Particular de Ensino?
 Sim. O SINPRO.
11. O/a senhor/a é sindicalizado? Sim.
12. (Se for sindicalizado) O/a senhor/a tem alguma forma de participação no sindicato?
 Não... Não tenho nenhuma forma de participação, ao menos direta, no sindicato.
13. Por quê?
 Por que este pessoal que está no sindicato é muito fechado... panelinha mesmo... não fazem questão de incluir ninguém novo nos seus quadros... é uma gestão muito antiga, de gente que se acomodou e que não quer gente nova junto com eles...
14. O que o senhor sabe sobre o sindicato?
 Isso que acabei de dizer... é uma gestão muito antiga, de gente que se acomodou e que não quer gente nova junto com eles... que se acomodaram num burocratismo... se limitam a apenas fiscalizarem se está tudo ok no processo de demissão dos professores, sem nenhuma outra ação. Ao menos é assim na setorial do sindicato aqui em Santa Maria.
- Se o/a senhor/a exerce a profissão em mais de uma escola, pense em apenas uma escola específica, das em que está trabalhando agora, para responder às questões a seguir:**
15. Nesta escola, qual a sua carga horária de trabalho? Doze horas
16. Com quantas turmas o/a senhor/a trabalha? Oito turmas
17. Com quantos estudantes (mais ou menos) o/a senhor/a trabalha? Duzentos e quarenta, mais ou menos...
18. O que é educação para o/a senhor/a?
 Se tu estás me perguntando a educação na escola é a preparação do aluno para entrar no mundo do conhecimento formal, reconhecido como formal pela sociedade. Se você está me perguntando no sentido amplo, é o processo de humanização, de inserção em uma determinada cultura...
19. Para o/a senhor/a, o que é trabalho?
 É a produção de algo... a construção de algo... é criação... é diferente de emprego... emprego é o contrato pelo qual se realiza um determinado trabalho.
20. Para o/a senhor/a há alguma diferença entre educação e trabalho? Se sim, qual? Se não, por quê?
 Veja bem: eu disse que um dos sentidos da educação é a inserção em uma determinada cultura, é humanização. E eu disse que trabalho é construção, é criação... pela construção, pela criação a gente se humaniza, a gente se insere em uma determinada cultura... se eu pegar o primeiro sentido de educação, a educação formal, o trabalho se relaciona na forma de emprego... o emprego do educador formal, do professor.
21. Como o/a senhor/a se vê como professor (a) nesta escola?

Como um empregado... como alguém que recebe ordens, metas a serem cumpridas, tarefas a serem realizadas... as vezes elogios, as vezes broncas... Enfim um empregado de uma profissão que já teve estados, mas hoje não tem mais.

22. Como o/a senhor/a vê a sua profissão?

Como uma profissão que tem um papel social importante a desempenhar, mas que ao mesmo tempo está profundamente desgastada e desvalorizada nas suas relações de trabalho, seja pela classe patronal (o Estado ou as escolas privadas), seja pela sociedade. A sociedade que olha o professor ou com pena ou com reprovação. O professor, ou é o coitadinho, ou o que está sempre errado... é assim que está...

23. Para o/a senhor/a há alguma relação entre trabalho e educação? Se sim, qual? Se não, por quê?

Sim... há.. é aquela relação que respondi na questão anterior... acho que tu me perguntastes se havia diferença e eu disse que não, apontando as relações... O trabalho enquanto criador, é parte integral do processo de educação, que é socialização, inserção na cultura....

24. Como o/a senhor/a significa/percebe o conjunto de atividades atribuídas aos professores por esta escola? Essas atividades contribuem para o processo pedagógico? Percebo como inúteis... Não contribuem no processo pedagógico de forma alguma... é apenas um burocratismo tremendo, reuniões intermináveis, blogs a serem feitos, formação que de formação não tem nada, é só coisa de encher lingüiça...

25. Quais são essas atividades? Em que momento o/a senhor/a as realiza? Elas o/a oneram em termos de tempo? O/a senhor/a se realiza, em sua profissão, ao cumprir essas atividades?

Reuniões de formação, construções de blogs, conselhos de classe, reuniões de planejamento... é óbvio que oneram em termos de tempo, tanto porque algumas se tem que realizar em casa, sem remuneração alguma, outras são na escola, quando recebemos hora-aula atividades para realizá-las, mas que na verdade duram bem mais que a hora-aula prevista, e o tempo a mais nós não recebemos... Como você acha que a gente vai se realizar com trabalhos inúteis... burocratismos puros... é óbvio que não...

26. A escola faz o/a senhor/a se sentir parte das decisões administrativas e pedagógicas?

27. O/a senhor/a percebe alguma influência sua, alguma contribuição sua na proposta didática e pedagógica na escola?

Não

28. O/a senhor/a tem autonomia de produção de suas aulas (material, didática) ou há a exigência de adoção e utilização de material terceirizado por parte das escolas?

Há duas coisas aqui... em alguns colégios se exige a produção de materiais próprios, os polígrafo ou apostilas, em outros se exige que se adote um livro didático, ou seja, eu tenho autonomia de escolha dos materiais dentro das exigências que a escola me faz... tenho autonomia na produção de minhas aulas desde que seja da forma que as escolas esperam... é o que eu chamo de autonomia restrita

29. Dentro do tempo que o/a senhor/a possui para produzir suas aulas o/a senhor/a se considera professor pesquisador ou considera que as prepara de forma automática a partir das exigências postas pelas escolas?

De forma automática... ser professor pesquisador como? Com que tempo? Busco sim materiais alternativos, deferentes para a gurizada, mas não chaga a ser coisa de um professor pesquisador...

30. A partir da carga horária que o/a senhor/a possui nesta escola e das ações da direção/coordenação/orientação/supervisão escolar, como o/a senhor/a se sente frente aos estudantes como professor?

Como um bobo da corte... como alguém que tem que fazer milagres sem ter as condições para isso.

31. Percebe que as suas ações possuem resultado na formação dos estudantes? (Se possuem resultados), esses resultados são os esperados? (Se não possuem resultados), (Se os resultados não são os esperados), o que impede que sejam?

Claro que não possuem resultados... os resultados são em um ou outro, muito pouco... como alcançar os resultados esperados com as condições que se tem???

32. Algo a mais que o/a senhor/a gostaria de dizer sobre o seu trabalho?

O meu trabalho, o trabalho de professor, docente, é algo fantástico, mas as condições de emprego para o exercício do trabalho, essas são uma piada, são vergonhosas, por isso tantos professores doentes, estressados... muitos só não abandonam a profissão porque sabem que conseguir outra coisa para fazer é muito difícil... é uma condição de emprego lamentável...